



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR

Ciências Sociais e Humanas

Mestrado em Relações Internacionais

Política Externa Contemporânea de Cabo Verde:

**a aposta na política externa como motor de
desenvolvimento**

Adelina Vieira

(M4725)

Dissertação para a obtenção do Grau de Mestre na especialidade

Relações Internacionais

(2º ciclo de estudos)

Orientadora: Prof.^a Doutora Licínia Simão

Covilhã, Junho de 2012

“A política... há muito tempo deixou de ser ciência do bom governo e, em vez disso, tornou-se arte da conquista e da conservação do poder” (Luciano Bianciardi).

Dedicatória

Aos meus pais, Aníbal Vieira e Idalina Rocha e o meu irmão Valdemiro Vieira, pelo amor, carinho, paciência e disponibilidade de ajuda que sempre me têm dado e em especial durante a minha vida académica.

Os meus sinceros agradecimentos.

Agradecimentos

A realização e concretização deste trabalho, apesar de ser uma investigação pessoal, devem-se ao apoio direto e indireto de algumas pessoas, sem o qual se tornaria impossível uma realização bem-sucedido. Apoios, estes, prestados nomeadamente na orientação, incentivo e apoio nos documentos, com isso quero deixar aqui o meu especial agradecimento.

Em primeiro lugar agradeço a Professora Doutora Licínia Simão pela excelente orientação que me tem dado durante todo o percurso da realização deste trabalho, pela sugestão, incentivo, paciência, críticas construtivas e apoios bibliográficos, e em especial por ter aceitado em primeira mão a orientação científica desta dissertação, sem qualquer hesitação. Para além disso, queria agradecer-lhe pela excelente professora que foi no leccionamento de algumas cadeiras que contribuíram para um conhecimento mais amplo em algumas áreas.

Queria agradecer a Professora Doutora Teresa Cierco, a diretora do curso, pelo apoio académico, incentivo no curso e pela excelente professora que foi durante todo o meu percurso académico (Licenciatura e Mestrado). Em geral agradeço a todos os professores do curso de CPRI que contribuíram para minha formação.

Agradeço a Dra. Kátia Cardoso e Suzano Costa, pela disponibilidade e atenção no fornecimento de documentos e bibliografia.

Um muito obrigado à minha amiga e colega do curso, Nélia Ocner, pelo incentivo, sugestões e tudo que partilhamos durante a nossa investigação para a realização das nossas dissertações. Igualmente um muito obrigado às minhas amigas e colegas do curso, Joana Jerónimo e Sandra Margarida, que sempre estiveram do meu lado durante a licenciatura e por tudo que passámos juntos. Um muito obrigado, por serem pessoas que fizeram diferença durante a minha vida académica.

Por fim agradeço aos meus amigos Aleida Barros, Elisângela Moniz, Carmen Amado, Bela Correia, Agnelo Rodrigues, José Mário Fernandes, Gabriel Gomes e Carla Benchimol, que de diferentes formas pelo apoio, amizade, carinho e convívio, contribuíram com pequenas coisas que fazem diferença na nossa vida académica, um muito obrigado por tudo que me fez crescer como pessoa e academicamente.

Resumo

O intento principal desta investigação é a análise das causas do desenvolvimento socioeconómico de Cabo Verde. Tendo em conta os fracos recursos naturais, a insularidade, a limitação territorial, este trabalho procura demonstrar em que medida a política externa de Cabo Verde pode ser considerada como um motor do desenvolvimento socioeconómico do país.

Nesta perspetiva, primeiramente foram analisadas as opções dos governos na política externa de Cabo Verde desde a independência à atualidade, focando nos principais pilares do desenvolvimento do país como a ajuda externa, turismo, remessas dos emigrantes, recursos marinhos e Investimento Direto Estrangeiro (IDE). Em segundo lugar foram analisadas as apostas dos governos na boa governação, na democracia, nas relações bilaterais com principais parceiros estrangeiros e a internacionalização da economia. Por fim a tese aborda as relações externas de Cabo Verde com a União Europeia (UE) e alguns dos seus países membros, nomeadamente Portugal, o impacto desta relação no desenvolvimento socioeconómico e na integração internacional de Cabo Verde.

Segundo o estudo feito, as relações externas de Cabo Verde iniciaram-se antes da independência e, após a independência em 1975, verifica-se uma gradual evolução da sua política externa, com a transição para a democracia e a sua consolidação. A tese apresenta algumas divergências visíveis nas opções dos governos para a política externa do país, entre os dois partidos que têm liderado o país deste a independência, o Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC) / Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV) e Movimento Para Democracia (MPD), nomeadamente na liberalização económica e na privatização das empresas. Desde a independência, apesar de algumas divergências, as opções dos governos, seguiram ideias conciliáveis, que conseqüentemente tiveram um grande impacto no desenvolvimento socioeconómico do país. É de destacar as estratégias utilizadas pelos governos na maximização da ajuda externa, na boa governação, na situação geoestratégica do país, nas questões das rotas atlânticas e segurança que representa para os demais países. Por fim é de destacar a aposta numa política externa virada para os principais pilares do desenvolvimento do país.

Palavras-Chave: política externa, posição geoestratégica, transição política, governos, desenvolvimento socioeconómico, pilares do desenvolvimento, recursos naturais.

Abstract

The intent of this investigation is the analysis of the causes of socio-economic development of Cape Verde. Given the weak natural resources, insularity, territorial limitation, this thesis demonstrates the extent to which foreign policy in Cape Verde can be considered as an engine of socio-economic development of the country.

In this perspective, the thesis first analyzes the foreign policy options of the governments of Cape Verde, from independence to the present, focusing on the main pillars of development of the country, such as foreign aid, tourism, remittances, marine resources and Foreign Direct Investment. Secondly we analyze the government choices regarding good governance, democracy, bilateral relations with key foreign partners and international economy. Finally the thesis discusses the external relations of Cape Verde with the European Union and some of its member countries, especially Portugal, the relative impact of socio-economic development and international integration of Cape Verde

According to the study, the external relations of Cape Verde began before independence and, after independence in 1975, there has been a gradual evolution of its foreign policy, with the transition to democracy increasingly consolidated. The argument underlines some noticeable differences in the choices of governments in foreign policy between the two parties that have led the country's independence, the African Party for the Independence of Guinea and Cape Verde (PAIGC) / African Party for the Independence of Cape Verde (PAICV) and Movement for Democracy (MPD), especially on economic liberalization and privatization. Since independence, despite some differences, the options of governments followed reconcilable ideas, which consequently had a major impact on socioeconomic development of the country. Among these we highlight the strategies used by governments in maximizing foreign aid, good governance, the country's geostrategic position, the issues of the Atlantic routes and security that represents to the other countries. Finally we note the commitment in a foreign policy facing the main pillars of the country's development.

Key-words: foreign policy, geostrategic position, political transition, governments, socio-economic development, pillars of development, natural resources.

Índice

Dedicatória	iii
Agradecimentos	v
Resumo	vii
Abstract.....	ix
Lista de Figuras	xiv
Lista de Tabelas.....	xvi
Lista de Acrónimos	xviii
Introdução.....	1
Capítulo 1- Quadro Teórico: A Política Externa de Cabo Verde da Independência à Atualidade.	7
1. Análise de políticas externas: conceitos teóricos das Relações Internacionais.....	7
2. Política externa em transição - Cabo Verde pós-independência.....	13
3. A política externa contemporânea de Cabo Verde - Transição para democracia	18
4. Grandes opções da política externa de Cabo Verde: o desenvolvimento como prioridade estratégica	20
Capítulo 2 - Contexto e Situação Política, Económica e Social de Cabo Verde	24
1. Principais condicionantes do desenvolvimento e crescimento do país.....	24
1.1. Situação geográfica, aspetos físicos e demográficos.....	24
1.2. Situação económica, recursos e condições sociais	28
2. Pilares do desenvolvimento do país	31
2.1 Ajuda externa	31
2.2 Recursos marinhos	33
2.3 Turismo	34
2.4 Remessas dos Emigrantes.....	37
2.5 Investimento Direto Estrangeiro.....	41
Capítulo 3 - Relações Externas e Inserção na Economia Global.....	46
1. Principais parceiros externos de Cabo Verde	46

1.1	Relações com EUA	47
1.2	Relações Cabo Verde e China	50
2.	Relações Multilaterais	52
2.1	Globalização e internacionalização do país.....	52
2.2.	Interação com novos atores internacionais, nomeadamente OI.....	54
3.	Integração económica, adesão à OMC	57
Capítulo 4- As Relações Externas de Cabo Verde com a UE		60
1.	De relações multilaterais à parceria especial entre a UE e Cabo Verde	60
1.1.	Política externa da UE em relação aos países em desenvolvimento	60
1.2.	Breve historial sobre as Relações entre Cabo Verde e UE.....	62
1.3.	UE & Cabo Verde - Das relações bilaterais à parceria especial	65
1.3.1.	6 pilares da parceria especial	65
2.	Relações comerciais entre a UE e Cabo Verde	71
2.1.	Relações comerciais a partir das outras organizações, ACP e CEDEAO	72
2.2.	Caso de Portugal.....	74
Conclusão.....		79
Referencias Bibliográficas.....		84
Anexo		93

Lista de Figuras

Figura 1: Evolução de PIB por setores	30
Figura 2: Produto Interno Bruto (PIB) - Taxa de Crescimento Real (%).	43
Figura 3: Exportação de Cabo Verde em (bilhões de \$)	44
Figura 4: Importação de Cabo Verde em (bilhões de \$).	45

Lista de Tabelas

Tabela 1: População total por indicadores de população e ano	26
Tabela 2: População cabo-verdiana distribuído por percentagem da estrutura de idade	27
Tabela 3: Indicadores da economia do país.....	29
Tabela 4: Evolução de hóspedes e dormidas 2000 - 2008	93
Tabela 5: Evolução de hóspedes e dormidas 2010-2011 de principais países emissores de turistas	37
Tabela 6: Duzentos Milhões (M) de migrantes por região, % da população, origem e destino.	93
Tabela 7: Emigração cabo-verdiana e país do acolhimento.....	94
Tabela 8: Principais aplicações das remessas	94
Tabela: 9 Evolução do volume das remessas, em milhões de escudos de 2000 a 2008	40
Tabela 10: Remessas de emigrantes por país de Origem em Milhões de Escudo.....	95
Tabela 11: Investimento Direto Estrangeiro em Cabo Verde, 2004-2008.....	41
Tabela 12: Investimento Direto em Cabo Verde por Ilhas	42
Tabela 13: Linhas Orçamentais	64
Tabela 14: Fundo Europeu de Desenvolvimento.....	68
Tabela 15: Verbas afetadas a Cabo Verde no âmbito da Cooperação com a UE	70
Tabela 16: Principais fornecedores de mercados	76
Tabela 17: Importação Cabo Verde, Origem Portugal (Valor CIF Cabo Verde/Euros).....	77
Tabela 18: Exportação de Cabo Verde, Destino Portugal (FOB Cabo Verde/Euros).....	78

Lista de Acrónimos

ACP - África, Caraíbas e Pacífico

AGOA - African Growth and Opportunity Act

ALA - América Latina e Ásia

APD - Ajuda Pública ao Desenvolvimento

ASEAN - Associação das Nações do Sudeste Asiático

BCV - Banco de Cabo Verde

BEI - Banco Europeu de Investimento

BM - Banco Mundial

CEDEAO - Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental

CEE - Comunidade Económica Europeia

CEI - Comunidade de Estados Independentes

CIA - Central Intelligence Agency

CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

EUA - Estados Unidos da América

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

FED - Fundo Europeu de Desenvolvimento

IDE - Investimento Direto Estrangeiro

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IPI - Instituto da Propriedade Intelectual

MCA - Millennium Challenge Account

MCC - Millennium Challenge Corporation

MERCOSUL - Mercado Comum do Sul

MNE - Ministério dos Negócios Estrangeiros

MPD - Movimento para Democracia

OTAN - Organização do Tratado Atlântico do Norte

NEPAD - Nova Parceria para o Desenvolvimento da África

ODM - Objetivos do Milénio

OI - Organizações Internacionais

OMC - Organização Mundial de Comércio

ONG - Organização Não - Governamental

PAICV- Partido Africano para a Independência de Cabo Verde

PAIGC- Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PECO - Países da Europa Central e Oriental

PEV - Política Europeia de Vizinhança

PHARE - Polónia / Hungria: Assistência à Reestruturação das Economias

PIB - Produto Interno Bruto

PIN - Programas Indicativos Nacionais

PIR - Programas Indicativos Regionais

PMA - Países Menos Avançados

PRM - País de Rendimento Médio

PVD - Países em Vias de Desenvolvimento

RUP - Regiões Ultraperiféricas

TACIS - *Technical Assistance to the Commonwealth of the Independent states* - Assistência Técnica à Comunidade de Estados Independentes

UE - União Europeia

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ZEE - Zona Económica Exclusiva

Introdução

Cabo Verde é um país insular, com capacidade limitada nos seus recursos naturais e que, desde muito cedo, após a sua independência de Portugal, sentiu a necessidade de desenvolver relações com o exterior. O contexto pós-colonial exigia do jovem Estado que desenvolvesse as estruturas e a visão estratégica para a sua política externa, de forma acelerada. Para além disso, as fracas condições das ilhas, devido à fraca precipitação e mesmo secas prolongadas em alguns anos, resultam numa reduzida capacidade agrícola e escassez de vários alimentos e recursos naturais, condicionando o país a depender das importações e ajuda externa. Cabo Verde, estando nesta posição de país insular e em desenvolvimento, tem desenvolvido relações externas com países como os Estados Unidos da América (EUA), outros países africanos, nomeadamente com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), com a Ásia, sobretudo com a China, e com os países europeus, quer ao nível da UE, quer em particular com Portugal. A UE tem sido um parceiro particularmente importante na ajuda da resolução das vulnerabilidades económicas, demográficas, ecológicas e geográficas de Cabo Verde (Costa, 2011: 19). As suas políticas de cooperação com os países em via de desenvolvimento, nomeadamente os países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP), com os quais mantém relações comerciais especiais desde a primeira Convenção de Laundé, em 1964, foram o primeiro mecanismo de que beneficiou Cabo Verde (Monteiro, 2001: 140), com quem agora desenvolve uma parceria especial.

É neste contexto de crescente diversificação da política externa de Cabo Verde, que as suas relações com a UE se tornam particularmente importantes para alcançar alguns dos objetivos definidos como prioritários pelos líderes políticos do país, como o crescimento e desenvolvimento socioeconómico. A dissertação aborda, por isso, com maior pormenor, a nível multilateral, as relações de cooperação e os processos negociais de Cabo Verde com a UE a partir das outras organizações das quais Cabo Verde faz parte, como os países ACP e a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). A nível bilateral, analisa a relação entre estes dois atores - Cabo Verde e a UE - desde o ano 2000, com a assinatura do Acordo de Cotonou, até à atualidade abordando a especial relação da UE com Cabo Verde e as relações comerciais com os países da União, em particular com Portugal. O objetivo central deste trabalho é caracterizar a política externa de Cabo Verde, no atual contexto internacional, marcado pelos processos de globalização e internacionalização, e colocar as suas relações com a UE numa perspetiva mais ampla de crescente competição internacional. Resumindo, com este trabalho pretende-se analisar as relações externas de Cabo Verde, mais

concretamente a sua evolução histórica desde o fim do período colonial e a sua integração no sistema internacional.

A escolha da política externa de Cabo Verde como tema desta dissertação prende-se por um lado com o facto de Cabo Verde ser um país em desenvolvimento que recentemente deixou de pertencer à lista dos países menos avançados, o que suscita alguma curiosidade em analisar o seu processo de desenvolvimento e a ligação entre as opções de política externa de Cabo Verde e o seu desenvolvimento socioeconómico. Nesta perspetiva o estudo é feito com o objetivo de analisar a sua política externa, as opções tomadas pelos sucessivos governos e o resultado das mesmas, no que toca ao impacto no desenvolvimento de Cabo Verde. A tese aborda as suas relações com as grandes potências mundiais, a China, EUA e em particular com a UE. O objetivo central do trabalho é, pois, fazer uma análise do impacto da política externa no desenvolvimento socioeconómico do país, onde o estudo das relações externas entre Cabo Verde e a UE é fundamental, tendo em conta que a UE é um dos maiores doadores de ajuda ao desenvolvimento e um parceiro importante de Cabo Verde.

Avaliar os dois lados numa relação externa é vantajoso para a compreensão da política externa em si e para as relações entre estes dois atores, UE e Cabo Verde, bem como para as influências que um tem no outro. Destacando principalmente o impacto que uma potência como a UE, reconhecida internacionalmente como possuidora e promotora de bons princípios, como à democracia e direitos humanos, tem num país em desenvolvimento, nomeadamente no reconhecimento internacional deste por parte de outros potências e Estados. Por conseguinte estas são questões que tornam as relações entre Cabo Verde e a UE um facto importante, devido às suas características e impactos que delas advêm. Assim sendo, este estudo apresenta-se com uma mais-valia para o conhecimento académico. Nesta perspetiva este estudo procurará fornecer um melhor entendimento sobre os seguintes pontos:

Um melhor entendimento sobre a política externa de Cabo Verde, do período pós-colonial à atualidade, e o impacto do seu passado histórico nas suas relações externas atuais.

O progresso e desenvolvimento em Cabo Verde, resultantes das opções de política externa, nomeadamente através da negociação e cooperação com o exterior, em especial com a UE.

Um aprofundamento sobre a internacionalização de Cabo Verde, através da sua participação em organizações internacionais, em especial a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Conhecer as relações comerciais externas de Cabo Verde, incluindo a sua balança comercial e os principais parceiros comerciais.

Para um melhor enquadramento sobre o tema do trabalho em questão, serão abordados os conceitos da política externa à luz dos conceitos teóricos das Relações Internacionais. Serão usadas as abordagens teóricas que realçam a importância de fatores estruturais na definição das políticas externas, nomeadamente a competição global por poder, tendo como exemplo a Guerra Fria. Por fim, o quadro teórico analisa as relações entre política interna e externa, o impacto que um pode ter noutro e os diferentes tipos de instrumentos de política externa à disposição dos Estados e como devem ser usados.

Objeto/hipótese

Apesar da existência de alguns estudos sobre a política externa de Cabo Verde, onde se destaca¹ esta nova abordagem pretende ser inovadora, no sentido de tentar ligar o processo de desenvolvimento de Cabo Verde com as opções tomadas na política externa e ao tentar compreender os métodos utilizados pelos dirigentes políticos desde o período que antecede a independência à atualidade, para tornar a política externa mais viável para o desenvolvimento de Cabo Verde. Esta dissertação tenta compreender e responder a algumas questões, tais como o que está por detrás do desenvolvimento de Cabo Verde, tendo em consideração a sua limitação territorial e escassos recursos naturais. Por conseguinte, é um país que se destaca entre os outros países africanos, nomeadamente no índice do desenvolvimento, no crescimento do PIB e índice de pobreza, comparado com outros Estados dos PALOP, com um passado em comum e que pertencem à mesma organização como CEDEAO, como é por exemplo o caso da Guiné Bissau (Rocha, 2007: 2). Atualmente Cabo Verde é visto como uma referência para estes países e para mais países africanos, devido sobretudo à boa governação e o ritmo do desenvolvimento e crescimento. Em resposta a esta pergunta, a política externa é analisada como um instrumento utilizado pelo governo cabo-verdiano em benefício do país. Nesse sentido, o estudo irá centrar-se em quais são as opções de política externa utilizadas pelo Governo ao longo dos últimos anos, e como isso tem contribuído para o desenvolvimento socioeconómico do país. Para uma melhor análise da pergunta em questão a tese analisa a política externa de Cabo Verde com as grandes potências mundiais, em especial com a UE, procurando compreender em que medida as opções estratégicas de Cabo Verde nas suas relações com estas potências têm sido importantes e em que medida têm reforçado a estratégia de desenvolvimento do país.

¹ Tais como, Costa (2011), Graça, (1998).

Posto isto, a pergunta de partida desta dissertação será: **Em que medida é que as opções de política externa de Cabo Verde têm contribuído para o desenvolvimento socioeconómico do país?**

Uma vez que com este estudo pretende-se uma análise da política externa de Cabo Verde como um instrumento utilizado para o crescimento socioeconómico do país, o método utilizado para realização deste trabalho será o método qualitativo, método, este, que “visa o estudo dos significados intersubjetivos, situados, construídos e usados” (Moreira, 2007: 50). O trabalho centra-se numa pesquisa indutiva, no sentido em que pretende-se com este estudo analisar e desenvolver conceitos, ideias e entendimento a partir de dados previamente obtidos. Ou seja este estudo vai basear em diferentes aspetos da política externa de Cabo Verde e a partir deles chegará a uma lógica explicativa do razoável sucesso de Cabo Verde em termos socioeconómicos.

Será feita uma abordagem racionalista, ao mesmo tempo interpretativa e reflexiva, na medida em que, perante factos e dados resultantes de uma opção política, será feita uma interpretação e reflexão sobre esses factos, a fim de obter uma posição sobre os resultados. Ainda neste trabalho estará presente uma contribuição do método histórico no sentido em que serão analisados alguns factos históricos, como por exemplo o passado do país como colónia de Portugal, qual foi o impacto que este teve na política externa de Cabo Verde nomeadamente nas relações bilaterais com Portugal, UE e outras potências como EUA e China, com as quais Cabo Verde iniciou relações externas desde o período que antecede a independência. Este trabalho foi uma pesquisa essencialmente documental, baseado em livros, documentos oficiais, revistas, *sites* oficiais entre outras fontes.

Tendo em conta estes objetivos, a dissertação é composta por quatro capítulos, abordando os conceitos teóricos e o contexto histórico da política externa de Cabo Verde; o contexto político atual; as dinâmicas de integração de Cabo Verde no sistema internacional; as relações com as potências mundiais; e as relações comerciais externas de Cabo Verde. Esta estrutura permitirá uma melhor resposta à pergunta de partida, uma vez que, após esta introdução, começa por desenvolver os conceitos e abordagens de análise de política externa, fundamentais para entender o caso particular de Cabo Verde, depois será analisada a origem da política externa de Cabo Verde antes da independência e o seu impacto no período pós-independência e na atual política externa do país. No período pós-independência o estudo centrar-se-á nas primeiras opções de política externa tomada com objetivo de ultrapassar as grandes dificuldades como o desemprego, analfabetismo, carência de alimentação, saneamento básico e, por fim, a reconstrução do Estado Nação. Olhando para o impacto destas opções e analisando as mudanças e evolução de Cabo Verde, incluindo através da

mudança do regime para a democracia, de novos métodos utilizados para o desenvolvimento do país como a integração no sistema internacional, chegar-se-á à conclusão dos resultados obtidos com as opções políticas tomadas. Em síntese, será possível identificar as grandes opções estratégicas da política externa de Cabo Verde da sua independência à atualidade.

O primeiro capítulo começa por tratar os conceitos e abordagens teóricas da análise de políticas externas e das Relações Internacionais, relevantes para o estudo da política externa em geral e em específico no caso de Cabo Verde. Neste quadro, será dado destaque às abordagens estruturais, olhando em particular para a distribuição de poder e o alinhamento de Cabo Verde com as potências mundiais. Em seguida são analisados os principais vetores da política externa de Cabo Verde no período que vai desde a independência até aos nossos dias. Destaca-se a preocupação como a criação de um Estado-nação capaz de sustentar e desenvolver o país e de criar empregos e desenvolvimento. Posteriormente são analisados os maiores desafios na formulação desta política externa pós-independência, a ligação à Europa e a outros Estados africanos. No caso africano destaca-se principalmente o corte de relações entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde. Por último o estudo centra-se nas transformações ao longo dos últimos anos, destacando os fatores chave da atual política externa de Cabo Verde, como a democracia, boa governação, crescimento e desenvolvimento do país, a inserção no mercado global e a entrada de novos atores internacionais nos cálculos estratégicos do país, como as Organizações Internacionais.

O segundo capítulo foca nos principais condicionantes do desenvolvimento e crescimento do país. Para este propósito, far-se-á referência à situação geográfica do país, que por sua vez impõe uma certa condicionalidade e alguns privilégios ao país, nomeadamente, condicionalidade por ser um país insular, mas com uma posição estratégica a 500 km de costa oeste de África, próxima das principais rotas marítimas norte-sul, que o beneficia. Em seguida é analisada a situação económica do país, abordando dentro dos pilares do seu desenvolvimento, os cinco componentes em que as opções da política externa foram orientadas e que exercem um grande poder sobre o mesmo: turismo, exploração dos recursos marinhos, ajuda externa, IDE e remessas dos emigrantes. Expostos os componentes do desenvolvimento do país são analisadas as condições do país no que diz respeito ao IDE, destacando o baixo risco político, económico e financeiro país, como uma das estratégias do governo para garantir a confiança e credibilidade do investimento externo; e igualmente outros mecanismos adotados para o desenvolvimento do país, como a educação, incentivo na melhoria das remessas dos emigrantes e implementação de uma nova fase do turismo.

Feita a abordagem sobre as opções da política externa de Cabo Verde, o terceiro capítulo centra-se mais restritamente nas relações externas de Cabo Verde, quer com as

grandes potências mundiais como os EUA e a China, quer com outros parceiros no âmbito das Organizações Internacionais. Esta análise procura posicionar Cabo Verde nas dinâmicas globais de poder e mapear a sua inserção no sistema internacional. Estas parcerias com os EUA e a China, por exemplo, desenvolvem-se já desde o início da luta pela libertação e vêm progredindo até à atualidade, ganhando uma dimensão estratégica na política externa de Cabo Verde, a par das relações como a UE. No mesmo capítulo é analisada a internacionalização económica de Cabo Verde, mais concretamente a sua integração na OMC, e a sua interação com novos atores internacionais, nomeadamente com outras Organizações Internacionais (OI) que foram passos importantes no reconhecimento internacional do país e ao mesmo tempo um grande desafio. Estas relações permitem também identificar novos padrões nas relações externas de Cabo Verde e a ilustrar a crescente inserção do país nos processos de globalização económica e social, que têm sido fundamentais para a sua estratégia de desenvolvimento.

No capítulo quarto, a dissertação usa o estudo de caso das relações bilaterais entre a UE e Cabo Verde, para identificar os benefícios retirados das opções da política externa do país. Centra-se nas relações entre estes dois atores, desde o contexto da cooperação ACP ao desenvolvimento de uma parceria especial entre os dois atores, enquadrado numa análise ampla da política externa da UE em relação aos países em desenvolvimento, abordando o início das relações multilaterais entre a UE e os países ACP com as convenções de Luandé ao Acordo Cotonou. Analisa a forma como as relações de Cabo Verde com a UE se desenharam num contexto de globalização e alguma competição com outros atores internacionais. Por fim destacar os benefícios que Cabo Verde tem retirado desta relação externa, nomeadamente através das Convenções, Acordos, cooperação e relações comerciais. A dissertação termina com as conclusões.

Capítulo 1- Quadro Teórico: A Política Externa de Cabo Verde da Independência à Atualidade.

A política externa de Cabo Verde, desde a sua independência, foi criada e reconstruída, sofrendo grandes alterações, obtendo sucessos e enfrentando obstáculos, que serão desenvolvidos durante este capítulo. O quadro teórico de análise da política externa de Cabo Verde será as teorias de políticas externas, nomeadamente conjugando explicações sistémicas/estruturais, incluindo o contexto pós-colonial em que o desenvolvimento da política externa cabo-verdiana se tem dado, com explicações de natureza interna. Aqui serão abordadas as opções políticas dos partidos no poder, face aos instrumentos e abordagens à disposição de Cabo Verde para definir e alcançar os seus objetivos estratégicos. Este quadro teórico, conjugando estas duas abordagens permite criar uma grelha de análise mais complexa, onde quer os fatores estruturais do sistema internacional, quer os fatores internos têm um peso na explicação da política externa de Cabo Verde.

1. Análise de políticas externas: conceitos teóricos das Relações Internacionais

A área das Relações Internacionais, por ser uma ciência recentemente desenvolvida, com mais precisão a partir da segunda Guerra Mundial, encontra-se ainda em desenvolvimento. No que se refere à política externa, o estudo teórico sobre o caso também tem sido insuficiente, contudo se destaca o estudo do professor James Rosenau (1971) sobre a política externa, na obra *The Scientific Study of Foreign Policy* e, alguns investigadores que deram continuidade no estudo sobre a política externa. Política externa define-se como “o conjunto dos objetivos, estratégias e instrumentos que decisores dotados de autoridade escolhem e aplicam a entidades externas à sua jurisdição política, bem como os resultados não intencionais dessas mesmas opções” (Freire e Vinha, 2011: 18). Segundo o Christopher Hill (2003: 3) a política externa é definida como a soma das relações externas oficiais num sistema internacional marcado pela interdependência, conduzida por um ator independente nomeadamente um Estado. Devido ao fraco estudo sobre a política externa, segundo Magalhães (2005) tem havido uma certa confusão tanto pela sociedade como pelos próprios teóricos ao distinguir a política externa da diplomacia, no sentido em que usam a diplomacia como um instrumento pacífico da política externa e ao mesmo tempo também denominam a

política externa de diplomacia. A política externa distingue-se da política internacional e igualmente da diplomacia. A diplomacia distingue-se claramente da política externa por ser um instrumento pacífico que os Estados usam na sua política externa com o propósito de atingir o seu fim. A política externa distingue-se da política internacional por ser a relação de um Estado com um ou mais Estados e Instituições, enquanto a política internacional resume como sendo a relação entre os diferentes Estados na totalidade (Magalhães, 2005: 23).

Contraopondo-a à política interna, a política externa é um conjunto de ações que vai para além das fronteiras do Estado. Enquanto a política interna lida com os meios e o contexto doméstico, como os recursos dos Estados, o seu desenvolvimento económico, a sua estrutura demográfica, as estruturas de decisão, etc., a política externa foca-se no meio externo onde se implementa e no impacto das decisões. Contudo, não é possível conceber a implementação da política externa, sem entender quais aos meios internos à disposição do Estado, nomeadamente a sua capacidade económica e militar, nem sem entender os constrangimentos externos que se colocam à atuação dos Estados. Pode dizer-se que uma complementa a outra e tendem a evoluir de forma paralela. Uma má gestão da política interna pode ter consequências negativas na política externa, principalmente na credibilidade de um Estado face a outros atores externos (Sousa, 2008: 160). Podemos, pois, afirmar que uma característica central para o estudo das políticas externas é a relação estreita com as dinâmicas e o contexto interno em que essas políticas são definidas. Isto é algo que esta dissertação irá ter em conta na análise da política externa de Cabo Verde.

Segundo algumas abordagens teóricas tais como a teoria neo-realista /realismo estruturalista de Kenneth N. Waltz (2010) os fatores estruturais têm um grande peso na definição da política externa, uma vez que a estrutura afeta a forma como as unidades ou agentes se relacionam nomeadamente na competição global pelo poder. Citando aqui o exemplo da Guerra Fria foi um dos acontecimentos marcantes na história onde os fatores estruturais tiveram grande impacto na definição da política externa dos dois blocos, o capitalismo americano e comunismo soviético. Aqui pode-se notar o constrangimento que esta estrutura do sistema internacional representava para os restantes países, como era o caso de Cabo Verde, analisado mais a frente neste capítulo. Segundo Gaddis (2007: 18) o período pós Segunda Guerra Mundial, marcado pela mudança no sistema internacional com a ascensão dos dois blocos, os EUA e a União Soviética e o declínio da Europa, teve grandes impactos nos países do terceiro mundo, isto devido as ideias opostas defendidos pelas duas superpotências. Outro exemplo que realça a importância dos fatores estruturais são os desequilíbrios globais na distribuição de riqueza, referindo o exemplo das relações norte-sul e da ajuda ao

desenvolvimento. Um contexto que ainda hoje afeta a posição global de países como Cabo Verde e as possibilidades da sua política externa.

Em suma, uma análise completa dos fatores que definem a política externa de um país tem de ter em conta não só o contexto internacional, como também o contexto doméstico, em que as decisões de política externa são tomadas. Isto porque, as decisões estatais podem ser influenciadas pelos interesses domésticos. Valerie Hudson (2007) e a Helen Milner (1997) são autoras com importante contributo na compreensão da influência dos atores domésticos na decisão da política externa. Segundo Hudson (2007) a posição dos atores domésticos em relação aos agentes tomadores de decisão política apresenta grande importância. A influência que os atores domésticos representam na decisão da política externa depende muito da sua coesão, igualmente da sua representatividade e da sua atitude ativa sobre assuntos da política externa. Em síntese, quanto mais coeso é o ator, maior é a sua habilidade para a cooperação e a influência sobre um determinado assunto. Milner (1997), também destaca a importância da posição dos atores domésticos em relação ao decisor político. Segundo a autora, os interesses dos atores domésticos são diferenciados, o que quer dizer que, podem haver atores domésticos que apoiam o decisor político e igualmente atores domésticos que criticam o decisor político dependendo dos seus interesses. Assim sendo, as decisões da política externa tomadas pelos decisores políticos, dependem muitas vezes do contexto doméstico e dos jogos de interesses dos atores domésticos.

Outras correntes da análise das políticas externas sublinham o papel central dos líderes políticos e decisores. Aqui destacam-se uns dos principais correntes da análise da política externa, o realismo e liberalismo, teorias com perspectivas opostas sobre os valores, atitudes e a ideologia do decisor político, bem como a estrutura burocrática em que a decisão é tomada. Do ponto de vista dos realistas o principal objetivo do decisor político torna-se a maximização do poder, a garantia do interesse nacional, o interesse está sempre a frente dos valores, enquanto que para os liberais o valor está frente dos interesses, o principal objetivo do decisor político resume-se na prática de políticas externas responsáveis que baseiam na prática de leis comuns que minimizam os riscos e, partilha de valores que asseguram a segurança e bem estar de todos (Dougherty e Pfaltzgraff, 2003).

A definição da política externa de um Estado deve pois ter em conta os objetivos ou fins a atingir, os recursos internos a sua disposição e o contexto externo. Com base neste cálculo e apreciação, o decisor tem de adequar os instrumentos de política externa à sua disposição aos objetivos que pretende alcançar. Tendo em conta os instrumentos da política externa desde os mais cooperativos como os que advém de “Contratos Plurilaterais ou negociação” onde destaca a Negociação direta, Diplomacia, Mediação e “Contrato

Unilaterais” onde se destaca a Propaganda, Espionagem, Intervenção económica, Intervenção política, aos mais coercivos ou instrumentos violentos onde se destaca a Dissuasão, Ameaça, Guerra económica, Pressão militar, Guerra” (Magalhães, 2005: 30), o decisor político avalia o contexto externo e os instrumentos a sua disposição como a capacidade económica, militar, território, etc., optando pelos instrumentos da política externa que vai usar consoante o fim que pretende atingir.

Referindo aqui alguns acontecimentos internacionais históricos que tiveram resultados marcantes consoante as opções políticas tomada pelos decisores políticos, a Primeira e Segunda Guerra Mundial é um dos exemplos onde os meios mais coercivos estiveram presentes. Depois deste fenómeno, regista um dos métodos mais cooperativo, a diplomacia e cooperação com a formação da União Europeia. Ainda é importante realçar a Guerra Fria como uma guerra económica entre os dois blocos. Referindo aqui o caso de Cabo Verde e Guiné Bissau na luta pela independência, a primeira opção tomada pelo líder político Amílcar Cabral foi o método cooperativo, através de cartas propostas para a independência dos dois países, mas na recusa de várias tentativas da cooperação prosseguiram para a guerra o melhor recurso para obter independência (Pontes, s.d). No geral, nas relações entre os Estados a nível internacional, os métodos cooperativos têm-se destacado face aos métodos coercivos, no sentido de serem a primeira opção, os métodos coercivos têm sido utilizado em último caso. De entre os métodos cooperativos que têm sido utilizados destacam-se, as crescentes relações diplomáticas entre países a nível internacional, resultando nas grandes organizações, a nível mundial e regionais, como caso da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), *North American Free Trade Agreement* (NAFTA), Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), *Association of Southeast Asian Nations* (ASEAN), União Africana (UA), OMC, CEDEAO etc., cada vez mais os decisores políticos optam por meios pacíficos da política externa tanto a nível do comércio como a nível de segurança, meio ambiente etc., Isto porque optando pelas teorias liberais, os decisores políticos veem os seus interesses a serem realizados mais facilmente e com maior sucesso. Ao respeitarem valores, princípios, segurança em comum, os interesses dos Estados, a negociação resulta numa soma positiva, onde todos saem a ganhar.

A cooperação, negociação e comércio internacional, são componentes essenciais para uma relação externa estável e pacífica, uma vez que, segundo as ideias de Montesquieu (Nogueira; Messari, 2005: 62), o comércio gera laços de dependência entre países, tornando-os mais próximos e amigáveis, afastando a hipótese da guerra e resolvendo os problemas que poderão surgir, através da cooperação e negociação. Os princípios do liberalismo que defendem a ideia de cooperação, negociação, comércio internacional, liberdade, democracia e direitos humanos, segundo Kant, (Nogueira; Messari, 2005: 64) na sua formulação do

conceito de federação pacífica, para se referir ao conjunto dos Estados que compartilham uma forma republicana de governo, os Estados ao seguirem os mesmos princípios, geram uma zona estável de paz e segurança.

Em particular no caso de comércio internacional, segundo os pensadores liberais do século XX, existe uma profunda incompatibilidade entre o comércio e guerra, o que quer dizer que o comércio é visto por estes autores como promovedor da paz estabilidade e desenvolvimento. O comércio é necessário e vantajoso para o bem-estar das nações. Ao mesmo tempo o comércio internacional é indispensável para um desenvolvimento económico contínuo. Nesta perspetiva, o interesse material leva à preferência dos indivíduos e grupos sociais pela paz (Smith *et al.*, 2010).

A política externa de Cabo Verde foi consequência dos condicionantes internos e das dinâmicas externas. Os condicionantes internos foram o primeiro passo na construção da política externa de Cabo Verde. Por ser inicialmente uma colónia Cabo Verde foi alinhando numa primeira fase a política externa com países que o apoiavam na luta pela libertação como os EUA, Cuba, Marrocos e a China entre outros. Após a independência, os fracos recursos internos tiveram um peso importante na definição dos objetivos da política externa, os decisores políticos direcionaram a política externa como o método de beneficiar os cinco principais componente do crescimento e desenvolvimento do país como a ajuda externa, turismo, remessas dos emigrantes, IDE e recursos marinhos, componentes a serem desenvolvidos no próximo capítulo. Atualmente a necessidade do país se internacionalizar economicamente, a nível regional e internacional, também teve um grande peso na definição da política externa, nomeadamente em tomar novos rumos e perspetivas em manter e consolidar as suas relações externas com parceiros como a UE e a China. No que diz respeito às dinâmicas externas, o período que antecede a independência nos anos 1960, se demonstravam favoráveis a libertação das colónias, o que facilitou o apoio destes países em ajudar as colónias e pressionar os países colonizadores. Após a independência o contexto internacional favoreceu a política externa de Cabo Verde nas relações com países que eram membros da União Soviética, com o seu desmoronamento.

Apesar dos apoios prestados por parte das grandes potências como EUA na libertação das colónias, não deixa de estar presente o constrangimento estrutural. Ou seja, mesmo apoiando as colónias face ao país colonizador, como era o caso de Portugal, essa decisão deveria ser contrabalançada pela posição estratégica de Portugal na luta contra a URSS, nomeadamente o papel da base de lajes nos Açores e o facto de Portugal ser um aliado da NATO.

Para um pequeno Estado como Cabo Verde, gradualmente emergindo no contexto regional e internacional como um claro caso de sucesso da transição pós-colonial, os instrumentos cooperativos são particularmente relevantes para a sua política externa. Os decisores políticos têm avaliado os instrumentos internos que são rigorosamente limitados, apostando assim numa política externa responsável. Nas suas relações externas com as grandes potências mundiais como EUA, China e UE, tem optado pelos métodos mais viáveis para atingir os seus objetivos, a negociação e cooperação, com vista à integração no mercado mundial.

2. Política externa em transição - Cabo Verde pós-independência

O país teve a sua independência em 1975, tendo vivido até aí sobre o regime colonial português. Após a sua independência, as políticas internas e externas de Cabo Verde foram redesenhadas com a construção do Estado-nação/Estado de Cabo Verde. O Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo Verde (PAIGC),² Partido liderado pelo Amílcar Cabral, lutou pela independência de Guiné e Cabo Verde. Após a independência o partido assumiu o poder, que mais tarde, com a transição política para a democracia foi liderado pelo Movimento para a Democracia (MPD). Desde então a política cabo-verdiana tem sido dirigida por estes dois partidos. Estes são fatores importantes na análise das dinâmicas internas que ajudam a definir a política externa do país.

Após a independência vários são os desafios enfrentados pelo país, nomeadamente a construção do Estado-nação, que, apesar de parecer viável, levantou bastantes dificuldades, principalmente devido à disponibilidade reduzida de recursos naturais, baixo rendimento *per capita* e a sua própria limitação territorial. Considerando esta situação, os dirigentes políticos, desde muito cedo, adotaram por uma estratégia de desenvolvimento que visava a intensificação da ajuda externa para os Países Menos Avançados (PMA) e uma boa gestão desse financiamento, por outras palavras, o Estado privilegiava as relações políticas e económicas recetivas à ajuda externa, esforçando numa maior aproximação ao Ocidente com objetivo de conciliar as ajudas dos dois blocos (Silva, 2001: 34).

De entre os principais acontecimentos marcante no contexto internacional nos anos 1980 a 1990 que conseqüentemente foram fatores que marcaram a política externa de Cabo Verde no período pós-independência, a nível político internacional estão a Guerra Fria e a queda do Muro de Berlim. As lutas pela independência desenvolveram-se por isso num contexto estratégico de luta por influência em África, entre o sistema capitalista e o sistema comunista. As duas superpotências, EUA e a URSS, que defendiam princípios completamente opostos, dificultaram as escolhas do alinhamento dos países externos em se posicionarem e optarem. Assim sendo, os interesses estratégicos das superpotências nesses países geraram conflitos regionais entre países nomeadamente da África e da América Latina onde cada uma das superpotências apoiava movimento de libertação diferentes (Aron, 1962).

² PAIGC foi criado oficialmente em setembro de 1956, por guineenses e cabo-verdianos, partindo da ideia do líder Amílcar Cabral (Ferreira, 1999: 27).

A queda do Muro de Berlim em 1989 foi um dos grandes acontecimentos no sistema político internacional, conseqüentemente o desmoronamento da União Soviética, que causou a mudança no sistema internacional, passando de um sistema bipolar para um sistema unipolar, tornando os EUA a potência hegemónica (Ikenberry, 2001: 2018-256). Este acontecimento foi um grande desafio para os Estados africanos que se encontravam sob influência da política defendida pela União Soviética, que, com o seu colapso, se viram na necessidade de adotar as políticas defendidas pelos EUA, caso quieram continuar a beneficiar da sua ajuda externa.

Nesse período, os Estados africanos apresentavam uma forte influência do marxismo, incluindo Cabo Verde, mas este apesar de ter recebido na altura apoios externos de países comunistas, nomeadamente da União Soviética, a China e de alguns países ocidentais como a Suécia, nunca se deixou posicionar claramente, com qual das superpotências alinhava (Cabral, 1974: 77-78). Sendo assim não teve grandes mudanças a fazer na sua política para se adaptar aos princípios defendidos pelos EUA com o colapso da União Soviética.

O passado de Cabo Verde como colónia teve impacto no surgimento e no alinhamento da sua política externa. Primeiramente, por ser em Portugal onde surgiu o movimento dos estudantes cabo-verdianos que mais tarde evolui para partido PAIGC. Este processo marcou dois importantes fenómenos para a política externa de Cabo Verde. Primeiro, porque para lutar pela independência tonou-se necessário entrar em contacto com países e instituições que no momento se apresentavam recetivos às colónias que pretendiam lutar para independência.³ Segundo, destaca-se a própria ligação que depois da independência Cabo Verde manteve com Portugal e UE. Com isso conclui-se que a política externa de Cabo Verde começou a desenvolver-se durante a luta pela libertação, através dos alicerces lançado pelos dirigentes políticos da luta pela libertação (Graça, 1998: 166), começando com união política entre a Guiné-Bissau e Cabo Verde (tratado em pormenor mais à frente neste capítulo) e que se expandiu através de ações diplomáticas para outros Estados e potências como os EUA, a União Soviética, Cuba, China e Marrocos, e as instituições que também os apoiavam nomeadamente a ONU. Apesar do momento em que o mundo se encontrava, em plena Guerra Fria, o líder e o fundador do partido PAIGC, Amílcar Cabral, muito cedo desenvolveu vários contactos com outros Estados, na preparação da luta de libertação, nomeadamente com Cuba onde manteve contacto com o Comandante Ernesto Che Guevara, em 1965, e Fidel Castro, em Havana em 1966, para discutir detalhes da ajuda cubana ao PAIGC (Santos, s.d). Angariou também apoio da China, Marrocos, países de leste Europeu,

³ Como os EUA, União Soviética, China, Marrocos e a ONU etc.

Argélia e a República Democrática da Alemanha para a causa da luta pela libertação (Évora, 2004:58).

Sendo o líder incontestado, Amílcar Cabral preparou o terreno para o desenvolvimento de fortes relações externas, uma vez que o país não apresentava condições suficientes de viver isolado. Assim, viajou para vários países para participar em algumas conferências e visando a concretização de negócios, como foi o caso da viagem à China, em 1960, para negociar o treino dos membros do PAIGC na Academia Militar em Nanjing (Pereira, 2003: 385) também participou em reuniões e conferências de carácter apelativo para a independência, exemplo disso foi a reunião realizada em Paris em 1955 “sobre o desenvolvimento da luta contra o colonialismo português” e na Tunísia, em 1960, “participa na segunda conferência dos povos africanos”. Em Londres numa conferência internacional denuncia o colonialismo português e, em 1972, intervém pela primeira vez no comité da descolonização da ONU (Santos, s.d). Estas ações ou a prática diplomática seguida pelo Amílcar Cabral (MNE, 1991: 9) tiveram impacto no contexto da luta pela independência e da emergência de uma ação externa cabo-verdiana, através do encorajamento e apoio recebido destes países e da ONU.

A presença do líder cabo-verdiano em alguns países comunistas fez com que ele recebesse algum reconhecimento, como foi o caso, em dezembro de 1972, quando “a Academia das Ciências da URSS conferiu-lhe o título de doutor *honoris causa*” (Santos, sd). Permitiu também que Cabo Verde se reaproximasse da União Soviética, que veio a tornar-se um dos principais fornecedores de ajuda externa de Cabo Verde e, posteriormente com o seu fim, permitiu que muitos dos novos estados independentes da ex-URSS e os estados do pacto de Varsóvia se tornassem parceiros externos de Cabo Verde, incluindo a Eslováquia, Eslovénia, Ucrânia, Lituânia, Letónia e Estónia. É também de salientar que Amílcar Cabral participou na primeira conferência onde foi criado o (MAC) Movimento Anticolonial envolvendo os grupos nacionalistas em Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe e que teve lugar em Lisboa em 1958 (Sousa, 2006: 11). Esta participação reforçou o vetor regional na política externa de Cabo Verde e uma das suas primeiras prioridades passou por desenvolver o movimento anticolonial e assegurar a independência do país.

As viagens feitas por Líder Amílcar Cabral para vários países, a participação em reuniões e congressos e a criação de várias organizações de luta para libertação resultaram na independência dos países africanos, nomeadamente os PALOP. A atitude política adotada pelo movimento de libertação de Cabo Verde foi “extremamente eficaz na condução dos assuntos internacionais e diplomáticos e na condução de frentes unificadas nos momentos críticos”

(Lobbon, 1995: 145), o que quer dizer que, a par da revolução dos cravos em Portugal, a independência foi resultado também da luta interna e do apoio externo.

No que diz respeito à política externa de Cabo Verde, um dos primeiros passos de Amílcar Cabral, com vista a garantir a sobrevivência, foi propor a união com Guiné Bissau para se tornarem mais fortes e criarem e manterem relações externas com vários outros países. Mesmo com o caso de Portugal, o país colonizador, Amílcar Cabral não se mostrou contra o país em si, mas contra as políticas que persistiam em manter colónias, o que demonstra que os meios pacíficos da política externa, a negociação foi um dos princípios deste líder político cabo-verdiano.

Em síntese, a relações de Cabo Verde com países como EUA e China, iniciadas com Amílcar Cabral, foram de grande importância para a política externa de Cabo Verde, uma vez que estas relações se tornaram mais fortes e oficiais após a independência. A tradição deixada por este líder cabo-verdiano continuou com os seguidores políticos tanto do partido PAICV como do MPD, tendo expandido as relações externas, atualmente verificando-se que Cabo Verde mantém relações políticas e diplomáticas com vários países a nível mundial.

Segundo Évora (2004: 53, 69), dois períodos antecedem a transição da política externa de Cabo Verde. O primeiro período é marcado pelo início do processo para a independência política e a criação do Estado-nação. Este período caracteriza-se pela unidade política e constitucional entre Cabo Verde e a Guiné-Bissau, em que os dois países estavam sob domínio do partido PAIGC. O segundo período é marcado pela “transição de um regime monopartidário a um regime multipartidário.”

A política externa de Cabo Verde, durante o primeiro período, estava direcionada para o continente africano, nomeadamente para a Guiné-Bissau com quem partilhava os mesmos objetivos, em especial a luta pela liberdade. As relações entre os dois países não perduraram tanto quanto se esperava, devido à existência de interesses divergentes dos partidos que compõem o PAIGC.⁴ Divergências, estas, que originaram conflitos que acabaram por separar a política e desmantelar o PAIGC que unia os dois países, com o Golpe do Estado na República de Guiné-Bissau em 1980 (Nóbrega, 2003: 169). A união feita com a criação do

⁴ PAIGC é uma corrente que não chegou “a assumir uma definição ideológica clara”. Teve várias influências, nomeadamente o marxismo por ser uma corrente em que muitos dos seus dirigentes estudaram num período com forte influência do marxismo. A existência das diferentes ideias dentro do PAIGC como ideias defendidas pela URSS, China, Cuba (Cardoso, 1993:14), foi um dos fatores que mais tarde levou desentendimento dentro do partido.

PAIGC, consistia primeiramente na luta pela independência de Guiné e Cabo Verde,⁵ Os objetivos do PAIGC incluíam:

A independência imediata e total de Guiné e Cabo Verde; 2- Unidade da Nação na Guiné e em Cabo Verde; 3- Unidade dos povos de Guiné e de Cabo Verde; 4- Unidade Africana; 5- Regime Democrático, anticolonialista e anti-imperialista; 6- Independência económica, estruturação da economia e desenvolvimento da produção; 7- Justiça e progresso para todos; 8 Defesa nacional eficaz e ligada ao povo; 9- Política Internacional própria, no interesse da Nação, da África, da paz e do progresso da humanidade (Lopes 1996: 33).

A união política entre estes dois países teve importância para Cabo Verde, nomeadamente na obtenção da independência através da luta armada na Guiné, cumprindo apenas um dos objetivos do programa do PAIGC. Também se destaca como o período que marca o início da relação entre a UE e Cabo Verde, através da convenção de Lomé assinada em 1978 (Monteiro, 2001: 140).

O segundo período decorreu entre 1980 e 1990, com fim da unidade política entre Guiné e Cabo Verde. Nestes 10 anos, Cabo Verde não se demonstrou fracassado por não atingir os objetivos que iam para além da independência, mas progrediu rumo à consolidação política e ao desenvolvimento do país, nomeadamente através da maximização da ajuda externa e da boa relação que procurou manter com os países doadores. Nesse sentido, o desenvolvimento de relações mais próximas com países desenvolvidos e potenciais doadores foi um passo importante. Cabo Verde estabeleceu e manteve relações diplomáticas com países como Portugal, Espanha, França, EUA, França, Holanda, Bélgica, Reino Unido, Áustria, Suécia, Itália e Republica Federal Alemã.

Este foi um período marcado também por intensas relações com os outros países africanos, devido à proximidade histórica e ideológica, tais como Angola e São Tomé. Partilhavam um passado histórico como colónias de Portugal e de luta pela independência com o mesmo ideal. Apesar desses alinhamentos, as relações com os parceiros africanos foi dificultada devido a alguns problemas, nomeadamente a imigração ilegal. Perante estas dificuldades, a política externa de Cabo Verde, durante este período, manteve o enfoque nas relações com os Estados Unidos e com a Europa, que representavam os maiores fornecedores de ajuda externa, garantindo ao país a captação dos recursos necessários ao seu desenvolvimento.

⁵ Ideia defendida pelo Líder Amílcar Cabral, que centrava não só no seu sentimento ou apego por estes dois países por ser descendente de mãe guineense e pai cabo-verdiano, mas também pelo facto de os dois países unidos terem mais força para combater as dificuldades enfrentadas.

3. A política externa contemporânea de Cabo Verde - Transição para democracia

Após a independência, Cabo Verde viveu sob regime de partido único, durante um período de 15 anos. Nos primeiros 5 anos foi dirigido pelo PAIGC, com o representante do governo Luís Cabral.⁶ Em 1980, com o rompimento da união entre a Guiné e Cabo Verde, este último assumiu o partido único, o PAICV, dirigido por Aristides Pereira, que esteve no poder por um período de 10 anos. Em 1990, deu-se a primeira eleição multipartidária, com dois principais partidos políticos, o PAICV e o MPD. A derrota do PAICV e a vitória do MPD pôs fim à ditadura do partido único, dando início à democracia. Contudo não se pode dizer que o partido de MPD tenha sido o pai da democracia em Cabo Verde, apesar de na prática o período democrático ter começado com o seu governo. Podemos dizer que Amílcar Cabral, nos princípios e objetivos defendidos pelo PAIGC, continha a implementação do regime democrático, tanto na Guiné como em Cabo Verde, mas que, contudo, não viriam a ser levados avante pelos seus seguidores após a sua morte.

A transição política, de um regime autoritário para um regime democrático, em Cabo Verde, foi pacífica, mas isso não significa que não tenha havido mobilização social. No início da década de 1990 deu-se um conjunto de transformações políticas internas em CV que alteraram a direção e rumo da sua política externa, nomeadamente por razões antecedentes das manifestações sociais que acabaram por fragilizar o controlo político exercido pelo partido, conduzindo o país para a democracia. Manifestações sociais como as que tiveram lugar em 1987, com as manifestações estudantis de Mindelo ou em 1989 os distúrbios na Ilha do maio, as manifestações dos agricultores, a oposição manifestada pela igreja Católica, assim como também a oposição manifestado durante os anos 1980 pelos militares “trotskistas” que antes pertenciam ao partido PAICV (Koudawo, 2001: 120). Estas lutas sociais tiveram impacto na transição política para o regime democrático, que alterou consideravelmente a política externa cabo-verdiana principalmente na abertura económica e no reconhecimento internacional como um país democrático.

Em Cabo Verde, a democracia inicialmente apresentava-se bastante frágil, tendo um continuo progresso até atualidade, tentando uma melhor integração, abordando todos os princípios da democracia. Isto porque após a sua implementação veio a ser a prioridade dos governos, principalmente nas relações externas, em especial com a UE, o maior defensor

⁶ Com a morte do Amílcar Cabral em 1973, após a Independência o irmão Luís Cabral assumiu o governo de Guiné Bissau e Cabo Verde após a independência em 1975 a 1980.

deste princípio. Tornou-se, pois, claro que o país teria muito a ganhar se fosse reconhecido internacionalmente como uma democracia.

Com a democracia deu-se um salto qualitativo na política externa de Cabo Verde, passando a democracia a constituir um dos principais pilares da política externa de Cabo Verde. Este processo fez com que Cabo Verde se apresentasse ao mundo como um Estado democrático, que promove liberdade e respeito pelos direitos humanos e permitiu ao mesmo tempo a afirmação das comunidades cabo-verdianas no estrangeiro. Facilitou também uma diplomacia direcionada para a economia de mercado e o desenvolvimento num mundo globalizado, impulsionando o crescimento e desenvolvimento do país.

4. Grandes opções da política externa de Cabo Verde: o desenvolvimento como prioridade estratégica

Durante os 15 anos do governo do partido único, as opções de política externa de Cabo Verde, liderado pelo partido de PAIGC, direcionaram-se, nos primeiros 5 anos para África sobretudo para Guiné. Nos 10 anos consecutivos, com o rompimento da relação com Guiné, as opções do governo centraram-se sobretudo na relação com a UE, que se apresentava como maior fornecedor de ajuda. Portugal também foi um dos países prioritários da política externa de Cabo Verde, por ser o ex-colonizador e devido aos emigrantes cabo-verdianos presentes em Portugal. “A prioridade do governo centrava-se na criação de bases para o desenvolvimento do país nomeadamente nas áreas de educação, saúde e infraestruturas” (Leite, 2004: 2). Esta foi também uma fase marcada pela emigração cabo-verdiana, sobretudo para países europeus.

Durante o período que antecede a democracia, a política externa de Cabo Verde foi uma política pouco expansiva restringindo-se apenas à procura de ajuda externa (Cardoso, 2008: 193). Com a democracia, em 1991, passou a ser uma política mais abrangente englobando os interesses internos propícios para o desenvolvimento e as estratégias para o relacionamento externo, como ser um país democrático, com as práticas de boa governação respeito pelos direitos humanos. Foi um período marcado pela liderança do partido MPD, em que abriu novos interesses na política externa de Cabo Verde, centrando no desenvolvimento económico sustentável. A abertura da economia do país aos investidores estrangeiros fez com que a política externa se tenha centrado nos países investidores. Ou seja a política externa deixou de se centrar apenas nos países fornecedores de ajuda externa, e passou a considerar também os países que poderiam investir no país. O investimento no setor público até 1995 prevalecia como principal fator do crescimento económico, mas a mudança da política em dar prioridade ao investimento privado em 1990, fez com que verificou-se um crescimento do investimento externo, sobretudo no setor bancário e no setor hoteleiro. Assim sendo, de 1994 a 1999, foram executados projetos em investimento num valor de cerca de 173 milhões de USD (República de Cabo Verde, 2007: 3).

Durante o mandato de PAIGC/PAICV, de 1976 a 1990, foram propostos dois planos de desenvolvimento: o primeiro plano incidia sobre a melhoria de vida, desenvolvimento das infraestruturas básicas, incentivo da criação de atividades económicas, saúde e educação; o segundo plano foi direcionado para a pesca, turismo e serviços. Durante o mandato do MPD, de 1990 a 2000, foram propostos o terceiro e quarto plano de desenvolvimento. O terceiro plano centrou-se sobretudo na liberalização económica, redução do emprego e

consequentemente da pobreza, na privatização das empresas, equilíbrio do comércio externo, centrando também na questão de saúde, educação, proteção ambiental e nutrição. O quarto plano centrou-se mais na liberalização, privatização e descentralização (Leite, 2004: 2-3). Durante os 25 anos de mandato do PAIGC/PAICV, entre 1976 e 1990, estes planos de desenvolvimento saldaram-se num crescimento económico médio de 6% por ano e descida de inflação de 21% para 3,5% (Andrade, 2002: 272). Em 2000 já se registava a redução do analfabetismo para um total de 25,2%. Dos 25% da energia que cobria o país em 1990 passou para 60% em 2000 (INE, 2000).

Em 2001, com a derrota do MPD e a vitória do PAICV, partido que desde então tem regido o país, com três vitórias consecutivas, iniciou-se nova fase na política externa do país, nomeadamente na aposta numa política de desenvolvimento sustentável e principalmente na internacionalização económica. Estas políticas permitiram a intensificação das relações com potências internacionais como a UE, EUA e China. Foi uma fase marcada pela nova relação entre a UE e Cabo Verde, através da parceria especial, igualmente na relação com a EUA através do programa Millennium Challenge Account e com a China, que neste últimos anos tendo sido um grande parceiro de Cabo Verde principalmente na cooperação.

Assim sendo, a política externa cabo-verdiana tem sido um importante vetor da implementação da estratégia do desenvolvimento do país, desenvolvendo-se através da mobilização dos recursos e de estabelecimento das redes de parcerias (Rocha, 2010). Com isso tem-se verificado um grande incentivo do país na procura de novas parcerias externas, mantendo uma linha de atuação adaptada aos princípios da política externa do país, a fim de preservar e aumentar a credibilidade externa (Neves, 2004: 15-16).

Nas opções da política externa, os objetivos e prioridades, segundo o ex-Diretor Nacional de Assuntos Políticos e Cooperação, Luís Rocha, são identificados 5 grandes abordagens diplomáticas: uma diplomacia política; uma diplomacia económica; uma diplomacia virada para segurança; uma diplomacia virada para a transação e mobilização de pessoas e comunidade exterior; e por fim uma diplomacia cultural (Rocha, 2010). Ao nível político, procura-se promover a visibilidade do país, através do aumento da sua participação, e reforçar a sua afirmação internacional. Para além disso, procura manter uma imagem internacionalmente aceite, como um país assente nos princípios democráticos, com estabilidade política e boa governação e reforçar as suas relações multilaterais com organizações como a ONU, a União Africana (UA) e a CEDEAO.

Na economia, a sua prioridade é executar uma diplomacia económica do desenvolvimento, capaz de favorecer o investimento privado estrangeiro, que possibilite o

acesso a novos mercados e que promova o desenvolvimento económico e social do país. Procura, por isso, dar incentivos ao IDE, virado para a exportação, turismo e outras áreas ligadas às comunicações, transportes, etc.

Cabo Verde promove também uma diplomacia que garanta a segurança e a estabilidade do país no contexto internacional, regional e local, mantendo a segurança interna e externa e garantindo a proteção do território. No que diz respeito à segurança humana, procura garantir a defesa dos direitos fundamentais dos cidadãos, a proteção da sua integridade física e a criação das condições necessárias para exercer os seus direitos políticos, económicos e sociais.

Na mobilidade de pessoas, a prioridade tem sido promover uma migração controlada e legal, assegurando a integração e defesa dos seus interesses. Por último na cultura, a prioridade é promover a cooperação cultural com as organizações, renovar os acordos culturais e valorizar o património cultural.

Cabo Verde tem sofrido significativas mudanças internas desde a sua independência, principalmente no que diz respeito à democratização do país, a afirmação do Estado do Direito e crescimento e diversificação da economia, apresentando significativos avanços nos setores da educação, saúde infraestrutura e participação política dos cidadãos. Com isso, o país tem conseguido a redução dos níveis de pobreza e a saída do país da lista dos países menos avançados, através do crescimento do PIB de menos de 300\$US, em 1975, atingiu hoje um *PIB per capita* de mais de 1200U\$ (Neves, 2001: 10). Apesar dos progressos atingidos ainda persistem vulnerabilidades a nível ambiental, social e económico, que limitam um desenvolvimento global e autossustentado.

No contexto internacional, a política externa cabo-verdiana encontra-se sujeita a vários riscos, como os demais países, nomeadamente a competitividade internacional, resultante da integração do comércio mundial, no qual Cabo Verde já participa desde 2008. Isto representa um grande desafio para o país, devido à sua limitação territorial e de recursos, capaz de o tornar competitivo ao nível dos países membros da OMC. As deslocalizações económicas, as questões identitárias na diversidade cultural, e a crise mundial também são fatores presentes na política externa do país. Em relação à sua inserção na economia regional apresenta algumas limitações no âmbito da CEDEAO, por ser uma organização que engloba a maioria dos Países Menos Avançado (PMA), com grande *deficit* de recursos humanos e industrializações capazes de competir com outras organizações regionais e internacionais.

Perante estes desafios, o Governo aposta numa política externa que se centra na garantia do mercado do escoamento dos produtos nacionais e na melhoria das indústrias do país, capaz de proporcionar uma melhor exportação, sendo este último um fator muito fraco em relação às importações do país. Para além disto, o Governo centra a política externa na melhoria dos principais pilares do desenvolvimento do país. No capítulo seguinte abordaremos a situação económica do país e os seus 5 pilares do desenvolvimento, que sempre foram prioritários nas opções da política externa: Ajuda Externa, Recursos Marinhos, Turismo, Remessas dos Emigrantes e o Investimento Direto Estrangeiro.

Por fim em síntese, podemos dizer que

a evolução crescente dos diversos indicadores económicos e sociais de Cabo Verde mostra que a trajetória definida pelos governos PAICV e do MPD se apresenta como uma estratégia de desenvolvimento muito semelhante. A passagem de uma economia planificada para uma economia de mercado e a criação de um sistema multipartidário, respeitador de uma rotatividade política pacífica, permitiram a liberalização económica e a abertura ao exterior, condições essenciais ao sucesso do seu desenvolvimento económico e social (Leite, 2004: 10).

Atualmente faz-se um balanço de Cabo Verde como um País de Desenvolvimento Médio (PDM), com relação externas com grandes potências a nível mundial, integração regional e internacional como o caso da integração na OMC e as relações externas com organizações internacionais como o Banco Mundial e Banco Africano para o Desenvolvimento (BAD) e as negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Capítulo 2 - Contexto e Situação Política, Económica e Social de Cabo Verde

1. Principais condicionantes do desenvolvimento e crescimento do país

1.1. Situação geográfica, aspetos físicos e demográficos

A situação geográfica, aspetos físicos e demográfica são fatores importantes a serem abordados inicialmente neste capítulo, devido a algum peso que tiveram na orientação das opções políticas tomadas pelo Governo, após a independência. Opções como o incentivo dos Governos nas relações externas com os países doadores da ajuda externa, incentivo e investimento no turismo, remessas dos emigrantes etc., os quais serão destacados mais à frente.

Cabo Verde é um arquipélago localizado a 455km da costa ocidental africana. Um arquipélago constituído por 10 ilhas e 8 ilhéus, dividido em dois grandes grupos, Barlavento e Sotavento. Devido à sua situação geográfica, integra o grupo dos países do Sahel⁷. Apresenta um clima árido, quente e seco, e um terreno íngreme, rochoso e vulcânico, com um curto período da chuva de junho a outubro, apresentando, por isso, fracos recursos hídricos. Sendo assim, a sua agricultura é essencialmente para o consumo interno. Do seu território, com 4,033 km, apenas 11.41% é terra cultivável.⁸ A pequena percentagem da terra cultivável e o curto período de precipitação resultam numa baixa produção agrícola, incapaz de satisfazer as necessidades da população. Tendo em conta estas características, Cabo Verde é um país que vive praticamente das importações, incluindo os produtos petrolíferos devido à escassez dos recursos naturais (Abecasis, 1985: 24).

Por ser um país insular, sofre de problemas de transportes, em que fortes correntes e ventos podem isolar as ilhas por períodos consideráveis. Não só entre as ilhas dentro do país,

⁷ Grupos de países africanos que se situa entre o deserto do Saara e as terras mais férteis a sul. Incluem-se no Sahel: Cabo Verde, Senegal, Mauritânia, Mali Burkina Faso, Níger, Chade Sudão; Etiópia, Eritreia, Djibouti, Somália, e a parte norte da Nigéria. Estes países são caracterizados pela fraca agricultura, devido a pouca precipitação entre 150 a 500mm por ano.

⁸ CIA, "The World Factbook: Cape Verde" Central Intelligence Agency <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/cv.html> [10 de dezembro de 2011].

mas o seu isolamento do resto do mundo constitui um problema, no sentido em que fica dependente dos transportes marítimos e aéreos.

A insularidade e as condições físicas, como fracos recursos naturais e híbridos, foram fatores que, desde muito cedo, após a independência, fizeram com que a política externa de Cabo Verde se tenha centrado principalmente nas relações com organizações que forneciam ajuda ao desenvolvimento, como o caso da UE, através da Comunidade Económica Europeia (CEE) (Abecasis, 1985: 24) e, o caso da ONU, através da criação da representação da ONU em Cabo Verde e de alguma das suas agencias especializadas, explicado com mais detalhe mais à frente.

Esta relação com estas organizações centrava-se na ajuda externa financeira e técnica prestada pela CEE. Ajudas, estas, que contribuíram para o apoio de diversos setores no melhoramento das condições de vida das populações, no desenvolvimento agrícola, infraestruturas de comunicação e transporte, no saneamento básico, na proteção dos solos e valorização dos recursos hídricos, na infraestrutura portuária, na cooperação industrial, no incentivo e apoio para uma cooperação regional, na formação e assistência técnica, na ajuda alimentar e apoio prestado às ONG nacionais (Abecasis, 1985: 25). A ideia de apoio e incentivo na criação de novas ONG foi também importante e atualmente encontram-se no país várias ONG em diversas áreas com uma contribuição significativa no bem-estar da população.

Ao mesmo tempo que a sua posição geográfica no oceano Atlântico dificulta o transporte e a comunicação no território cabo-verdiano, faz também com que o país seja privilegiado, visto que este constitui um dos pontos de maior densidade de cruzamento de rotas atlânticas marítimas e aéreas. Estas Rotas interligam a África ocidental aos EUA, permitindo a ligação com o Canadá e o Caribe, e a travessia entre o Mediterrâneo e o Brasil (Republica de Cabo Verde, 2002: 3). Esta localização estratégica é uma importante ferramenta de barganha com os parceiros internacionais e que tem sido potenciada na política externa de Cabo Verde. Para os sucessivos governos a situação estratégica de Cabo Verde sempre representou uma mais-valia para o país. Nesse sentido vários foram os reforços e estratégias, utilizados por eles com objetivo de tornar a situação geográfica de Cabo Verde como motor de enriquecimento (Silva, 2004: 80). Reforços, estes, nomeadamente nas guardas costeiras, com objetivo de proporcionar um maior controlo de tráfico de drogas, armas e emigrações ilegais, por fim uma maior segurança marítima.

Cabo Verde tem sido tradicionalmente visto pelos outros países como ponto de ligação à África, nomeadamente o caso de Portugal e de Espanha que viam Cabo Verde como ponto

de penetração para África, e de escala para muitos países nas rotas comerciais dos escravos, que faziam pausa nas ilhas para se abastecerem (Albuquerque, 1995: 152). Atualmente ainda se verificam alguns casos semelhantes, como o caso da China que também vê as relações com Cabo Verde como uma estratégia de se aproximar do continente africano e principalmente dos PALOP, onde Cabo Verde está inserido. Devido aos seus interesses políticos e económicos em África e na perspectiva de uma maior aproximação aos países de língua oficial portuguesa, como Angola e Guiné, a China tem realizado fóruns da cooperação económica e comercial com os países da CPLP mantendo relações diplomáticas com 49 estados africanos, incluindo Cabo Verde (Mendes, 2008: 187).

Em relação à UE, a posição estratégica de Cabo Verde é um dos fatores que tem reforçado a sua relação com a UE em questões de segurança, nomeadamente na luta contra os tráficos ilegais como a imigração clandestina e droga. A posição geográfica de Cabo Verde é particularmente privilegiada no controlo destes fenómenos, contribuindo com a cooperação policial e judicial (Comissão das Comunidades Europeias, 2007: 2). Assim sendo, nas questões de segurança e defesa, os Governos têm utilizado a situação estratégica do país como um instrumento político e de poder no reforço nas relações externas com países como EUA, Reino Unido, Portugal e Espanha tendo celebrado vários acordos de fiscalização conjunta de Zona Económica Exclusiva (ZEE) de Cabo Verde (Costa, 2009: 205).

No que diz respeito à demografia, Cabo Verde tem cerca de meio milhão de habitantes, um total de 527 269 pessoas presentes no país segundo a estatística de 2011, e mais de metade da sua população encontra-se no estrangeiro (INE, 2011). Segundo as estatísticas de 2000, 273 400 encontram-se na América, 93 200 em África, 151 180 em Europa, somando um total de emigrantes 517 780 emigrantes. A emigração não só resultou na criação de laços de amizade entre países acolhedores com Cabo Verde, como também trouxe bastantes progressos para o mesmo, algo que será desenvolvido com maior pormenor mais à frente.

Tabela 1: População total por indicadores de população e ano

Ano	2009	2010	2011
População total	508 633	517 831	527 269

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) de Cabo Verde www.ine.cv [5 de fevereiro de 2012].

A sua população, por ser essencialmente jovem, conforme mencionado no quadro abaixo, também é um dos aspetos que pesa na tomada da decisão do Estado em relação à política externa. Tendo fracas condições de sobrevivência, apesar da contínua redução da

pobreza e desemprego, ainda são fatores de obstáculo para o país, assim sendo atual Governo PAICV que se encontra no poder com três mandatos consecutivos têm apostado numa política externa direcionada para o desenvolvimento do país, focando em três aspetos essenciais: “a inserção ativa na economia internacional, o sector privado como motor do desenvolvimento; o desenvolvimento e a afirmação da cultura nacional” (Neves, 2004: 14). Na inserção ativa na economia internacional a prioridade centra-se no setor turismo, Indústria têxtil e ligeira (2004: 15). Para além destes passos, o Governo de Cabo Verde fez com que algumas das relações, inicialmente marcadas por um caráter de ajuda ao desenvolvimento, passassem para relações de cooperação, como é o caso da UE, que deixou de ser apenas um parceiro de ajuda para ser um parceiro de cooperação e comercialização. Este passo na política externa de Cabo Verde foi importante para passar para o desenvolvimento do país conforme é analisado mais à frente.

Tabela 2: População cabo-verdiana distribuído por percentagem da estrutura de idade

Estruturas de Idade	%	Rapazes	Raparigas
0-14	32,6%	84,545	83,718
15-60	61,%	154,697	164,917
Para cima de 65	5,5%	10,648	17,575

Fonte: CIA, “The World Factbook: Cape Verde”, Central Intelligence Agency, <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/cv.html> [05 de dezembro de 2011].

Conforme consta no quadro, a população considerada não “apta” para trabalhar, acima dos 65 anos, apenas representa 5,5%, o que quer dizer que o país carece de muito emprego para sustentar a população.

No que diz respeito à urbanização, 61% de população total é urbana. Anualmente regista-se uma taxa de mudança rural para urbano de 2.4%.⁹ Isto significa que as cidades precisam de grandes infraestruturas para um melhor acolhimento da população e que são necessárias melhorias nas condições rurais, capazes de satisfazer as necessidades de emprego e melhoria nas condições de vida a fim de diminuir a taxa deslocação para cidades. Este foi

⁹ CIA, “The World Factbook: Cape Verde”, Central Intelligence Agency, <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/cv.html> [05 de dezembro de 2011].

um dos fatores que esteve presente nas Grandes Opções do Governo. No documento sobre os “Princípios em que deve assentar o Desenvolvimento Nacional” destaca-se a agricultura como um importante setor do desenvolvimento económico e social no meio rural. A agricultura desempenha um importante papel na económica e social do país como: “(i) reforço da segurança alimentar; (ii) introdução de novas tecnologias no campo; (iii) fornecimento do mercado interno, tendo em conta o desenvolvimento do turismo (iv) promoção de uma abordagem integrada do desenvolvimento das comunidades rurais” (Neves, 2001: 8).

1.2. Situação económica, recursos e condições sociais

Cabo Verde, no período da luta pela libertação entre 1973 a 1975, após 5 séculos como colónia de Portugal, encontrava-se num estado de subdesenvolvimento humano, enfrentando uma grave crise económica, social e alimentar, com ausência de projetos concretos para o desenvolvimento do país. A ausência de quadros qualificados e equipamentos dificultava os cuidados de saúde e conseqüentemente a taxa de natalidade era de 2% e a de mortalidade de 1,2%. A taxa de analfabetismo rondava os 75%, com mais acentuação nas zonas rurais onde chegava os 90%. O desemprego atingia entre 70 a 85% da população ativa. No que diz respeito às condições sanitárias era completamente debilitadas, com ausência de água potável e com fracas condições industriais e de infraestruturas (Andrade, 2002: 266-267).

A economia de Cabo Verde, enquanto uma pequena economia aberta, esteve desde a sua independência principalmente dependente das transferências do exterior. As ajudas externas e as remessas dos emigrantes foram os principais fluxos de financiamento da economia de Cabo Verde na década de 1990, que entre 1990 a 1999 somaram um total de 44% do PIB (Tolentino *et al.*, 2008: 124). A partir de 1992, com a aprovação da nova legislação do investimento estrangeiro, a indústria transformadora, apesar de apresentar um peso relativamente baixo no PIB de Cabo Verde, vem assumindo uma importância crescente no que se refere às exportações do país. Estes Investimentos são realizados, na sua maior parte, por empresas portuguesas.

A economia de Cabo Verde está, por isso, mais orientada para o setor dos serviços, nomeadamente o turismo que tem sido um dos principais pilares do desenvolvimento da economia de Cabo Verde, representando 75% do PIB e 45% do emprego. No período de 2003 a 2007, o PIB teve uma taxa média de crescimento de 6,5%, tendo registado nos últimos anos uma evolução positiva atingindo o seu auge em 2006 com 8% da taxa do crescimento (AICEP,

2009: 4). Apesar do crescimento económico, a taxa de desemprego em Cabo Verde continua elevada, embora em constante diminuição. De 26% em 2001 teve uma descida para 20% atualmente, e o índice de pobreza igualmente teve uma descida favorável de 36,7% da população em 2001 para 26,6 % em 2007 (AICEP, 2009: 5).

Tabela 3: Indicadores da economia do país

	2008	2009	2010
GDP (paridade de poder aquisitivo)	\$1.749 bilhões	\$1.781 bilhões	\$1.861 bilhões
GDP (taxa de troca oficial)	-----	-----	\$1.573 bilhões
GDP (composição através do setor)	-----	-----	Agricultura: 9% Indústria: 16.2% Serviços: 74.8%
Investimento (total fixo) GDP	-----	-----	36.9%
Orçamento	-----	-----	Despesas: \$680.8 milhões Rendas: \$520.7 milhões
GDP per capita	\$3,500	\$3,600	\$3,700

Fonte: CIA, “The World Factbook: Cape Verde”, Central Intelligence Agency, <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/cv.html> [05 de dezembro de 2011].

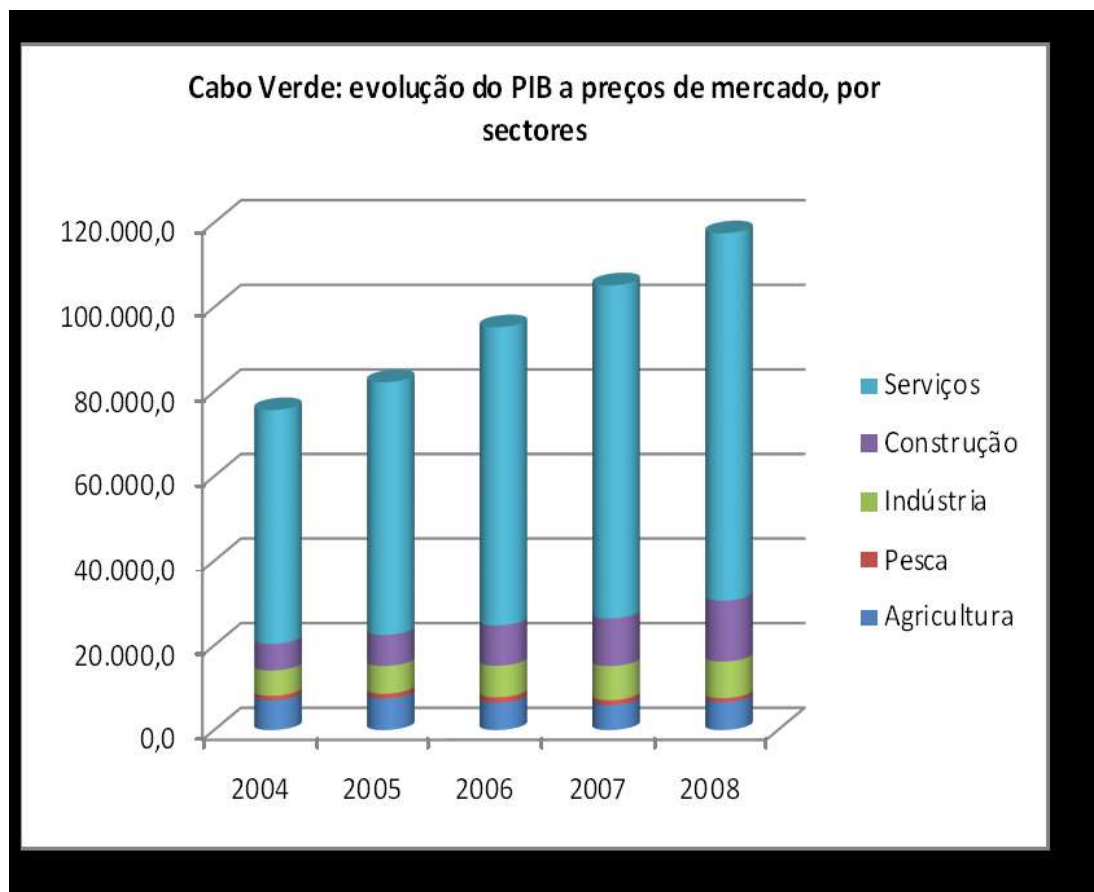
*nota: dados estão em dólares de EUA

Segundo as palavras do Primeiro-ministro de Cabo Verde, José Maria Neves (2001: 6-7) são vários os valores essenciais que estão por detrás do desenvolvimento nacional: i) a independência nacional e a institucionalização da democracia pluralista são fatores primários e essenciais no desenvolvimento do país, uma vez que faz com que em Cabo Verde haja paz, estabilidade política, tranquilidade social e vivência da democracia, o que resulta em maior credibilidade exterior, proporcionando melhores relações externas com os outros países; ii) valorização dos recursos humanos, com grande incentivo na educação e formação, o que se reflete nas instituições públicas e proporcionam uma implementação de política capaz de gerar um excelente alicerce de recursos humanos; iii) valorização da mulher, este constitui um importante elemento do desenvolvimento do país, através da sua contribuição no desenvolvimento económico, político, social e cultural do país.

Em acréscimo, é um país com incentivo para a captação do investimento externo e exportação, que mantém cooperação internacional a nível bilateral e multilateral. Ainda por possuir um quadro macroeconómico estabilizado e coerente e uma estabilidade económica que se desenvolveu com a implementação de políticas macroeconómica e reformas estruturais (MECC, 2010: 29).

A economia de Cabo Verde como já foi referido após a democratização política e económica do país depende especialmente dos setores de serviços, representando 66% do PIB em 2008. A figura abaixo representa a evolução do PIB a preços de mercado, por setores.

Figura 1: Evolução de PIB por setores



Fonte: Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade de Cabo Verde (2010), https://portoncv.gov.cv/dhub/porton.por_global.open_file?p_doc_id=763 [5 de dezembro de 2011].

Como pode ser constatado na figura acima, existe uma percentagem reduzida de agricultura, que se reduz apenas ao consumo interno, exigindo elevados níveis de importação agrícola. A pesca, indústria e construções representam uma pequena percentagem na

economia de Cabo Verde. A sua economia assenta principalmente nos setores dos serviços, onde se destaca o turismo com grande contributo no desenvolvimento do país, as remessas dos emigrantes entre outros.

Neste sentido serão analisados os cinco principais componentes que têm contribuído para o desenvolvimento do país, constatando o seu impacto na economia de Cabo Verde, como resultado das opções políticas do governo.

2. Pilares do desenvolvimento do país

2.1. Ajuda externa

Este tem sido o primeiro método adotado pelo Governo como um fator promotor do sustento do país no período pós-independência. Foram épocas em que a ajuda representava o maior elo de ligação entre Cabo Verde e os seus parceiros externos, como EUA, UE e Portugal. A ajuda externa é um dos componentes que contribuiu para o crescimento e desenvolvimento do país, desde a sua independência, até a saída de Cabo Verde dos países menos avançados. A Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), em conjunto com as remessas dos emigrantes nas últimas três décadas, tiveram um impacto significativo nas estratégias de sobrevivência e desenvolvimento de Cabo Verde. A APD tem influenciado o país através de mecanismos como “a estabilidade da balança de pagamentos, infraestruturas investimento na educação e saúde, reformas da administração central e local” (Tolentino *et al.*, 2008: 109).

No que diz respeito aos doadores de ajuda externa, a UE tem sido o maior doador da ajuda externa para Cabo Verde (Monteiro, 2001: 94). Cabo Verde também tem beneficiado da ajuda externa fornecido pelo programa Millennium Challenge Account dos EUA e igualmente beneficia do programa African Growth and Opportunity Act (AGOA)¹⁰. Aspectos desenvolvido com maior pormenor nos capítulos seguintes. Contudo a ajuda externa é um setor que tem apresentado alguns desequilíbrios no seu contributo no PIB de Cabo Verde, dos 22% da APD atingidos em 1990, houve uma descida para 5,5% em 2006 (Tolentino *et al.*, 2008: 109), isto devido ao desenvolvimento que o país tem tido e a algumas transformações na relação com os

¹⁰ Embaixada dos EUA, “Secção comercial” Praia Cabo Verde
<http://portuguese.praia.usembassy.gov/root/embaixada/seco-comercial.html> [03 de janeiro de 2012].

país doadores, como o caso da relação entre UE e Cabo Verde que tem evoluído para uma relação de cooperação e negociação deixando de ser apenas relação de doador beneficiário. Ou seja Cabo Verde tem aproveitado a ajuda fornecida para fazer com que o país seja competitivo a nível internacional, deixando apenas de ser um país um beneficiário da ajuda. A liberalização económica, a aposta no turismo, educação, IDE, formação profissional e de quadros são exemplos a realçar.

Em resultado disso, Cabo Verde foi excluído da lista dos PMA pelas Nações Unidas em 1 de janeiro de 2008, contudo ainda continuaria a beneficiar das preferências pautais destinados para países menos avançado até ao final do ano 2010 (Comissão Europeia, 2007: 1). Por fazer parte da categoria dos PMA, desde a sua independência até 2010, Cabo Verde beneficiou deste regime especial, regime este que consiste na ajuda dos PMA através do Programa Alimentar Mundial, do financiamento das ONG, e dos programas fornecidos para o desenvolvimento socioeconómicos do país, nomeadamente na construção de infraestruturas, educação etc. em outras palavras, a ajuda externa é um fator que sempre esteve presente no desenvolvimento de Cabo Verde (República de Cabo Verde, 2007: 2).

É importante realçar que a ajuda que Cabo Verde tem recebido até então, não se deve apenas ao facto de Cabo Verde ser um país menos avançado, mas também pelo facto dos Governos do país terem-se esforçado em manter uma boa relação com os países doadores e fazendo com que seja merecedor dessas ajudas. No caso da UE, Cabo Verde tem cumprido os princípios defendidos pela UE, nomeadamente as exigências políticas de ser democrático, com respeito pelos direitos humanos. Ao mesmo tempo, Cabo Verde colabora para atingir algumas metas como os princípios contidos na Declaração do Millennium das Nações Unidas¹¹, principalmente no ponto III que se refere ao desenvolvimento e erradicação da pobreza (Nações Unidas, 2000: 6).

Cabo Verde é um dos poucos países que podem atingir os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) até 2015. Quatro desses oito objetivos «atingir o ensino primário universal, promover a igualdade de género, reduzir a mortalidade infantil e melhorar a saúde materna» foram alcançados no final de 2010 (*African Economic Outlook*, 2011).

Isto demonstra o esforço dos dirigentes políticos em manter um país estável, em desenvolvimento e com perspectivas de ser competitivo. Em conclusão, o contributo da

¹¹ “A Declaração do Milénio das Nações Unidas é um documento histórico para o novo século. Aprovada na Cimeira do Milénio - realizada de 6 a 8 de setembro de 2000, em Nova Iorque -, reflete as preocupações de 147 Chefes de Estado e de Governo e de 191 países, que participaram na maior reunião de sempre de dirigentes mundiais” (ONU, 2000).

ajuda externa no desenvolvimento de Cabo Verde está por detrás de uma boa gestão das ajudas.

2.2. Recursos marinhos

A pesca desde sempre foi uma importante fonte de rendimento, com importante contributo nas exportações do país e no abastecimento alimentar das populações (NL, Notícias lusófonas, 2003: 1). Esta foi uma das primeiras atividades a serem desenvolvidas no país, apresentando atualmente várias formas tradicionais de pescar. A atividade piscatória é feita em grande parte na zona compreendida entre as ilhas do Sal, Boavista e Maio.¹²

Segundo a Organização para a Alimentação e Cultura (FAU-UN) o potencial dos recursos disponíveis do setor das pescas é elevado, existe uma grande quantidade das atividades piscatórias realizadas anualmente, o que traduz num considerável número de empregos, aproximadamente 10 000 trabalhadores. Posto isto, a atividade piscatória para além do seu contributo na geração de emprego, contribui para aumentar as exportações do país e conseqüentemente para o crescimento do PIB do país (República de Cabo Verde, 2004: 6-7). Atualmente tem-se verificado um significativo aumento de percentagem das pescas no PIB. Segundo o secretário de Estados dos Recursos Marinhos de Cabo Verde, Adalberto Vieira, o setor das pescas teve um contributo no PIB em 2011 de 7 a 10% (África 21 Digital, 2012). Pode se constatar que houve um significativo aumento neste setor, apesar do seu pouco contributo em relação aos outros setores, atualmente é considerado pelos Governos como um dos setores estratégicos do desenvolvimento do país.

Este foi um setor que contribuiu para as relações externas de Cabo Verde em termos de comércio, nomeadamente na exportação para países europeus como Alemanha, França, Portugal, Espanha, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, EUA, Grécia, Antígua e Panamá. Esta relação permaneceu até ano de 1999 e a partir daí teve uma quebra até 2004 devido principalmente ao um embargo¹³ da UE (República de Cabo Verde, 2004: 7). Embargo este, que apesar de outros mercados conquistados pelos exportadores cabo-verdianos, como a África do Sul, Senegal e mantendo os EUA, teve graves conseqüências para o país, devido a perda dos principais mercados, o que resultou na falência de muitas empresas. Assim sendo

¹² Câmara de Comércio Industria e Turismo Portugal Cabo Verde “Pesca: caracterização” http://www.portugalcabo Verde.com/item2_detail.php?lang=1&id_channel=33&id_page=134&id=146 [20 de dezembro de 2011].

¹³ Embargo imposto por UE, em que um dos motivos foi a falta das condições necessárias em termos de espaço ligado à atividade pesqueira e análises laboratoriais físico-químicas e, microbiológicas dos produtos da pesca e da água de acordo com as normas sanitárias nacionais e internacionais.

com o objetivo de ultrapassar este embargo os dirigentes políticos sentiram a necessidade de arranjar condições suficientes para terem credibilidade externa, principalmente para recuperar o mercado da UE. Com esse objetivo, “instalou um laboratório com capacidade para a realização das principais análises físico-químicas e microbiológicas dos produtos da pesca e da água, de acordo com as normas sanitárias nacionais e internacionais, e certificou estabelecimentos de processamento, transformação e armazenagem de produtos da pesca”.¹⁴ Posto isto em 2004 se verificou a substituição de muitas empresas anteriormente falidas a recuperar os mercados novamente.

Em 2011, este setor teve um contributo no reforço das relações entre UE e Cabo Verde, através da realização do Acordo Geral de Pesca entre UE e Cabo Verde, que entrou em vigor em 1 de setembro de 2011 e é válido até 31 de agosto de 2014. Segundo o artigo 2 do protocolo, o acordo consiste na captura de 5.000 toneladas de pescado nas áreas marítimas cabo-verdianas, em troca de 435.000 euros por ano, com mais 110.000 que asseguram a base das políticas de pesca (Jornal Oficial da União Europeia, 2011: 1).

O que se pode dizer deste acordo é que o país para além dos ganhos em termos económicos, o Governo procura retirar deste acordo um reforço da aproximação política à UE, que é o principal parceiro externo, incluindo nas questões comerciais. Este acordo beneficia assim a relação externa de Cabo Verde com UE em termos de parcerias e acordos e ao mesmo tempo garante o mercado do escoamento, descartando a possibilidade do embargo que se registou anteriormente.

2.3. Turismo

A nível mundial, o turismo constitui um dos setores com maior dinâmica no crescimento económico e social dos países, sobretudo nos países em desenvolvimento. A partir de 1960, com a construção do aeroporto internacional na Ilha do Sal, verificou-se o aumento deste setor, tendo-se desenvolvido de forma mais acentuada após a independência, com o investimento dos países europeus, nomeadamente Portugal, Espanha, Reino Unido e Itália.¹⁵

¹⁴ Câmara de Comércio Indústria e Turismo Portugal Cabo Verde “Pesca: caracterização” http://www.portugalcaboverde.com/item2_detail.php?lang=1&id_channel=33&id_page=134&id=146 [20 de dezembro de 2011].

¹⁵ Observatório do Turismo Cabo Verde, (2009) “Indicadores Turísticos.” <http://www.observatoriodoturismocv.org/pagina.php?id=41> [03 de janeiro de 2012].

O turismo constitui um dos setores que sempre foi privilegiado pelos Governos cabo-verdianos como o motor de desenvolvimento do país. O crescimento económico e social tem sido proporcionado pela entrada de divisas e a geração de emprego, oferecendo dividendos positivos desta estratégia (Duarte, 2011: 2).

A importância do setor turístico no desenvolvimento da economia de Cabo Verde começou a partir dos anos 1990 e tem vindo a aumentar progressivamente. É de salientar que, entre 2000 e 2008, o número de turistas em Cabo Verde teve uma média de crescimento de 11,4% ao ano, ultrapassando as taxas do crescimento do turismo mundial. Dos 145.000 turistas em 2000, houve um aumento para 333.354 em 2008.¹⁶ As dormidas no mesmo período referido tiveram um crescimento médio anual de 14,5%, derivado do aumento de 684,7 mil dormidas para 1,8milhões (MECC, 2010: 49).

Cabo Verde não foi uma exceção no que diz respeito aos efeitos da crise financeira internacional no turismo a nível mundial, visíveis em 2008. Apesar de ter um crescimento de 7% em relação ao ano 2007, foi um crescimento inferior aos restantes últimos anos. Em relação às dormidas registou um aumento de 27% em 2008 (MECC, 2010: 49).

O setor do turismo apresenta grandes contributos no crescimento da economia do país, nomeadamente através de 4 pontos essenciais: nas receitas deixadas pelos turistas, na entrada de divisas no país com os gastos em viagens, no investimento no setor e na criação de emprego que gera direta e indiretamente. Para além do seu forte contributo no crescimento do PIB de Cabo Verde, a geração do emprego através dos outros três componentes representam uma mais-valia para o país, devido à forte taxa de desemprego que se regista no país sobretudo nos jovens, por ser um país de população jovem, conforme referido na tabela 2. A pobreza e a taxa de desemprego sempre foi um dos problemas estruturais do país, em que os Governos têm concentrado atenção até hoje.

A criação de emprego direto através do turismo, apesar de não ter sido muito elevada, registava em 2008 cerca de 4.081 funcionários com emprego nos estabelecimentos hoteleiros. No que diz respeito ao emprego gerado indiretamente, apesar de não serem contabilizados, apresentam uma certa influência na criação de emprego através das outras atividades como construção civil de hotéis, pausadas, entre outros¹⁷ No crescimento da economia, segundo o Banco de Cabo Verde (BCV) em 2008 os turistas estrangeiros deixaram

¹⁶ Ver Tabela 4 em anexo.

¹⁷ Observatório do Turismo Cabo Verde, (2009) “Indicadores Turísticos.” <http://www.observatoriodoturismocv.org/pagina.php?id=41> [03 de janeiro de 2012].

no país receitas na ordem dos 25,3 milhões de contos,¹⁸ que contribuíram com 19,4% do PIB, e representam a maior percentagem do total das receitas do setor serviços, com um total de 60,8%. Relativamente à entrada de divisas no país, os gastos de turistas com viagens para Cabo Verde, tem um crescimento anual de 29%. Dos 4,8 milhões de contos em 2000 teve aumento para 25,3 milhões de contos em 2008, representando um aumento de 425%.¹⁹ Para além das receitas deixadas e entrada de divisas, o turismo representa um grande contributo no investimento externo em Cabo Verde. O que faz com que se verifique uma melhoria nas condições que vai ao encontro dos interesses dos turistas.

O investimento no setor turístico em Cabo Verde nos últimos anos tem verificado um significativo aumento. Segundo um inventário anual realizado pelo INE, em 2009, Cabo Verde teve um crescimento de 9,5% na sua rede hoteleira, em relação ao ano 2008, apresentando 173 estabelecimentos hoteleiros. Destes, 69,9% representam os que têm a participação maioritária do capital privado nacional, e 23,7% aos que representa a participação da maioritária de capital estrangeiro. O nacional teve um crescimento de 13,1% em relação ao ano de 2008, o estrangeiro teve um crescimento de 2,5%.²⁰

Em termos de mercados emissores, mais uma vez a Europa se destaca entre outros continentes. Para além de ser o principal mercado de escoamento de produtos referidos anteriormente, também é o principal continente emissor de turistas para Cabo Verde, representando 85% em 2008, com a Alemanha, França, Espanha, Portugal, Reino Unido e Itália a serem os principais países emissores de turistas para Cabo Verde nos últimos dois anos, conforme representado na tabela abaixo.

¹⁸ A moeda de Cabo Verde é o escudo cabo-verdiano que tem uma taxa, a 1 de junho de 2012, de câmbio para o euro de 1 euro equivale a 110, 265 escudos.

¹⁹ Ministério do Turismo Indústria e Energia
http://www.mecc.gov.cv/index2.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=49&Itemid=75 [2 de janeiro de 2011].

²⁰ Observatório do Turismo Cabo Verde, Notícias, “Rede hoteleira cresce 9,5 por cento em Cabo Verde”
<http://www.observatoriodoturismocv.org/modulo.php?l=detalhe&m=noticias&r=71> [03 de janeiro de 2012].

Tabela 5: Evolução de hóspedes e dormidas 2010-2011 de principais países emissores de turistas

Ano 2010			Ano 2011	
Países	Hospedes %	Dormidas %	Hospedes %	Dormidas %
Espanha	2,7	1,9	4,2	3,3
França	8,0	6,8	9,6	8,4
Alemanha	9,7	14,5	9,3	13,1
Itália	15,0	16,5	11,7	13,3
Portugal	19,1	16,6	19,3	16,2
Reino Unido	20,6	28,6	20,6	30,0

Fonte: INE, www.ine.cv [3 de fevereiro de 2012].

Segundo a tabela, o Reino Unido tem sido o país com maior número de turistas que visitaram Cabo verde nestes dois últimos anos, com 20,6% de hóspedes e 30,0% de dormidas em 2011.

2.4. Remessas dos Emigrantes

As remessas dos emigrantes no último século tomaram uma proporção que destaca alguma atenção sobre o mesmo. Estima-se que no início do século XXI cerca de “200 milhões de pessoas, o que equivale 3% da população mundial, vivem mais de um ano fora dos seus países de origem”. A migração no sentido sul-norte verifica 40% dos movimentos. Os restantes 60 % representam a migração no sentido sul-sul (Tolentino *et al.*, 2008: 23).²¹ Posto isto torna imprescindível analisar a importância das remessas dos emigrantes no desenvolvimento do país de origem, neste caso concreto de Cabo Verde.

Na Conferência Ministerial dos PMA realizada em fevereiro de 2006 no Benim foi reconhecida a importância das remessas no desenvolvimento do país de origem, devido ao seu grande contributo no desenvolvimento do setor financeiro, nomeadamente nas poupanças e no investimento (OIM, 2006). Igualmente o Conselho Económico Social das Nações Unidas reconhece, em relação aos PMA da Ásia e do Pacífico, a importância que as migrações

²¹ Ver Tabela 6 em anexo.

internacionais podem ter financeiramente na realização dos objetivos de desenvolvimento do milénio (ECOSOC, 2007).

Plabo e López (2008) concluíram que, em relação aos países da América Latina e Caraíbas, em geral, as remessas dos emigrantes proporcionam um crescimento acelerado, reduzindo a pobreza e têm tido um impacto positivo nas economias. Segundo estes autores, os efeitos das remessas têm uma particular importância no desenvolvimento do setor financeiro, dos investimentos e das poupanças. Tem também implicação no bem-estar geral e no rendimento, na melhoria da educação e saúde. As remessas são a maior fonte de financiamento externo do mundo em desenvolvimento, que ultrapassa os montantes anuais da APD e o seu impacto sobre a atenuação da pobreza e a promoção do crescimento é amplamente reconhecido (Pinto e Pinheiro 2007: 121-122).

A emigração cabo-verdiana desde muito cedo foi um dos caminhos escolhidos para o sustento das famílias, especialmente pelos chefes das famílias, tendo crescido progressivamente até os últimos anos. Pode ser dividida em quatro fases. A primeira fase está ligada à expansão colonial portuguesa em África. Nos anos 40 do século XX deu-se a segunda fase da emigração dos cabo-verdianos para o continente africano mais concretamente para o Senegal, Gâmbia, Angola, Moçambique, São Tomé e Príncipe e também para os EUA e Portugal. Depois da Segunda Guerra Mundial deu-se a terceira fase da emigração para Europa mais concretamente para Holanda, França, Portugal, Luxemburgo Suíça e Itália. Nos anos 60 deu-se a quarta fase da emigração sobretudo para Portugal (Tolentino *et al*, 2008: 116-117).

Segundo (Tabela 7 em anexo) a maior comunidade de emigração cabo-verdiana encontra-se no continente Americano e a segunda maior comunidade na Europa. A emigração da diáspora cabo-verdiana desde muito cedo fez gerar laços de amizade entre Cabo Verde e os países de acolhimento, tendo sido o segundo ponto de contato das relações externas de Cabo Verde após o contato do líder Amílcar Cabral. Isto porque muitos dos países europeus e os EUA, têm sido os maiores exportadores das remessas dos emigrantes para Cabo Verde. Em 2000, Portugal ocupava o primeiro lugar, posição que se manteve até 2008 com “3,1 mil milhões (28 milhões de Euros), seguido de França - 2,2 mil milhões (19 milhões de Euros), dos Estados Unidos - 1,4 mil milhões - (12,5 milhões de Euros) e dos Países Baixos - 1,2 mil milhões - (10,8 milhões de Euros)” (Carvalho, 2010: 59). Isto faz com haja relações entre Cabo Verde e os países acolhedores de emigrantes, nas questões de documentos, direitos dos emigrantes, entre outros aspetos. Neste âmbito foram estabelecidos acordos de cooperação e

convenções de Segurança social,²² com países como Portugal, Holanda, França, Luxemburgo e Suécia. Está atualmente em negociação acordos semelhantes com o Senegal e a Itália. Estes acordos e convenções estão direcionados para o regulamento nas prestações “eventualidades de doença, maternidade, acidente de trabalho e doenças profissionais, desemprego, invalidez, velhice, morte e encargos familiares”. Assenta nos princípios da igualdade de tratamento, determinação da legislação aplicável, conservação dos direitos adquiridos e em curso de aquisição, mútuo auxílio administrativo entre autoridades e instituições.²³

Cabo Verde é um país que tradicionalmente viveu sobretudo dependente das transferências do exterior. Em 2005, as remessas dos emigrantes rondaram os 11 mil milhões de escudos, atingindo o máximo verificado, desde 1991. Nos anos de 2006 e 2007 constata-se uma ligeira diminuição, mas voltam a aumentar em 2008 com o valor das remessas a atingir os 10,42 mil milhões de escudos, com um aumento de 265,3 milhões de escudos em relação ao ano 2007. As remessas dos emigrantes cabo-verdianos tem uma grande importância na economia do país, representando uma importante fonte de divisas e no equilíbrio da balança de pagamento (Carvalho, 2010: 18). São também um contributo económico e social para as famílias residentes no país de acordo com a (Tabela 8 em anexo), e um contributo do crescimento do PIB, através do envio das poupanças, dos investimentos, no desenvolvimento comunitário, etc.

²² Convenção de Segurança Social, no caso de Cabo Verde, constitui um instrumento do Estado de Cabo Verde de proteção dos seus nacionais na diáspora e dos respetivos familiares que residem em Cabo Verde.

²³ Instituto Nacional de Previdência Social de Cabo Verde
http://www.inps.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=26&Itemid=48 [15 de setembro de 2011].

Tabela: 9 Evolução do volume das remessas, em milhões de escudos de 2000 a 2008

Ano	Remessas feitas em milhões de escudos
2000	7,734
2001	8,852
2002	8,010
2003	7,928
2004	8,451
2005	11,002
2006	10,828
2007	10,159
2008	10,424

Fonte: Banco de Cabo Verde, Dados estatísticos de 2009, www.bcv.cv.

Segundo os dados apresentado na tabela acima, podemos verificar que as remessas dos emigrantes, passaram de 7,734 milhões de escudos em 2000 para 10,424 em 2008 representando 20% do PIB que financia anualmente o *deficit* comercial do país (BCV, 2009).

No que diz respeito à evolução de remessas dos emigrantes por país de origem, entre 2000 e 2008, segundo (Tabela 10 em anexo), os EUA, França, Países Baixos e Portugal constituem os países mais importantes como remetentes das remessas, somando o total de 80% das remessas em 2006. Portugal teve um progressivo crescimento de 2000 a 2008. Dos 20% das remessas enviadas em 2000 teve um crescimento para 24% em 2008 contendo o primeiro lugar entre os quatro maiores remetentes.

A utilização das remessas passa normalmente pela satisfação das necessidades básicas da família, na saúde e educação dos irmãos, filhos e parentes, na construção, aquisição e a reabilitação da casa própria, na poupança e depósito a prazo, no investimento em negócios e nas viagens dos familiares ao estrangeiro (Tabela 8 em anexo). Sabendo que a população cabo-verdiana emigrada atualmente ultrapassa o montante dos residentes nos país, pode dizer-se que quase toda a família cabo-verdiana tem parentes no exterior, beneficiando assim das remessas enviadas.

Contudo, a emigração tem também consequências negativas para o país de origem, com a redução do capital humano através de fuga de cérebros. Cabo Verde é um caso a destacar com cerca de 67% de quadros qualificados no exterior (Butiam Có, 2009: 14-15) o que justifica a falta de quadros em algumas áreas específicas em Cabo Verde. Mas sem dúvida que os benefícios ultrapassam de longe estes impactos negativos para o país, permitindo os benefícios internos mencionados e uma boa relação externa com os demais países.

2.5. Investimento Direto Estrangeiro

Durante a década de 1990, o IDE foi fundamental para o crescimento da economia, proporcionado essencialmente pelos esforços dos investimentos realizados. De 1994 a 1999, o valor dos projetos de investimento externo teve um aumento para 477 milhões de USD. Na economia estão presentes os efeitos positivos do IDE ao nível do emprego e na exportação. “O número de postos de trabalho associados diretamente ao IDE aumentou para 5.313, dos quais 85% na indústria e 13% no turismo” (Querido, 2005: 174-175).

Cabo Verde ainda é um país de pouca relevância como emissor de investimento estrangeiro. Como recetor tem aumentando o crescimento nos últimos, segundo a tabela abaixo sobre IDE em Cabo Verde (AIECP, 2009: 8).

Tabela 11: Investimento Direto Estrangeiro em Cabo Verde, 2004-2008

(10 USD)	2004	2005	2006	2007	2008
Investimento estrangeiro em Cabo Verde	68	82	131	190	209
Investimento de Cabo Verde no estrangeiro	0	0	0	0	2
Como recetor	144°	141°	143°	148°	137°
Como emissor	137	135	137	140°	131°

Fonte: Banco de Cabo Verde www.bcv.cv

O crescimento do investimento deu-se sobretudo no setor do turismo e hotelaria, representando 97% total dos investimentos em 2007.

Tabela 12: Investimento Direto em Cabo Verde por Ilhas

(%)	2005	2006	2007
Boa Vista	2.1	29.5	38.2
Sal	31.9	57.4	32.0
São Vicente	36.5	0.2	27.5
Santiago	29.5	12.8	2.3
Outras	0.0	0.1	0.0
Total	100.0	100.0	100.0

Fonte: AICEP (2009).

A era da globalização é marcada principalmente pela livre circulação de comércio, pessoas e transações dos mercados (Santos, 2001). Isto trouxe para a sociedade novos desafios que abrangem todas as áreas, desde políticos, económicos e sociais, que podem ser positivos e negativos. De entre os positivos destacam-se o acesso ao mercado global, com varias opções de novas tecnologias, com melhor qualidade e acesso a mercadorias e o bom relacionamento entre países através das negociações e cooperações. Dentre os negativos destacam-se o terrorismo, sanções económicas, conversão de moeda, protecionismo e intensificação de questões de segurança e entre outros.

Com a globalização, a transação dos mercados tornou-se muito fluente devido principalmente à busca de mão-de-obra mais barata, assim sendo, o investimento estrangeiro tornou-se uma das opções muito viáveis, tanto para os investidores como para os recetores, uma vez que o IDE tem ajudado muitos países no crescimento da economia, equilíbrio das balanças e no combate ao desemprego.

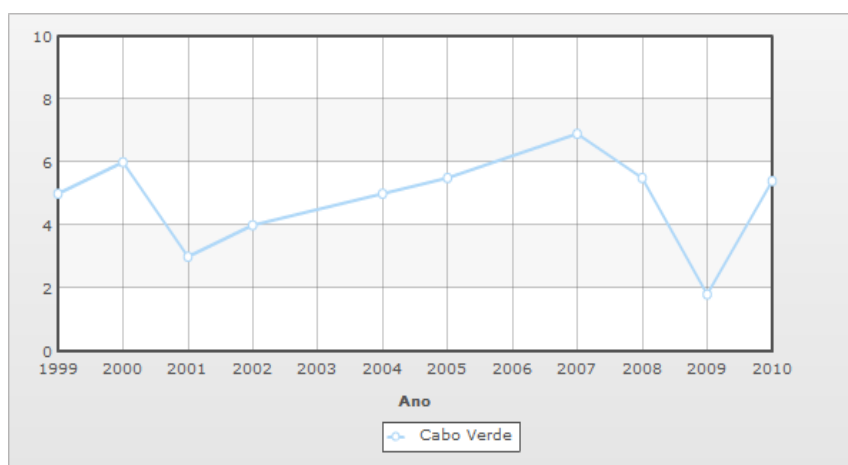
Para o país investidor tornou-se indispensável o conhecimento e a análise do risco do país recetor. Para um investimento com mínimo risco possível, é preciso ter conhecimentos sobre o risco do país, incluindo ao nível político, económico, financeiro, geográfico e social, que condicionam seriamente o resultado do investimento. O Governo e a sociedade são dois elementos essenciais no sucesso ou insucesso do IDE. O Governo pode condicionar o sucesso do investimento no país através de expropriação e confisco, variações na conversão de moeda corrente, restrição de propriedade pessoal, importações e exportações, e de tributações, e repúdio de contrato. A sociedade pode condicionar o mesmo através de terrorismo, revoltas, revoluções e guerras civis e pilhagem. A relação do país com o exterior pode também

condicionar o resultado do investimento através de guerras interestaduais, e sanções económicas.

Sendo assim os líderes políticos de Cabo Verde têm-se mostrado recetivos ao IDE, partindo da necessidade do país e facilitado pelos processos de liberalização económica, a partir de 1991. Também é de realçar que, uma vez que o setor turístico e as remessas dos emigrantes são importantes motores do desenvolvimento do país, os líderes políticos cabo-verdianos têm feito um esforço consciente em manter o menor risco possível do país, capaz de atrair os investimentos externos.

Em síntese, a partir da abertura económica como método utilizado pelos dirigentes políticos para uma melhor integração económica, recetivo à IDE, apostas nos novos parceiros internacionais e uma melhor relação com os parceiros já existentes, a exportação do país teve um crescimento significativo nas exportações, e um crescimento do PIB Real com o auge em 2007 de 6.9% atualmente com um crescimento de 5.4% em 2010 conforme apresentado nos gráficos abaixo.

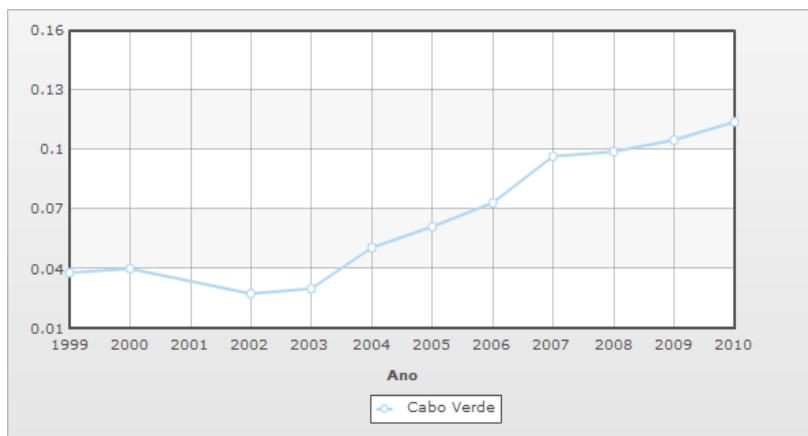
Figura 2: Produto Interno Bruto (PIB) - Taxa de Crescimento Real (%).



País	1999	2000	2001	2002	2004	2005	2007	2008	2009	2010
Cabo Verde	5	6	3	4	5	5,5	6,9	5,5	1,8	5,4

Fonte: Inditex Mundi, www.indexmundi.com [10 de Maio de 2012].

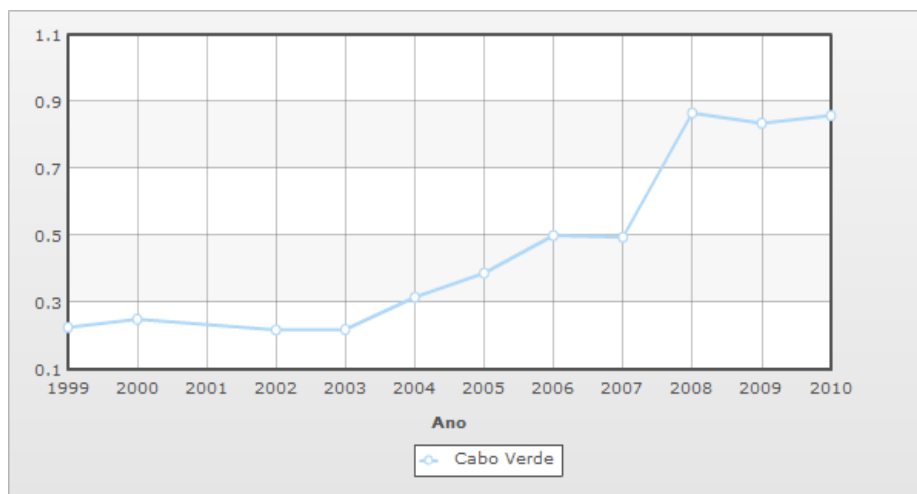
Figura 3: Exportação de Cabo Verde em (bilhões de \$)



Pais	1999	2000	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Cabo Verde	0,04	0,04	0,03	0,03	0,05	0,06	0,07	0,1	0,1	0,11	0,11

Fonte: Inditex Mundi, www.indexmundi.com [10 de Maio de 2012].

Figura 4: Importação de Cabo Verde em (bilhões de \$)



País	1999	2000	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Cabo Verde	0,23	0,25	0,22	0,22	0,32	0,39	0,5	0,5	0,87	0,84	0,86

Fonte: Inditex Mundi <http://www.indexmundi.com> [10 de Maio de 2012].

Capítulo 3 - Relações Externas e Inserção na Economia Global

1. Principais parceiros externos de Cabo Verde

Cabo Verde, apesar da sua pequenez em relação aos outros estados pertencentes ao continente africano e aos grandes estados mundiais, é atualmente um país muito conhecido internacionalmente principalmente devido ao seu extenso número de emigrantes espalhados por todos os continentes e à sua referência no continente africano. Desde o seu passado tem estabelecido relações externas com muitos países, com o objetivo de diminuir a sua dependência externa, nomeadamente na ajuda externa e do grande volume das importações. Alargar parcerias e consolidar a sua integração num mundo interdependente e globalizado. No plano geopolítico, Cabo Verde têm tido relações externas com países em todos os continentes, na África, na América, na Europa e na Ásia.

As relações externas de Cabo Verde no continente africano, onde o país se integra têm sido feitas num sentido multilateral, no âmbito de organizações como a CEDEAO e a CPLP. A nível bilateral, tem desenvolvido relações particulares com Angola, Líbia, Marrocos e África do Sul.

No continente Americano, as relações externas de Cabo Verde estão direcionadas para dois países, o Brasil e os EUA. Este último tem-se tornado um dos potenciais parceiros externos de Cabo Verde, com quem o relacionamento tem evoluído progressivamente, abordando aspetos políticos, económicos, segurança e cooperação, que serão referidos mais à frente. Apesar de as relações bilaterais entre Cabo Verde e o Brasil serem mais recentes, distinguindo-se assim das relações com os EUA, elas têm demonstrado grande progresso, focando-se nos investimentos, segurança cooperativa e desenvolvimento das tecnologias. Ao mesmo tempo, está virada para o comércio, a cooperação financeira e a cultura, uma vez que, neste último caso, têm alguma proximidade devido a um passado partilhado como colónias portuguesas, que faz com que partilham a mesma língua oficial e algumas semelhanças culturais (Rocha, 2010).

Contrariamente ao continente americano, no continente asiático, Cabo Verde tem tido relações com vários países, como a China, o Japão, a Índia e com outros países da região Ásia Pacífico, como a Austrália e a Coreia do Sul. Como se sabe, atualmente num mundo

globalizado vários são os motivos que têm reforçado a interdependência entre os Estados, principalmente a nível político e económico. Para além das relações históricas e geoestratégicas, como o caso da China e Japão, Cabo Verde tem usado a interdependência que se verifica através da procura de novos mercados e parceiros políticos, para desenvolver relações com os países da Ásia Pacífico. As relações de Cabo Verde com a Índia destacam-se face à Austrália e à Coreia de Sul, uma vez que, a cooperação económica e empresarial, tendo sido impulsionada pelo acordo entre a Confederação das Indústrias Indianas com a Câmara de Comércio de Cabo Verde (Macauhub, 2011: 1). Para além das relações de natureza económica, a Índia tem demonstrado flexibilidade face a novas parcerias nas suas relações bilaterais, tendo fornecido crédito a Cabo Verde para a construção de um parque tecnológico e outros possíveis projetos (Rocha, 2010).

As relações com a Europa têm sido um caso particular na política externa cabo-verdiana. Esta questão será desenvolvida nos capítulos quatro e cinco, respetivamente.

1.1. Relações com EUA

As relações entre Cabo Verde e os EUA que iniciaram-se no período da luta pela libertação de Cabo Verde, logo após a independência, estabeleceram uma relação diplomática, que inicialmente consistia no fornecimento da ajuda por parte dos EUA nos campos em diversas áreas, designadamente no campo alimentar, na formação de quadros, no apoio ao setor privado, na agricultura, saúde e na segurança e defesa marítima²⁴.

Esta ajuda foi dada com objetivo de ajudar o país a atravessar o período difícil que se encontrava a percorrer. A ajuda alimentar justificava-se devido à forte dependência do exterior, que é implicada pela incapacidade de produção suficiente e capaz de satisfazer as necessidades da população. A ajuda na formação de quadros tornou-se indispensável uma vez que, após a independência, o país necessitava de pessoas formadas capaz de ajudar o país a se desenvolver. Os outros setores, como a saúde e segurança marítima, também eram setores que necessitavam de apoio externo.

Com o reconhecimento da independência de Cabo Verde, deu-se um reforço no relacionamento com os EUA, relacionamento, este, que resultou na criação da embaixada norte-americana na Cidade da Praia em 1978 e da embaixada de Cabo Verde em Washington.

²⁴ Ministério de Negócios Estrangeiro, Cooperação e Comunidade, República de Cabo Verde <http://www.mnecc.gov.cv/> [03 de janeiro de 2012].

A partir deste momento, manteve-se uma contínua relação entre estes países, que se fortaleceu ainda mais devido à forte presença dos emigrantes cabo-verdianos nos EUA, que desde muito cedo elegeram o país como um dos seus principais destinos. Atualmente, os EUA, acolhem a maior comunidade de emigrantes cabo-verdianos.

Cabo Verde tem recebido vários benefícios desta relação, desde apoio alimentar, o aumento do financiamento nos projetos de natureza social, feitos através da embaixada dos EUA, e, em alguns casos, apoio financeiro. Atualmente a secção comercial da embaixada dos EUA em Cabo Verde promove o comércio entre os dois países, através da oferta de serviços para empresas de ambos os países, ao mesmo tempo que facilita a comunicação entre estas empresas. Desta relação ainda é importante realçar a presença de uma ONG de afiliação americana, a *Agricultural Cooperative Development International (ACDI)* “direcionada pela implementação do sistema de irrigação gota-a-gota, reflorestação, conservação do solo, captação e armazenamento de água,” que tem financiado as associações comunitárias, obtendo grandes sucessos. Nas questões aéreas, os EUA têm fornecido equipamento de segurança aeroportuária, que têm ajudado na criação de novos aeroportos, e deram a permissão à companhia de Transporte Aéreos de Cabo Verde (TACV) de cruzar o espaço aéreo norte-americano e aterrar sem qualquer obstáculo. No que se refere à educação, que representa um fator importante para o país, a formação de quadros inicialmente feita pelos EUA passou para a forma de intercâmbios de alunos e professores, o que traz para Cabo Verde mais conhecimento e diversidade cultural (Alves, s.d).

Atualmente as relações entre os dois países centram-se na introdução dos princípios de boa governação, respeito pelos direitos humanos, estado de direito, promoção da paz e democracia política em Cabo Verde. Por seu lado, os EUA têm também promovido, na relação com Cabo Verde, questões ligadas à promoção da segurança coletiva e ao reforço na segurança marítima, com o propósito de combater o crime transnacional organizado, bem com dar apoio no crescimento económico de Cabo Verde através da criação de oportunidades de negócio capazes de gerar riqueza interna (Costa, 2011: 22).

Para além dos benefícios que Cabo Verde teve das relações bilaterais com EUA, também beneficiou a nível multilateral, através de uma estratégia de cooperação dos EUA para os países em vias de desenvolvimento, “através de um compacto global de desenvolvimento” que assenta na boa governação e liberalização económica. Com este objetivo foi lançado o programa Millennium Challenge Account (MCA), gerido pela agência Millennium Challenge Corporation (MCC). Cabo Verde vem sendo beneficiando desde 2005 deste programa, “através do financiamento de projetos estruturantes para o desenvolvimento do país, por parte do MCC, entidade que gere os fundos do MCA” (MNE, s.d: 7).

Cabo Verde foi um dos oito países africanos que beneficiaram do MCA. No dia 4 de julho de 2005, Cabo Verde tornou-se o terceiro país a assinar um compacto da MCA com o Governo dos Estados Unidos. O compacto no valor de 110 milhões de dólares, para serem despendidos ao longo de um período de cinco anos. Os fundos são atribuídos principalmente para projetos de melhoria das infraestruturas, nomeadamente a construção de novas estradas e reestruturação de portos nas ilhas do Sal e Praia. Projetos relacionados com irrigação e gestão hídrica foram traçados para impulsionar o crescimento no setor agrícola. Reformas do setor financeiro e as melhorias no clima de investimento fazem também parte de um conjunto de ações abrangidas dentro deste acordo.²⁵

Esta ajuda tem grande importância para o país, uma vez que é aplicada nos projetos em que o país ainda demonstra algumas fragilidades e que são de grande vantagens para o crescimento e desenvolvimento do mesmo. A melhoria nas infraestruturas na construção de estradas e reestruturação de portos na Ilha do Sal e na Praia é fundamental, devido à localização estratégica do país no centro de rotas comerciais importantes, exigindo bons portos. O mesmo se aplica aos projetos de irrigação, crescimento de setor agrícola, reformas no setor financeiro que ainda são frágeis no país.

Conforme já referido no capítulo 2, a boa aplicação da ajuda externa fornecida a Cabo Verde, sempre foi uma estratégia dos Governos cabo-verdianos, utilizada na política externas com parceiros doadores e este caso não foi exceção. A ajuda fornecida pelo MCA foi reconhecida pelos EUA como sendo bem empregue. Como consequência, os EUA assegurou a assinatura de um segundo compacto do MCA, no valor de 66,2 milhões de dólares em fevereiro de 2012. Sendo assim, foi assinado em 10 de Fevereiro de 2012 o segundo compacto do MCA com o referido valor mencionado, pelo Governo cabo-verdiano e a administração do Millenium Challenge Corporation (MCC) na Cidade da Praia (Radiotelevisão cabo-verdiana, 2012).

A relação entre Cabo Verde e EUA é uma relação amigável e de cooperação que perdurou desde o período que antecede a independência até aos nossos dias. É uma relação que tem evoluído aos poucos deixando de ser uma relação de doador e beneficiário para uma relação de cooperação e negociação comercial. A secção comercial da Embaixada dos EUA na cidade da Praia, em Cabo Verde, tem desempenhado um papel de reforço na negociação comercial entre os dois países, nomeadamente em apoiar “os interesses comerciais Americanos e incentivar a exportação de produtos, tecnologia e/ou serviços norte-americanos e, ao mesmo tempo auxiliar empresas cabo-verdianas que procuram importação, representação, distribuição de produtos, tecnologia e/ou serviços norte-americanos.”²⁶ Esta

²⁵ Embaixada dos EUA, “Secção comercial” Praia Cabo Verde <http://portuguese.praia.usembassy.gov/root/embaixada/seco-comercial.html> [03 de janeiro de 2012].

²⁶ Ibidem

abordagem resulta numa relação externa cada vez mais sólida com os EUA o que traz grandes benefícios para o país principalmente no desenvolvimento resultante do acesso ao mercado dos EUA em específico das novas tecnologias.

1.2. Relações Cabo Verde e China

O relacionamento entre a China e Cabo Verde iniciou-se no período da luta para a independência de Cabo Verde, na década de 1960. A China foi o primeiro país a estabelecer relações com o PAIGC, partido que liderava a luta pela libertação, e também o primeiro país que o líder do PAIGC, Amílcar Cabral, visitou. De acordo com as negociações entre os dois países, foram enviados jovens quadros político-militares para serem treinados para a luta armada (Pereira, 2003: 385) e que mais tarde regressaram à Guiné, local onde decorria a guerra colonial com Portugal, para libertação de Guiné e Cabo Verde, uma vez que este último não continha o espaço físico suficiente e estratégico para luta (Ignatiev, 1984: 55). A China, para além de ajuda na formação de quadros, foi um grande exemplo e incentivo para Amílcar Cabral na luta pela libertação, seguindo o exemplo da revolução chinesa, que o entusiasmou e encorajou a avançar com a luta contra o domínio colonial português.

Após a Independência, as relações entre os dois países passaram a ser estatais entre o Governo da China e Governo de Cabo Verde na altura liderado pelo partido PAIGC. Em 1976, um ano após a independência de Cabo Verde, estabeleceram-se relações diplomáticas, que resultaram na criação da embaixada chinesa na cidade da Praia. Foi um dos primeiros países a criar embaixadas em Cabo Verde e, a partir de 1985, o embaixador passou a ter residência fixa. Mais tarde, em 2001, foi criada a embaixada de Cabo Verde na China, em Pequim, tendo sido nomeado, em 2005, Júlio Moraes como o primeiro embaixador cabo-verdiano na China.

A partir do momento em que se estabeleceram as relações diplomáticas, a relação entre os dois países tem continuado progressivamente, tornando-se a China um dos mais importantes parceiros de desenvolvimento de Cabo Verde. Esta relação resulta em grandes ajudas por parte da China à construção das infraestruturas, como o “Palácio da Assembleia Nacional e do Governo, as Habitações sociais em Palmarejo e na Achada Grande, a Biblioteca Nacional, o Mausoléu Amílcar Cabral e o Auditório Nacional, a Enfermaria do Bloco Cirúrgico do Hospital Agostinho Neto, Residência para os Médicos chineses e Barragem de Poilão, para além da Assistência Técnica equipa médica chinesa” (MNE, s.d: 4). É uma relação que está direcionada para as áreas de saúde, com a criação de infraestruturas e a formação e qualificação de quadros, concessão de equipamentos e ajudas pontuais. Atualmente as relações tendem a evoluir progressivamente, abordando outros aspetos para além da relação política e de cooperação institucional, para uma cooperação económica, mais

especificamente na “reparação naval, construção civil, comércio geral e governação eletrónica” (MNE, s.d: 4).

A relação entre a China e Cabo Verde inclui estratégias diferentes da relação existente entre Cabo Verde e os EUA. Enquanto a relação entre EUA e Cabo Verde é uma relação que parte dos EUA, como uma política de ajuda e cooperação com os países em desenvolvimento, claramente sem uma estratégia com interesse dos EUA na procura de novos mercados ou de apoio político; já a relação da China com Cabo Verde constitui completamente o oposto. É uma relação estratégica, quer para a China, como para Cabo Verde. Cabo Verde para obter as referidas ajudas mencionadas acima por parte da China, tem procurado tornar-se um parceiro estratégico da China na região Oeste-africana/Atlântico Médio. Também se apresenta como um grande mercado de escoamento dos produtos Chineses, com vantagens estratégicas, devido à isenção de taxas alfandegárias.

Em relação à China, esta sua relação com Cabo Verde visa, por exemplo, uma maior penetração em África, com interesses políticos e económicos, expressos institucionalmente na criação do Fórum de Cooperação China-África em 2000.²⁷ A partir deste Fórum já foram realizadas outras conferências onde se destacam as seguintes: Adis-Abeba, em 2004-2006, e Pequim, em 2007-2009, com o objetivo de estabelecer metas e estratégias para os programas bilaterais (Pautasso, 2009: 19). O interesse político centra-se em consolidar o papel da China no mundo em desenvolvimento, promover a capacidade dos Estados africanos e conter a margem de ação de Taiwan (Mendes, 2008: 188-189). Para este propósito, os investimentos chineses têm-se centrado no sistema educacional africano, contribuindo assim para uma boa imagem da China em África, fazendo com que tenha apoio junto das comunidades locais, e uma melhor compreensão por parte das elites africanas. É de notar também, que a China tem investido nos projetos de prestígio e de grande valor para os governos africanos, como os edifícios governamentais, estádios de futebol, a fim de manter um melhor relacionamento com os governos africanos (Pautasso, 2009: 28).

No que diz respeito ao interesse económico, devido ao fortalecimento da economia e à crescente necessidade de consumo de petróleo, alimentos, minérios e de mercados, África apresenta-se como fundamental no atendimento a estas necessidades, uma vez que

²⁷ A realização deste Fórum teve como consequência em 2000 o aumento do fluxo comercial entre a China e muitos países africanos, ultrapassando os 10 mil milhões de USD, valor que tem vindo a aumentar, atingindo uma importância de 20.540 mil milhões de USD em 2004. A partir daí, a China tem conseguido manter boas relações com muitos dos países africanos, nomeadamente uma relação diplomática com 47 Estados e uma relação mais estreita com 7 Estados: Angola, Sudão, Nigéria, África do Sul, Zimbábue, Gabão e Chade (Mendes, 2008: 187).

atualmente 4 dos 10 principais fornecedores de petróleo à China encontra-se em África: Angola, Sudão, Congo Brazzaville e Líbia. Constituindo quase um total de 30% do petróleo importado pela China (Monte, 2010). No caso específico de Cabo Verde, uma vez que não possui recursos como os demais países africanos, serve de estratégia para uma maior reaproximação da China a estes países, garantindo um mercado de escoamento de produtos chineses e ao mesmo tempo inclui a ideia da China em consolidar o seu papel no mundo em desenvolvimento e conter a margem de ação de Taiwan como já referido anteriormente.

A análise da relação entre Cabo Verde, EUA e China, relações que iniciaram desde o período que antecede a independência, torna-se indispensável para uma avaliação da evolução destas relações e das estratégias usadas por Cabo Verde para progredir num mundo competitivo e globalizado. No caso dos EUA, Cabo Verde tem conquistado a sua relação através da boa imagem que o país transmite, tanto politicamente, como a nível social e económico. Desta imagem, o país tem conquistado a credibilidade externa, não só nos Estados Unidos, como noutros Estados democráticos. Por fim, esta relação prevalece também devido à forte presença da comunidade cabo-verdiana nos EUA, base de uma cooperação sólida entre os dois Estados.

No que diz respeito a relação com a China, as opções da estratégia do Governo foram um pouco diferentes, uma vez que a democratização do país não é um aspeto relevante para com a China. A salvaguarda do princípio de não interferência nos assuntos de outros Estados é fundamental na política externa chinesa, como ilustra a relação da China com países que transgridem as normas de direitos humanos, nomeadamente em África. Cabo Verde, sendo um país que sempre teve uma boa relação com a China desde o início, decidiu fortalecer esta relação através de estratégias, como ser o principal parceiro da China na região Oeste-africana/Atlântico Médio, abrir os mercados para escoamento dos produtos chineses e mantendo a isenção de taxas alfandegárias.

1. Relações Multilaterais

1.1. Globalização e internacionalização do país

A globalização é um fenómeno que trouxe grandes mudanças a nível mundial, abrangendo áreas desde político, social, económico e cultural. Dependendo das perspetivas, existe uma certa discordância sobre os benefícios da globalização entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, principalmente no comércio internacional. Segundo alguns teóricos a globalização apenas é benéfica para os países desenvolvidos, tendo-se tornado um método para a expansão dos seus mercados e uma mão-de-obra mais barata. Para os países

em desenvolvimentos, por outro lado, a sua situação internacional torna-se cada vez mais fraca, devido à sua incapacidade de competir com os países em desenvolvimento. Contudo, segundo David Dollar e Aarti Kraay (2001), a globalização pode ser benéfica para os países em desenvolvimento, devido ao acesso ao mercado global e por facilitar a sua internacionalização económica.

Os efeitos da globalização tornaram-se evidentes em Cabo Verde em três importantes aspetos: nos investimentos externos que se têm presenciado no país, essencialmente dos países europeus e da China; na criação de um mercado de escoamento de produtos que se tornou mais vasto; e no aumento das exportações, principalmente para o mercado europeu que se tornou o seu principal parceiro comercial. Por ser um país que ainda carece de fortes investimentos privados capazes de aumentar o número de empregos, de diminuir a pobreza, e de uma certa forma gerar a riqueza do país, com a abertura económica e a globalização estes aspetos têm melhorando em Cabo Verde, uma vez que o mercado nacional não dispõe de capital e clientes suficientes.

Devido às suas características referidas anteriormente, incluindo a sua posição estratégica e a insularidade e dependência do exterior, Cabo Verde fica particularmente exposto às dinâmicas da globalização e às suas consequências, na área política, económica e social. Tanto na política, como economia, e na própria sociedade encontramos influências, que marcam as estratégias do desenvolvimento do país. Como por exemplo a influência das grandes potências internacionais, como os EUA e a UE, é visível no incentivo à aplicação de uma política de condicionalidade democrática, bem vista internacionalmente, incluindo elementos de boa governação, respeito pelos direitos humanos, desenvolvimento, modernização baseada no uso de novas tecnologias, e principalmente a erradicação de pobreza, presente através dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, conforme já referido anteriormente. Em relação à internacionalização do país, para um melhor inserção na economia global, têm sido utilizadas diferentes vias diplomáticas, através da cooperação bilateral com vários países e através da cooperação multilateral. Esta última tem registado um aumento considerável, com a participação de Cabo Verde em OI como a Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), CEDEAO, ONU, OMC, entre outras bem como a recente procura de cooperação com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) ou a adesão de Cabo Verde ao Tribunal Penal Internacional (ONU, 2011).

Um dos principais métodos para a internacionalização do país tem sido a inserção ativa na economia mundial, baseada numa política de longo prazo. Para isso, Cabo Verde procura a intensificação da sua inserção na CEDEAO, aprofundar relações de parceria com as

regiões Macaronésia²⁸ e a procura de uma ativa participação no eixo da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África “*New Partnership for Africa’s Development*” (NEPAD). A prioridade do país centra-se no setor do turismo, da indústria têxtil e ligeira, conforme já mencionado anteriormente, uma vez que estes têm efeito de curto e longo prazo, capaz de responder às necessidades do país, em concordância com outros recursos como o mar e sua própria situação geoestratégica (Neves, 2004: 14-16). Para além disto, são setores benéficos para o investimento externo, que representa um dos pilares do desenvolvimento do país, conforme citado no capítulo anterior, e que tem contribuído para o crescimento económico e criação de emprego.

2.2. Interação com novos atores internacionais, nomeadamente OI

A globalização abriu novos espaços para a atuação de novos atores não-governamentais, como as empresas transnacionais, organizações não-governamentais, e outros atores sub-estatais como os municípios, estados federados ou províncias. Por fim, permitiu também a cooperação com outros atores internacionais como organizações internacionais de integração e cooperação e os blocos regionais (Teixeira *et al.*, 2000). O aparecimento destes novos atores retirou muitos dos poderes aos Estados principalmente nas limitações impostas na tomada de decisão por parte dos Governos nacionais, mas estes mesmos atores internacionais, como as OI, defendem os princípios de igualdade entre os Estados e têm ajudado principalmente os Estados mais fracos a vincar os seus interesses e os seus posicionamentos, através da garantia por parte da OI de um espaço de articulação política. Sendo assim, Cabo Verde tem seguido uma política de maximização das potencialidades fornecidas pelas OI, vistas como “espaços privilegiados de concertação política internacional” (Furtado, 2003: 3).

A ONU é uma das OI com representação na cidade da Praia e que muito tem feito para o desenvolvimento e crescimento do país. Segundo a coordenadora Residente do Sistema das Nações Unidas e Representante do UNDP, UNFPA, UNICEF e PAM em Cabo Verde, Petra Lantz, durante a década passada registou-se o empenho do país na reforma da ONU e, em 2006, verificou-se um importante acordo neste sentido entre Cabo Verde e ONU, conforme destacado no excerto abaixo.

²⁸ Regiões Macaronésia nomeadamente Açores, Madeira e Canárias

Em janeiro de 2006, o Comité Executivo do Grupo de Desenvolvimento das Nações Unidas e o Governo de Cabo Verde estabeleceram o primeiro Escritório Comum dos Fundos e Programas das Nações Unidas. Esta iniciativa, única no mundo, traduz uma intervenção conjunta e coordenada do PNUD, UNFPA, UNICEF e PAM, através de um Programa Comum de País e de Planos de Trabalho Anuais (CPAP), compartilhando o mesmo escritório e usando um único conjunto de práticas e procedimento administrativos, um orçamento único e uma estrutura organizacional e de pessoal, incluindo um representante para as quatro agências (Lantz, 2010).

Esta cooperação da ONU com Cabo Verde demonstra a credibilidade e a confiança que o país transmite para as OI. Como resultado desta cooperação, o Governo renovou o seu empenho e incentivo em progredir com a reforma da ONU. Para além desta cooperação, tem registado relações com outras organizações, nomeadamente com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Em 2002, estabeleceu-se o *Poverty Redution and Growth Facility*, no montante de 11 milhões de dólares, para apoiar o plano de desenvolvimento nacional, no período de 2002-2005 (Leite, 2004: 8).

Cabo Verde tem sido um dos parceiros da CPLP que tem incentivado muito a sua criação e institucionalização. A sua inserção nesta organização tem como objetivo o desenvolvimento do país e internacionalização da sua economia, através das relações económicas, políticas e culturais entre os membros, e principalmente na procura de parcerias para o investimento no país. Também é de realçar que Cabo Verde tem interesse em manter uma boa relação com os países membros da CPLP como garantia de manter nesses países o respeito pelos direitos dos emigrantes cabo-verdianos aí residentes.

Apesar de não haver uma rede clara da CPLP no domínio económico-empresarial, existem relações bilaterais proveitosas entre os membros, como o caso de Cabo Verde com o Brasil, Portugal e Angola. Países que representam vantagens para uma relação externa de Cabo Verde. Começando por Portugal, que é um dos principais parceiros comerciais com Cabo Verde; Brasil pelo seu crescimento e o seu dinamismo que tem vindo a ter a nível internacional tem registado alguma cooperação com Cabo Verde, sobretudo na área da educação; por fim, Angola, devido aos seus recursos naturais, nomeadamente petróleo. Para além das relações com os membros, terá no longo prazo mais facilidade em relacionar com as organizações em que afiliam os seus parceiros, como o MERCOSUL e a ASEAN.

O caso da inserção de Cabo Verde na CEDEAO ultrapassa os interesses presentes na sua inserção na CPLP, visto possuir mercados mais vastos, capazes de responder mais amplamente às necessidades do país, que vão para além do investimento externo. No caso da CEDEAO, Cabo Verde possui outra estratégia, que passa pela internacionalização do país a nível regional, através de prestação de serviços, uma vez que a maioria dos países membro de

CEDEAO apresenta um *deficit* de recursos humanos qualificados. Ao mesmo tempo apostando no desenvolvimento de novas parcerias económicas.

A CEDEAO²⁹ é a comunidade sub-regional mais povoada do continente africano, com aproximadamente 255 milhões de habitantes, e ocupa 5,1 milhões de Km² que representa 17% da superfície do continente africano, no qual Cabo Verde é o país com menor superfície e população ao mesmo tempo que é o país com maior PIB *per capita* e IDH de Região, aderiu à organização após a independência em 1976, atualmente Cabo Verde, Nigéria, Gana e Costa do Marfim são quatro entre os 15 que não fazem parte do grupo dos PMA (Rocha, 2007). Estando Cabo Verde nesta posição do país em desenvolvimento que possui maior PIB *per capita* e IDH na região, traz vantagens e facilita a internacionalização do país, nomeadamente na prestação de serviços nestes países conforme já referido.

²⁹ É uma organização criada em 28 de maio de 1975 pelo Tratado de Lagos com o objetivo de promover a cooperação e a integração económica sub-regional na perspetiva de uma União Económica (Gomes, 2009: 40). A Comunidade engloba 15 países da África Ocidental: Benim, Burkina-Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gambia, Gana, Guiné Conacri, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo. Possui três sub-regiões: a região saheliana composta por Burkina-Faso, Mali e Níger; a zona extremo ocidental composta por Cabo Verde, Gambia, Guiné Conacri, Guiné-Bissau, Libéria, Senegal e Serra Leoa e por fim, o Golfo da Guiné, reúne os países como o Benim, a Costa do Marfim, o Gana, a Nigéria e o Togo.

3. Integração económica, adesão à OMC

A integração internacional da economia de Cabo Verde até a altura de independência foi proporcionada sobretudo pelas transferências públicas e remessas dos emigrantes. A partir da independência as transferências públicas passaram para a ajuda pública ao desenvolvimento e um progresso nas remessas dos emigrantes que aumentaram gradualmente. Os sucessivos Governos sempre privilegiaram a importância da integração internacional económica do país presente nos Grandes Opções do Plano de 1997 a 2000 (Estevão, 2004: 149). A integração regional foi um dos métodos utilizado para se internacionalizar economicamente, vários outros métodos foram utilizados como o crescente relações de comércio externos com muitos países europeus, asiáticos conforme já referido, e a solicitação do Governo da República de Cabo Verde a adesão à OMC em 1999 numa expectativa de uma melhor integração (OMC 2007:1). Os esforços feitos pelos sucessivos Governos na ideia de uma melhor integração económica, apesar de ainda representar muito fraco a nível mundial, têm-se verificado no país uma economia mais aberta e internacionalizada. Em 2008 de todas as opções da integração económica tentado, Cabo Verde passou a ser membro da OMC, um grande salto na sua integração e ao mesmo tempo um desafio conforme vai ser destacado abaixo.

Cabo Verde foi o primeiro país Africano e o terceiro dos PMA a aderir à OMC pela via negocial. Apresentou o seu pedido formal de adesão em 1999 como já foi referido e tornou-se membro em 2008. Para dar início ao processo de adesão, em 2000, Conselho Geral da OMC criou o Grupo de Trabalho presidido pelo Embaixador dos EUA, David Shark, que geriu o processo da adesão de Cabo Verde. A partir de 1 de julho de 2003, com a apresentação do Memorando de Cabo Verde sobre o Comércio Externo, iniciaram-se os trabalhos (OMC, 2007: 1). Em 2004, iniciou-se a negociação a nível bilateral e multilateral com os membros da OMC. A nível bilateral verificou-se a negociação de compromissos de Cabo Verde com o Brasil, Canadá, Japão, Estados Unidos da América, China e União Europeia (MECC 2009: 11). De um modo geral a preparação para a adesão à OMC proporcionou um reforço nas relações exteriores já existente entre Cabo Verde e países referidos, preparando o país para um futuro relação como membro, o que faz com que a sua relação externa seja cada vez mais amplo na medida em que vai relacionar economicamente com outros países membros da OMC.

Com os trabalhos realizados e a análise da situação do país, em dezembro 2007 numa reunião do Conselho geral da OMC em Genebra, foi assinado o Protocolo de Adesão que veio a ser aprovado em maio de 2008 pela Assembleia Nacional na sua reunião Plenária (MECC 2009: 12). Estando Cabo Verde na posição do membro da OMC, um dos objetivos da política externa do Governo como a captação dos investimentos externos e privado, tornou-se de muito mais

fácil acesso. Isto devido às vantagens que a adesão à OMC trás com a liberalização do mercado, como por exemplo um maior atração do investimento externo que é proporcionado ou incentivado pela criação de um ambiente de negócios seguro e estáveis em países membros. Para além do investimento externo, o desemprego que ao longo dos anos tem sido uma preocupação dos Governos, com a adesão à OMC aumenta o emprego devido as próprias condicionalidade que a OMC trás como o incentivo a criação, inovação e empreendedorismo, e aumento da taxa de difusão tecnológica, tudo o que faz que haja um desenvolvimento dos mercados e empresas capazes de competir com outros mercados externos.

Cabo Verde é um país que conforme já referido anteriormente vive sobretudo das importações apresentando uma balança deficitária devido ao baixo nível da exportação. A exportação e a importação são fatores importante a referir, visto estes sofrerão um significativo impacto com a adesão à OMC, uma vez que foi estabelecido um compromisso de proceder a várias reduções das taxas aduaneiros até 2018. Foram estipulados períodos para qual as taxas aduaneiras vão sendo reduzidas gradualmente, terá um período de transição de 10 anos para as taxas de 30%, de 8 anos para as taxas de 20%, de 4 anos para as taxas de 10% e de 2 anos, para as taxas de 5% (A semana, 2011). Com as reduções das taxas aduaneiras nos produtos elétricos impostas em 2010 e outros produtos no qual vão sendo reduzido teve e terá um grande benefício para população cabo-verdiana devido ao grande volume de importação que faz, e para os próprios emigrantes que exportam para familiares em Cabo Verde. Por outro lado com as reduções de taxas aduaneiras, pode registar um aumento de importações proporcionando um maior volume de negócios. Tanto os comerciantes como as empresas vão passar a pagar menos pelos produtos importados, daí aumentando os seus rendimentos. Ainda se verifica a facilidade de exportação para mercados cabo-verdianos que vai fazer com que haja mais variedade de produtos e ao mesmo tempo mais qualidade devido a competição.

A adesão à OMC não trás apenas os bons benefícios como também trás alguns obstáculos para as pequenas empresas nacionais que com a entrada de produtos de baixos preços vai deteriorar os seus mercados. Em relação ao Estado com a redução de taxas aduaneiras, as receitas fiscais do mesmo vão cair visto que 40% das receitas fiscais de Cabo Verde provêm das alfândegas. Com isto será necessário ser tomado um novo medida para estes casos, o Estado vai precisar de uma profunda reforma fiscal e tentar substitui-las para outras fontes de cobrança de impostos. Para as pequenas empresas no sentido de não ficarem plenamente prejudicados, devem apostar na modernização dos métodos de gestão e de produção, implementar os critérios de gestão empresarial, no conhecimento e inovação, aproveitar de acesso mais barato às novas tecnologias. Estes são, aparentemente, obstáculos, mas que tomando medidas certas acabam por ser melhor tanto para o país como a população, uma vez que as pequenas empresas acedendo as novas tecnologias a preços mais acessíveis e

com menor custo de importação, pode apostar na inovação na modernização estruturar e tornando o mercado mais amplo e mais competitivo a nível internacional. No que diz respeito ao estado o país tem muito mais a ganhar em relação a perdas das receitas fiscais.

Pode se dizer que as opções do Governo a recorrer a adesão à OMC, apesar das fracas condições do mercado do país, tem sido uma opção com bastantes vantagens para o país principalmente na melhoria das condições da população devido ao acesso aos novos mercados com preços mais baixo e qualificado, tornando o país mais competitivo a nível internacional, reforçar as relações externas de Cabo Verde com países já existente e criar novas relações com os outros membro da OMC, ao mesmo tempo melhorando a própria visibilidade do país a nível internacional reconhecido como um país em desenvolvimento com a economia aberta que aposta cada vez mais no desenvolvimento e crescimento do país. Para além destes, a adesão trás benefícios para os grandes pilares do desenvolvimento do país no investimento externo já mencionado, nas remessas dos emigrantes nível de exportação produtos entre outros, no turismo e no comércio internacional. Turismo pelo facto de ser um dos setores com mais benefício no investimento externo, o comércio internacional a nível de exportação devido ao seu fraco potência em relação a importação.

Capítulo 4- As Relações Externas de Cabo Verde com a UE

1. De relações multilaterais à parceria especial entre a UE e Cabo Verde

1.1. Política externa da UE em relação aos países em desenvolvimento

A UE é uma OI reconhecida internacionalmente como um ator de cooperação para o desenvolvimento e igualmente reconhecido como promotor do incentivo pela paz, democracia, respeito pelos direitos humanos e segurança. Neste sentido, na sua política externa, a UE tem incrementado uma política de erradicação da pobreza no mundo, na promoção do desenvolvimento sustentável nos países pobres e na propagação de construção de uma zona de paz, cercado de progresso, baseado nos valores fundamentais como a democracia e respeito pelos direitos humanos.

Nesta perspetiva, a UE coopera com vários países ao nível mundial. Para além da cooperação com os países ACP, que se iniciou com a assinatura da Convenção de Lomé I, em 1975, e que evoluiu até aos nossos dias, se destacam a relação da UE com os Países da Europa Central e Oriental (PECO).³⁰ Com países de Bacia do Mediterrâneo³¹, com países da América Latina e Ásia (ALA)³² (Monteiro, 2001: 126) e mais recentemente, entre o 2003 e 2004, estabeleceu relações com os países vizinhos, através da Política Europeia de Vizinhança (PEV) (Comissão Europeia, 2006: 4).³³

³⁰ A cooperação entre a UE e os PECO através dos programas como Polónia / Hungria: Assistência à Reestruturação das Economias (PHARE), e mais tarde para outros países da Europa do leste. O outro programa, *Technical Assistance to the Commonwealth of the Independent states* (TACIS) foi direcionado para os países da Comunidade de Estados Independentes (CEI), que resultaram do desmembramento da URSS.

³¹ Cooperação entre a UE e os países do Magreb: Marrocos, Argélia e Tunísia, e os do Machereque: Egito Jordânia, Líbano e Síria, e os Território ocupados de Gaza e da Cisjordânia.

³² Cooperação entre a UE e ALA, que se realiza em termos bilaterais e multilaterais através das organizações como ASEAN e MERCOSUL.

³³ É uma política que se centra nas relações com os vizinhos da UE a Leste e a Sul, englobando 16 países que não têm perspetivas de vir a aderir à UE. Países como Argélia, Arménia, Azerbaijão, Bielorrússia,

A política externa da UE com estes países, para além dos objetivos de ajuda ao desenvolvimento e erradicação da pobreza, visa também garantir a estabilidade da Europa. A Europa se manifesta vulnerável perante a instabilidade desses países, nomeadamente dos países africanos e dos países vizinhos da UE. Com a globalização se instalou cada vez mais a interdependência entre os países, nomeadamente na questão da segurança, devido à facilidade da penetração em vários países. O que tornou mais preocupante a questão do terrorismo, a emigração ilegal e constante competição das potências na procura de novos mercados de escoamento e de abastecimento. A UE, para se manter estável face aos novos desafios, como o terrorismo, tráfico de drogas, armas e a imigração ilegal, sobretudo do norte de África, tem mantido as cooperações já existentes, reforçando-as e adaptando-as ao período em que se encontra, como no caso dos países ACP, que tem evoluído das Convenções de Lomé para o Acordo Cotonou e criando novas cooperações, como o caso da PEV.

Resumindo, o objetivo da cooperação europeia com os PMA e os países em desenvolvimento, por detrás de um simples promotor de ajuda ao desenvolvimento também esteve presente o interesse da Europa em se afirmar no mundo, em gerir a interdependência da Europa com os países do terceiro mundo, nomeadamente no mercado de escoamento de produtos, no acesso às matérias-primas e nas questões de segurança.

Em resposta a isto, a UE afirmou-se como “um dos maiores ou mesmo o maior e o mais importante doador de ajuda”, na sua grande parte direcionada pelos países ACP, em especial para África. África concentra hoje a maior parte dos países de ACP, tirando o lugar antes concedido à Ásia, que recebia a maior percentagem da APD (Monteiro, 2001: 94). A Comunidade Europeia tem sido um dos importantes parceiros dos países do Terceiro Mundo e dos PVD tanto a nível do comércio como na ajuda ao desenvolvimento. Esta cooperação abrange campos como a energia, promoção comercial, formação e autossuficiência alimentar, bem como auxílio em caso de catástrofes e outros desastres naturais (Comissão Europeia, 1989: 6). A UE na sua política de cooperação para o desenvolvimento apresenta três grandes fontes de financiamento: o orçamento da UE, o Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) e o Banco Europeu de Investimento (BEI) (Monteiro, 2001: 122-123).

Esta relação da UE com os países mencionados, numa visão ampla da política externa da UE, vai ser estudada no caso individual de Cabo Verde, analisando as relações existentes entre esses dois atores e algumas estratégias utilizadas pelos Governos de Cabo Verde ao longo dos anos para manter e evoluir essa relação com a UE.

Egito, Geórgia, Israel, Jordânia, Líbano, Líbia, Moldova, Marrocos, Autoridade Palestiniana, Síria, Tunísia e Ucrânia.

1.2. Breve historial sobre as Relações entre Cabo Verde e UE

As relações externas de Cabo Verde com a UE tiveram início desde os primórdios da colonização com a emigração de cabo-verdianos para os países europeus. É uma relação marcada pelos fortes laços históricos e culturais, religiosos, humanos e linguísticos, que os aproxima cada vez mais. Esta relação veio se institucionalizar com a cooperação da UE com os países ACP através das Convenções de Luandé e Lomé e mais tarde com o Acordo de Cotonou. As relações entre a UE e países ACP, dos quais Cabo Verde faz parte, “foi um dos mais vastos acordos coletivos de cooperação da história das relações entre países do Norte e países do Sul”(Comissão Europeia, 1989: 25). Foi uma Cooperação que passou por várias Convenções até o Acordo, sempre com o objetivo de renovar e adaptar os princípios contidos nas Convenções às evoluções políticas e económicas e às necessidades vividas em cada período, definindo novas prioridades e novos instrumentos de cooperação.

Começou primeiramente com a assinatura das duas Convenções de Luandé. A primeira vigorou de 1963³⁴ a 1969 e segunda Convenção de 1969³⁵ a 1975. Em 1975³⁶ surgiu a primeira das quatro Convenções de Lomé, que perdurou de 1975 a 1980³⁷, a segunda abarcou o período entre 1981 a 1985³⁸, a terceira de 1986-1990³⁹ e a quarta no período entre 1990 a 2000 (Comissão Europeia, 1989: 25). Em 2000, face às novas necessidades exigidas nas relações de cooperação entre países ACP e na reavaliação das necessidades políticas e económicas da UE num novo panorama internacional, como “as dificuldades de adaptação dos seus sistemas económicos e sociais”, tornou cada vez mais necessário a sua afirmação num mundo multipolar e, conseqüentemente apostar numa nova relação com os países de ACP (Comissão Europeia, 2001: II). Contudo, apesar da importante contribuição nos países de ACP, o impacto da cooperação com a UE através das Convenções não teve uma grande visibilidade no desenvolvimento socioeconómico da região e, tem-se apresentado muito fraco a nível de no

³⁴ Em 1963, foi assinado a primeira Convenção de Luandé com 18 Estados africanos independentes na altura.

³⁵ Em 1969, foi renovada a Convenção de Luandé e a assinatura da Convenção de Arusha com 3 países da África oriental: Quênia, Uganda e Tanzânia.

³⁶ Em 1975, foi assinada a primeira Convenção de Lomé com 46 Estados independentes de África, Caraíbas e Pacífico. Assim se deu a primeira Cooperação da UE com os ACP.

³⁷ Em 1979 foi assinada a segunda Convenção de Lomé com 57 países ACP

³⁸ Em 1984 foi assinada a terceira Convenção de Lomé com 65 países ACP, mas tarde com a adesão de Angola tornaram-se 66 países membros.

³⁹ Na terceira Convenção de Lomé em 1988 se deu a abertura da negociação entre 66 países membro de ACP e os 12 países da Comunidade Europeia na altura.

crescimento, desenvolvimento e melhoria nos indicadores da saúde nestes países, variando da situação de cada país (Comissão Europeia, 2001: 7). Assim sendo, em 23 de junho de 2000 em Benim, foi assinado o Acordo de Cotonou, por um período de 20 anos. Acordo este, que veio marcar uma nova fase na cooperação entre UE e países de ACP (Monteiro, 2001: 220).

Face ao Acordo Cotonou, as revisões são feitas de cinco em cinco anos com exceção dos assuntos referentes à cooperação económica e comércio. É um Acordo que tem como principal objetivo a redução da pobreza e a integração dos Estados de ACP na economia mundial. Nesta perspetiva tem como prioridade promover e acelerar o desenvolvimento social, cultural e económico dos países de ACP e contribuir para promoção de um ambiente político estável e democrático, preservando a paz e segurança.⁴⁰ O acordo centra-se nos cinco pilares da parceria: 1. O reforço da dimensão política das relações entre os Estados ACP e a UE; 2. A promoção de abordagens participativas, a abertura à sociedade civil ao setor privado e aos outros intervenientes não estatais; 3. As estratégias de desenvolvimento e o objetivo de redução da pobreza; 4. O estabelecimento de um novo quadro de cooperação económica e comercial; 5. A reforma da cooperação financeira (Monteiro, 2011:222).

O Acordo de Cotonou assenta em três elementos essenciais: respeito pelos direitos humanos; respeito pelos princípios democráticos; e respeito pelo Estado de direito, tendo como elemento fundamental da boa governação (Tekere, 2001: 6-7). Sendo assim, os acordos entre a UE e os países ACP devem ser regidos por estas condicionantes. A boa governação é um elemento fundamental, no que diz respeito à boa gestão dos recursos económicos, financeiros, humanos e naturais com o objetivo de manter ou conseguir um desenvolvimento sustentável equitativo. Os elementos essenciais devem ser cumpridos, uma vez que a sua violação pode levar à suspensão do acordo.

Através dessas Convenções e do Acordo de Cotonou, Cabo Verde tem conseguido uma grande evolução na sua cooperação com UE e, um significativo impacto do seu desenvolvimento socioeconómico. Visto que as convenções e acordos feitos proporcionaram a origem de outros programas nacionais e regionais nos países de ACP, como, o “PIN” Programas Indicativos Nacionais e os “PIR” Programas Indicativos Regionais (PIR). Estes programas foram beneficiados com subvenções programáveis do Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED), designado de conjunto de contribuições dos Estados-membros da União Europeia para

⁴⁰ Europa, síntese da legislação da UE (2011) Acordo Cotonou
http://europa.eu/legislation_summaries/development/african_caribbean_pacific_states/r12101_pt.htm
Última modificação em 08 de março de 2011 [05 de junho de 2011].

financiar projetos e programas. Há também a possibilidade de estes terem acesso a empréstimos do Banco Europeu de Investimento (BEI) (Fernandes, 2005).

A própria UE dispõe de recursos financeiros destinados a financiar os países em desenvolvimento que no caso de Cabo Verde trata-se de fundos de linhas orçamentais, indicados na Tabela 13, em baixo.

Tabela 13: Linhas Orçamentais

Título Programa	Montante
ONG PVD: Cofinanciamento Organizações Não Governamentais e Autoridades Locais.	4.700.000 €
DCI NSA PVD: Desenvolvimento - Cofinanciamento Atores Não Estatais e Autoridades locais	900.000 €
STABEX: Fundo para a estabilidade das receitas de exportação	1.300.000 €
BAN: Bananas	2.500.000 €
DCI MIGR: Desenvolvimento. Asilo e Migração	3.700.000 €

Fonte: Delegação da União Europeia em Cabo Verde, Cooperação União Europeia-Cabo Verde http://eeas.europa.eu/delegations/cape_verde/eu_cape_verde/tech_financial_cooperation/index_pt.htm [22 de dezembro de 2011].

Segundo o quadro acima mencionado, a UE tem financiado os atores não estatais e autoridades locais, com grande impacto no crescimento da segurança em Cabo Verde, visto as Organizações não-governamentais terem uma forte presença no país, trabalhando em diversas áreas com um significativo impacto no desenvolvimento do país. O financiamento para o fundo da estabilidade das receitas de exportação, sem dúvida, que representa uma grande ajuda para o desenvolvimento e crescimento da economia do país em especial no equilíbrio das diferenças da balança comercial.

1.3. UE & Cabo Verde - Das relações bilaterais à parceria especial

As relações entre Cabo Verde e UE se estabeleceram mais concretamente com o Acordo Cotonou incluído nos países ACP. Mas as suas relações externas foram para além do acordo multilateral com países ACP. Cabo Verde usufrui de uma particular relação, ou uma relação bilateral com a UE dentro e fora da integração dos países ACP. Para além do Acordo Cotonou, devido à uma solicitação do Governo de Cabo Verde, foram ampliadas as relações para uma parceria especial entre a UE e Cabo Verde. Parceria esta, que mobiliza e facilita um quadro político para reforçar diálogo e cooperação (Governo de Cabo Verde, 2008: 3).

“A parceria especial destina-se a reforçar a concertação e a convergência das políticas entre ambas as partes, permitindo acrescentar um quadro de interesses comuns à relação tradicional dador-beneficiário” (Comissão Europeia s.d: 2). As relações externas de uma parceria especial entre Cabo Verde e UE, vão para além de uma simples relação beneficiário e dador, e é uma relação que inclui uma abordagem política que pretende explorar todos os aspetos possíveis e capazes de definir um novo modelo nas suas cooperações. Melhor dizendo, é uma parceria que, baseado nos princípios de Acordo Cotonou pretende alargar e aprofundar novos possíveis relacionamentos, ultrapassando as relações já existentes, privilegiando principalmente a questão de segurança e desenvolvimento.

Por sua vez esta parceria especial permite um maior diálogo político entre os dois atores e ao mesmo tempo possibilita o acesso de Cabo Verde ao instrumento financeiro disponibilizado pela UE com objetivo de um melhor desenvolvimento de Cabo Verde (Costa, 2011: 19).

1.3.1. 6 Pilares da parceria especial entre Cabo Verde e UE

A *boa governação* é um dos principais princípios defendidos pela UE na sua cooperação. Na parceria com Cabo Verde, estas questões pretendem consolidar e aprofundar a democracia e o estado de direito. Na dimensão política, pretende-se fazer com que a sociedade civil tenha uma participação na vida política do país. Na cooperação, pretende-se reforçar o diálogo direcionado pelos assuntos da democracia e direitos humanos. Defende uma especial atenção sobre direitos da mulher e das crianças, as questões relacionadas com imigrantes, violência doméstica, reforma de finanças e administração pública. Por fim pretendem promover uma boa gestão dos recursos naturais devido a sua escassez em Cabo Verde, e uma melhoria no quadro empresarial e na governação do domínio social.

A *segurança e estabilidade* representam uma das preocupações da UE, no que diz respeito à instabilidade social que provoca grandes fluxos migratórios ilegais, terrorismo e tráfico, que ameaçam a integridade da UE. Daí a sua preocupação em manter países vizinhos estáveis e prósperos a fim de ter e manter a paz e segurança. Não somente nestes aspetos, mas também como solidariedade com os países em desenvolvimento, como o caso de Cabo Verde, esta parceria para além dos motivos referidos em favor da UE, pretende colaborar com Cabo Verde para o próprio bem-estar do país a ultrapassar obstáculos como a luta contra a criminalidade organizada transnacional e terrorismo, o tráfico de seres humanos e migrantes, o tráfico de drogas e armas ilegais, fluxos ilegais, segurança marítima, branqueamento de capitais, melhoria da contribuição da diáspora cabo-verdiana para o desenvolvimento do país.⁴¹

A ajuda da UE em colaborar com Cabo Verde para ultrapassar estes obstáculos tem impacto no crescimento e desenvolvimento do país. Principalmente nas questões de melhoria das remessas dos emigrantes cabo-verdianos nos países da UE, mais concretamente Portugal, que envia o maior número de remessas dos emigrantes para Cabo Verde, o que representa, sem dúvida, uma grande vantagem para o país. Contribui para a melhoria de bem-estar das famílias na educação e saúde, nas construções, nos investimentos, no desenvolvimento comunitário e no crescimento do PIB e na própria construção do Estado moderno.

Na integração regional, no que diz respeito às Regiões Ultra Periféricas da UE, pretende colaborar com Cabo Verde no sentido melhorar a sua estrutura e aumentar o dinamismo e competitividade do mesmo, integrando-se no espaço da Macaronésia. Por outro lado, no que diz respeito à África Ocidental, pretende colaborar com Cabo Verde promovendo a sua integração na CEDEAO. Isto tendo como objetivo o reconhecimento de Cabo Verde através das suas específicas características, no âmbito do Acordo de Parceria Económica e na relação aos outros programas (Governo de Cabo Verde, 2008: 20).

Na convergência técnica e normativa, pretende aproximar-se a política no que diz respeito às matérias técnicas e normativas mais próximas e em concordância com as da UE, a fim de Cabo Verde tirar o máximo partido disto. *Na Sociedade do Conhecimento*, pretende-se proporcionar a evolução do país em dar prioridades às questões de desenvolvimento económico, cultural e social, através do acesso à apropriação das novas tecnologias, uma boa educação e investigação. *Na luta contra pobreza e promoção do desenvolvimento*, centra-se na

⁴¹ European Commission Trade, Africa, Caribbean Pacific [http://ec.europa.eu/trade/creating-opportunities/bilateral-relations/regions/africa-caribbean-pacific/index_en.htm05 [27 de outubro de 2011].

proteção dos recursos existentes em Cabo Verde como, recursos naturais, ambiente, preservar o meio marinho e no apoio à pesca, que também representa um importante componente na economia de Cabo Verde uma vez que estão entre os principais produtos das exportações do País (Tekere, 2001).

Os 6 pilares do acordo de parceria com Cabo Verde têm um grande impacto sobre o crescimento e desenvolvimento do mesmo, e cada vez mais estreitando as relações entre eles. Resumindo,

esta Parceria Especial, ela estrutura-se, do ponto de vista hermenêutico e analítico, em torno de três esferas fundamentais: a *esfera da significação* (histórica, cultural, política, identitária e ideológica); a *esfera económica* (acesso aos fundos comunitários de apoio, inserção dos países europeus no mercado da sub-região africana); e, por último, a *esfera securitária* (salvaguarda da paz, segurança e defesa europeia/atlântica, combate às ameaças transnacionais como sejam o terrorismo internacional, a criminalidade transnacional organizada, o narcotráfico, a imigração ilegal, tráfico de seres humanos etc.) (Costa, 2011: 20).

Para a cooperação técnica e financeira com Cabo Verde, foi estabelecido o décimo FED do período de 2008 a 2013, no qual cerca de 86% dos fundos destina-se à redução da pobreza e um crescimento económico sustentável e ao mesmo tempo promover a Parceria Especial entre UE e Cabo Verde. Os restantes 14% destinam-se ao setor de água e saneamento e aos demais projetos específicos em diferentes áreas.⁴² A Delegação da UE em Cabo Verde tem trabalhado em conjunto com o Governo de Cabo Verde na implementação dos projetos. Pretendem promover os 5 princípios da Declaração de Paris como a “apropriação do país beneficiário, alinhar com as prioridades do Governo de Cabo Verde, harmonizar os procedimentos dos doadores, gestão fundada em resultados e responsabilidade mútua entre o país beneficiário e os doadores” (OCDE, 2005).

A UE, através da Comissão Europeia e dos Estados Membros, é um dos principais atores doadores em Cabo Verde, financiando o seu desenvolvimento em várias áreas. Para enquadrar essa ajuda, tem criado dois tipos de documentos: Documento de Estratégia País para Cabo Verde, para o período entre 2002 e 2007; e Documento de Estratégia País para Cabo Verde, entre 2008 e 2013. No primeiro documento, baseado no nono FED, a única área prioritária de cooperação definida foi o setor de água e saneamento. Os fundos comunitários foram atribuídos a dois projetos principais: a extensão de água potável e saneamento nas Cidades da Praia, Mindelo e Calheta e um programa de gestão de resíduos sólidos na ilha de

⁴² Europa, Síntese da legislação da UE (2011) Parceria especial com Cabo Verde http://europa.eu/legislation_summaries/development/african_caribbean_pacific_states/r13018_pt.htm [05 de junho de 2011].

Santiago (Leite,2004:9). O segundo Documento, que apresenta o quadro estratégico para a assistência da Comissão Europeia baseado no décimo FED destina-se a um plano que se divide em dois componentes. O componente A soma um montante de 51 milhões de euros para o apoio macroeconómico, às políticas sectoriais, aos programas e projetos em apoio dos setores de concentração e fora de concentração da assistência comunitária. O componente B, com um montante de 3.1milhões de euros, destina-se às necessidades extraordinárias como por exemplo efeitos nefastos da instabilidade das receitas de exportação e eventuais ajudas de urgência (leite, 2004: 9).

Tabela 14: Fundo Europeu de Desenvolvimento

Título Programa	Fonte de financiamento	Montante
Apoio à implementação da estratégia de redução da pobreza	10º FED	32.600.000 €
Apoio ao plano de Ação da Parceria Especial UE-Cabo Verde	10º FED	11.500.000 €
Facilidade de cooperação técnica	10º FED	1.800.000 €
Apoio à implementação da estratégia de redução da pobreza	9º FED	14.200.000 €
Água e saneamento nas cidades de Praia, Mindelo e Calheta	9º FED	19.200.000 €
Gestão dos resíduos sólidos na Ilha de Santiago v	9º FED	5.100.000 €
Reforço das capacidades e mecanismos participativos da Sociedade Civil	9º FED	1.204.033 €
Construção Estrada Janela - Porto Novo	8º e 9º FED	19.760.000 €
Facilidade de cooperação técnica	9º FED	4.776.000 €
Programa de saúde na cidade da Praia	8º FED	3.600.000 €

Fonte: Delegação da União Europeia em Cabo Verde, Cooperação União Europeia-Cabo Verde http://eeas.europa.eu/delegations/cape_verde/eu_cape_verde/tech_financial_cooperation/index_pt.htm [22 de dezembro de 2011].

A tabela acima representa um conjunto de programas através dos quais a UE financia Cabo Verde, no âmbito do FED. Estas ajudas estão centradas nas necessidades básicas para o desenvolvimento de Cabo Verde, como programa para saúde e construção de infraestruturas. Estes montantes para os programas mencionados na tabela estão enquadrados dentro das regras do Acordo de Cotonou, com exceção de um montante significativo de 11.500.000 de euros que diz respeito à Parceria Especial entre Cabo Verde e a UE.

A relação entre UE e Cabo Verde no contexto de globalização está marcada principalmente pela existência de princípios e objetivos em comum a nível sociopolítico como a preservação da paz, luta contra pobreza, terrorismo e criminalidade, defesa dos valores da democracia, direitos humanos e segurança. A nível geoestratégico está em causa a posição estratégica de Cabo Verde que liga África à América e Europa (Comissão Europeia, 2007: 2). Também é de realçar que a posição de Cabo Verde na aproximação à UE tem passado pela intensificação das suas relações com a UE e com as suas Regiões Ultraperiféricas. No que diz respeito à segurança, nomeadamente na luta contra os tráficos ilegais como a imigração clandestina e droga, este constitui um importante elemento que liga UE a Cabo Verde no sentido em que a posição geográfica deste último o privilegia no controlo destes tráficos ilegais, contribuindo com a cooperação policial e judicial (Comissão Europeia, 2007: 2).

Segundo o primeiro ministro de Cabo Verde, José Maria Neves, “Cabo Verde sempre colocou a relação com a Europa num patamar cimeiro da sua ação diplomática” (Neves, 2004: 16), devido principalmente à forte dependência ao nível das importações face aos países da UE, e também pelo facto de reconhecer a Europa como uma potência económica e politicamente forte e, virada para o desenvolvimento dos países menos avançados, onde Cabo Verde sempre foi um dos privilegiados. A UE tem sido um grande promotor do desenvolvimento do país, não só através das ajudas mas também através das cooperações realizadas, que têm contribuído para o reconhecimento de Cabo Verde internacionalmente.

Cabo Verde em relação aos países do PALOP, com os quais a UE mantém a mesma relação, Cabo Verde soube tirar proveito das ajudas e das oportunidades oferecidas. No que diz respeito às ajudas, tem seguido a política correta da distribuição, tentando minimizar os desvios. Na questão das oportunidades oferecidas, como cumprir os requisitos para se manter uma boa relação com outros países e ter o conhecimento internacional, tem-se esforçado em agir de forma politicamente correta, seguindo os princípios defendidos pela UE principalmente a aposta na prática de uma política direcionada para o crescimento, desenvolvimento e redução de pobreza. Isto valeu-lhe o reconhecimento por parte das grandes potências como os EUA, UE e outros Estados democráticos como o caso de Brasil, entre outros. É de realçar que mesmo com países que não são democráticos, como o caso da

China, esta reconhece Cabo Verde como um país estável em termos de segurança e propício para o investimento externo. Tudo isto tem contribuído para um Cabo Verde cada vez mais reconhecido internacionalmente como um país democrático com uma política virada para o crescimento e desenvolvimento, um país de referência para outros países africanos.

Com isso, pode-se dizer que Cabo Verde no contexto da globalização soube aproveitar as oportunidades oferecidas pela UE em relação aos países em desenvolvimento, tornando uma relação multilateral numa relação bilateral sem deixar de pertencer a esta relação multilateral, mantendo uma relação especial com a UE, de onde tem retirado algumas vantagens. Mesmo com “a abertura de Cabo Verde para novos mercados de importação da Ásia como Macau, Hong Kong e China,”⁴³ apesar das suas limitações de competição em relação a outros países, Cabo Verde soube desenhar estratégias para garantir o seu posicionamento em manter e progredir na sua relação com a UE. Em síntese, a tabela 15 abaixo mencionado, apresenta o montante em milhões de euros que Cabo Verde tem recebido da UE através das Convenções de Lomé e Acordo Cotonou.

Tabela 15: Verbas afetadas a Cabo Verde no âmbito da Cooperação com a UE

Acordo	FED	Período	PIN	PIN Inicial M€	PIN Bónus M€	PIN Total M€	Recursos fora do PIN M€	Total M€
Lomé I	4º FED	1975-80	PIN nº1 - 1981	4,0	-----	4,0	-----	4,0
Lomé II	5º FED	1980-85	PIN nº2 - 1985	16,0	-----	16,0	21,5	37,5
Lomé III	6º FED	1985-90	PIN nº3 - 1990	20,5	4,0	24,5	22,2	46,7
Lomé IV	7º FED	1990-95	PIN nº4 - 1996	23,0	1,7	24,7	28,4	53,2
Lomé IV-bis	8º FED	1995-00	DEC/PIN nº5 - 2002	30,0	3,0	33,3	20,2	53,2
Cotonou	9º FED	2000-07	DEC/PIN nº5 - 2002	32,0	-----	32,5	-----	32
Cotonou Revisto	10º FED	2008-2013	DEC/PIN nº6 2008	51,0	-----	-----	-----	51,0
Total				176,5	8,7	134,2	92,3	277,5

Fonte: Dados in (Costa, 2009: 225). * Unidades: Milhões de Euros. * Lomé IV e IV-bis são provisórios.

⁴³ Câmara de comércio indústria e turismo Portugal e Cabo Verde, “Comércio com Cabo Verde” http://www.portugalcaboverde.com/item1.php?lang=0&id_channel=20&id_page=48 [20 de dezembro de 2011].

2. Relações comerciais entre a UE e Cabo Verde

Cabo Verde, relativamente ao comércio, detém fracos alicerces para manter uma balança equilibrada devido a dois principais motivos: primeiro devido às características do país, apresentadas anteriormente; Segundo, devido à uma política comercial direcionada para o desenvolvimento e crescimento do mercado interno, usada pelo partido único durante o seu mandato de 1975 a 1990. O método utilizado resultou na criação “de 19 empresas estatais e 14 empresas mistas, nos diferentes setores da economia - Transportes (marítimos e aéreos), Energia e Combustíveis, Agricultura, Produção Agropastoral, Pescas, Produtos Farmacêuticos, Construção Civil, Reparação Naval, Seguros, Hotelaria e Comércio Internacional (importação e comercialização de géneros de primeira necessidade). Estas empresas foram criadas com o objetivo de substituir muitas das importações feitas e manter o controlo do Estado sobre a economia do país.

Embora estas empresas tenham sido fundamentais ao crescimento e desenvolvimento do país, na altura, a posição do Governo durante o partido único fez com que o comércio se mantivesse muito fechado, limitando a expansão do comércio externo. A liberalização das exportações em 1987, a mudança da política em 1991 para o regime democrático pluripartidário, fez com que em 1992 foram concebidos e implementados programas de reforma no setor do comércio. Inicialmente começou com a isenção no sistema de quotas anual das importações, mais tarde, em 1999, deu-se a liberalização total das importações, que se junta à liberalização das exportações, já estabelecida em 1987, completando a liberalização do comércio em 2004, com o total liberalização dos produtos básicos, como o trigo, que passaram a ser controlados por empresas privadas como a MOAVE-Moagem de Cabo Verde e a Empresa Pública de Abastecimento (EMPA), empresas que abasteciam os produtos como arroz, milho e açúcar.

A reforma no setor do comércio, na liberalização das importações e exportações foi um dos métodos utilizados com a democracia para o crescimento e desenvolvimento do país. Efetuado através das trocas comerciais, criando relações de cooperação e negociações comerciais, como o caso da UE e os seus membros, que serão analisadas neste capítulo com particular destaque para Portugal.

A posição de Cabo Verde no comércio internacional é pouco relevante, apresentando uma balança comercial deficitária.⁴⁴ A estratégia de não-alinhamento após a independência,

⁴⁴ Infoplease, (2010) “Political Risk in Cape Verde”
<http://www.infoplease.com/search?q=political+risc+in+Cape+Verd&fr=ipln&go.x=15&go.y=10> [5 de novembro de 2011].

resultou numa grande vantagem, não só em manter relações com os dois grandes blocos na altura, União Soviética e EUA, mas também permitindo desenhar as relações com a UE.

As Relações comerciais entre UE e Cabo Verde desenvolvem-se a nível multilateral, através de outras organizações como a CEDEAO e os acordos APC, mas também a nível bilateral, entre UE e Cabo Verde e, ainda a nível bilateral entre Cabo Verde e muito dos países da UE. A relação comercial entre Cabo Verde e UE desenvolveu-se mais concretamente com o Acordo de Cotonou. A partir daí, com a relação mais estreita entre UE e Cabo Verde, desencadearam-se negociações bilaterais, nomeadamente no setor da pesca, na questão de segurança e no combate à pobreza em Cabo Verde no âmbito da ajuda ao desenvolvimento.

As crescentes relações económicas com UE e os seus países membros, em particular Portugal, fizeram com que Cabo Verde tomasse a decisão, em 1998, de estabelecer a convertibilidade do Escudo cabo-verdiano em igualdade com o euro, definindo o câmbio fixo em que 1 euro equivale a 110,264 escudos cabo-verdiano. Uma vez que o crescimento da economia de Cabo Verde apresenta uma forte dependência “da estabilidade dos equilíbrios macroeconómicos, da garantia de convertibilidade da moeda e da manutenção da estabilidade de taxa de câmbio,” a decisão de manter a taxa de câmbio fixo com a UE e os seus países trouxe vantagens nas relações comerciais e investimento externo.

Desde então, tem-se verificado um progressivo aumento nas relações comerciais com a UE, apesar de Cabo Verde ainda apresentar um saldo comercial deficitário, devido à grande dependência das importações, nomeadamente nos produtos alimentares, petróleo, medicamentos, aparelhos elétricos e motores. As importações que somavam cerca de 223.919 milhares de euros, em 2003, em relação às suas exportações, que somaram um total de 19.833 milhares de euros, sobretudo nos calçados, vestuários, crustáceos e mariscos e filamentos elétricos (AICEP, 2009).

2.1. Relações comerciais a partir das outras organizações, ACP e CEDEAO

Os países de ACP e a UE no Acordo de Cotonou em 2000 negociaram os Acordos de Parceria Económica, “APE” com o objetivo de construir uma parceria comercial para o desenvolvimento. O objetivo do acordo centra-se em promover os países ACP a integrar-se na economia mundial. Dentro desse acordo de parceria económica, a UE mantém uma relação comercial com Cabo Verde abordando os objetivos em geral acordados na APE.

Esta parceria económica torna-se indispensável para os países em desenvolvimento, como é o caso de Cabo Verde aqui analisado, uma vez que a APE foi criada com objetivo de os países se adaptarem às particularidades regionais dos parceiros. É um acordo que abrange mais amplamente os aspetos do comércio livre centrado nas necessidades desses países, como integrar as especificidades socioeconómicas que inclui a cooperação e assistência desses países, com vista a implementarem de melhor forma possível os acordos. Com este acordo, Cabo Verde passou a ter acesso completo e imediato ao mercado europeu, e amplas oportunidades para uma cooperação comercial em diversas áreas, como os serviços e convergência normativa e ajuda nas reformas internas do país. Apoiando uma governação económica sustentável, visto a oportunidades oferecidas, esta parceria torna o país mais recetivo ao IDE, com impacto positivo no crescimento económico de Cabo Verde.

Este acordo é benéfico para produtores e consumidores de ambos os parceiros, visto que, uma vez atingido o objetivo de boa gerência do comércio, isso traz consequências como o aumento do desenvolvimento de novos empregos, geração de mais rendimentos, um maior acesso aos mercados mais vastos com melhores qualidades e menor preço.

O benefício da APE para os produtores e os agricultores em Cabo Verde destaca-se nos seguintes pontos:⁴⁵

- Ausência de quotas e taxas nas exportações feitas para o mercado europeu.
- Acesso a um mercado mais vasto, incluindo mercados de outros países como EFTA Suíça e Noruega e entre outros.
- Construir mercados regionais com países membros da CEDEAO
- Permissão de proteção de alguns produtos mais sensíveis devido a sua incapacidade em grande parte das competições
- Inclusão dos serviços e do investimento estrangeira
- Reformas mais amplas que contribuam para o crescimento económico sustentável

A outra forma da relação comercial entre Cabo Verde e UE é através da negociação da UE com a CEDEAO.⁴⁶ O seu fraco nível de comércio intraregional e a fraca capacidade na

⁴⁵ Delegação da União Europeia em Cabo Verde, “Novas Parcerias de Comercio ACP-UE” http://eeas.europa.eu/delegations/cape_verde/eu_cape_verde/trade_relation/index_pt.htm [22 de dezembro de 2011].

⁴⁶ Cabo Verde aderiu à CEDEAO em 1997.

participação do comércio mundial da CEDEAO dificulta uma análise com exatidão sobre os benefícios que Cabo Verde teve na sua integração. Contudo a UE consta como maior parceiro comercial da CEDEAO e, conseqüentemente, “constitui o principal mercado de importação e de exportação da região CEDEAO, respetivamente em média 37 e 32%. Neste sentido, tem fornecido apoio e mecanismos de reformas com vista a acelerar o crescimento e posicionamento global da CEDEAO (Rocha, 2007: 3).

Muitos dos países membros da UE passaram a cooperar com Cabo Verde, após a Convenção de Lomé, como é o caso da Holanda e Suécia, mais tarde no final da década de 1980 novos países como Suíça, França, Alemanha, Espanha, Itália, Austrália e Portugal já se encontravam numa relação de cooperação para o desenvolvimento com Cabo Verde (Neves, 2004: 17). Estes países têm mantido relações bilaterais com Cabo Verde em vários aspetos, como o caso da Espanha que tem financiado as atividades no país no setor do património, formação profissional, apoio orçamental e setorial e ao desenvolvimento rural, regidas pela Agencia Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) com um montante de 9 milhões de euros de ajuda fornecida anualmente.⁴⁷ Em síntese,

a cooperação desenvolvida pelos Estados membros no plano bilateral apresenta importantes contribuições em setores fundamentais para o crescimento da economia cabo-verdiana e deve-se à Alemanha - água, energia, educação e formação profissional; à Áustria que tem Cabo Verde como destino prioritário da sua ajuda - descentralização, educação e formação, apoio às pequenas empresas; à Bélgica - ajuda alimentar; à França - Assistência técnica, ajuda alimentar, bolsas, difusão da língua francesa, microprojectos de desenvolvimento e infraestruturas; ao Luxemburgo que concentra o seu apoio em Cabo Verde - Infraestruturas de base (água, saneamento, eletricidade rural) saúde, educação e ensino técnico; a Portugal como responsável pela maior ajuda bilateral - apoio institucional, valorização dos recursos humanos, cooperação económica e financeira e apoio ao setor privado; à Holanda - apoio na gestão das despesas públicas e na cooperação económica e à Suécia - apoio ao *Trust Fund* (Document de Stratégie de Coopération, 2000: 20, citado em Leite, 2004: 10).

2.2. Caso de Portugal

Portugal é um caso a destacar dentre outros países membro da UE que mantém relações comerciais com Cabo Verde. Portugal é não só um dos melhores parceiros comercial, mas também o país europeu que acolhe o maior número de emigrantes cabo-verdianos, tendo como resultado o maior envio de remessas de emigrantes para o país, e é ainda um dos países de onde chega o maior número de turistas que visita Cabo Verde. Entre estes dois, verifica-se atualmente uma relação estável em diversos níveis, como o político, económico e cultural. No

⁴⁷ AECID, “Cooperação Espanhola em Cabo Verde”. http://www.aecid.cv/?q=pt/cooperacion_es [10 de fevereiro de 2012].

que diz respeito às relações económicas, atualmente existe uma cooperação económica, financeira e comercial, que se desenvolveu desde décadas passadas. É importante referir que Portugal, no período compreendido entre 1993 e 2001, representava 50% do investimento estrangeiro feito no país, somando 200 milhões de euros, tornando-o o principal investidor estrangeiro no país. Neste investimento, “cerca de 2/3 corresponde à aquisição total ou parcial de empresas cabo-verdianas, no âmbito do processo de privatizações que decorreu nos últimos anos.” Estão neste caso, nomeadamente, os investimentos realizados pela EDP e Águas de Portugal na Electra; do grupo Caixa Geral de Depósitos nos Bancos Comercial do Atlântico e Interatlântico, na Companhia de Seguros Garantia e Promotora; da Portugal Telecom no Cabo Verde Telecom; do Montepio Geral na Caixa Económica de Cabo Verde; e da Petrogal na Enacol (Telles, 2003).

Apesar da restrita dimensão económica, o país têm sido um importante parceiro comercial de Portugal, designadamente em relação à exportação. Enquanto ano de 1993 a cota do mercado variava entre os 32 a 34%, atualmente apresenta 52%, refletindo o aumento de exportações que se tem verificado nos últimos anos, o que coloca Cabo Verde no 16º lugar enquanto cliente de Portugal (Telles, 2003). Fora do espaço europeu, Cabo Verde no período de 2003 a 2007, manteve-se sempre no grupo dos sete primeiros clientes de Portugal. Em resposta a isto, Portugal tem feito grandes esforços da sua posição e da sua quota enquanto destino das exportações. No que se refere às importações, na lista dos principais clientes de Cabo Verde, Portugal como cliente tem uma posição entre o 18º e o 21º lugar (AICEP, 2009).

Tem havido uma constantemente evolução da importância de Cabo Verde nos fluxos comerciais de Portugal, com crescentes trocas comerciais bilaterais entre ambos, mais no caso de Cabo Verde como cliente de Portugal de que ao contrário. Nos últimos anos, têm-se multiplicado cada vez mais as exportações portuguesas para o mercado cabo-verdiano, e o mesmo se verifica com a exportação de Cabo Verde para Portugal (CIA, 2011).⁴⁸ Em 2010 Portugal manteve-se como principal exportador para Cabo Verde, representando 51,4% das importações. Em relação à exportação de Cabo Verde, Portugal importou 22,7% das exportações de Cabo Verde. “Cabo Verde é hoje, segundo dados de outubro de 2010, o 19º mercado externo português (17º na importação de bens; 24º na importação de serviços; 2º entre os PALOP; 7º extracomunitário), superior a muitos países da própria UE” (AICEP, 2009).

⁴⁸ CIA, “The World Factbook: Cape Verde” Central Intelligence Agency <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/cv.html> [10 de dezembro de 2011].

Portugal tanto em termos de exportações como importações tem sido o principal parceiro comercial de Cabo Verde. Contudo, na qualidade de fornecedor do mercado cabo-verdiano, a posição portuguesa revela uma maior estabilidade, do que como cliente.

Tabela 16: Principais fornecedores de mercados

	2006		2007		2008	
	Quota	Posição	Quota	Posição	Quota	Posição
Portugal	50,2	1	45,0	1	50,3	1
Holanda	11,2	2	16,2	2	17,0	2
Espanha	5,6	4	4,4	5	7,3	3
Brasil	6,4	3	6,2	4	5,7	4
Itália	5,6	5	3,8	6	2,7	5
França	2,4	6	9,5	3	2,0	6

Fonte: Câmara de comércio indústria e turismo Portugal e Cabo Verde, “Comércio com Cabo Verde” http://www.portugalcabo Verde.com/item1.php?lang=0&id_channel=20&id_page=48 [05 de janeiro de 2012].

Nos principais produtos das exportações do país estão presentes a atividade piscatória, vestuários e calçados, que continua a ter um impacto significativo em termos de emprego e nas vendas ao exterior. A atividade piscatória tem sido o maior produto de exportação e representou mais de 50% do total das exportações em 2006, a seguir ao vestuário e calçado que representaram 40%. As importações do país são mais vastas e diversas, e dependendo das necessidades da população inclui tanto os produtos básicos como bens industriais, de escassez local. Nos últimos anos tem-se verificado uma alteração nos produtos importados, como uma diminuição nos bens de consumo no total importado e refira-se contudo que no domínio das importações se têm registado importantes alterações nos últimos anos, traduzidas sobretudo na diminuição progressiva do peso dos bens de consumo no total importado, enquanto os combustíveis e os bens de capital conheceram fortes aumentos na sua participação (AICEP, 2009).

Tabela 17: Importação Cabo Verde, Origem Portugal (Valor CIF Cabo Verde/Euros)

Anos	Portugal	Total	%
2001	€ 140.194.587	€ 275.157.105	51,0%
2002	€ 165.898.790	€ 316.174.957	52,5%
2003	€ 150.111.054	€ 310.353.366	48,4%
2004	€ 148.275.868	€ 349.110.347	42,5%
2005	€ 160.928.685	€ 352.995.361	45,6%
2006	€ 216.465.090	€ 430.800.382	50,3%
2007	€ 245.338.467	€ 545.222.423	45,0%
2008	€ 283.827.450	€ 564.536.616	50,3%
2009	€ 246.394.244	€ 509.800.941	48,3%
2010	€ 288.218.753	€ 560.210.460	51,4%

Fonte: Câmara de comércio indústria e turismo Portugal e Cabo Verde, “Comércio com Cabo Verde” http://www.portugalcaboverde.com/item1.php?lang=0&id_channel=20&id_page=48 [05 de janeiro de 2012].

Tabela 18: Exportação de Cabo Verde, Destino Portugal (FOB Cabo Verde/Euros)

Anos	Portugal	Total	%
2001	€ 9.999.945	€ 10.959.141	91,2%
2002	€ 9.940.891	€ 11.159.994	89,1%
2003	€ 7.509.744	€ 10.532.625	71,3%
2004	€ 9.364.487	€ 12.087.279	77,5%
2005	€ 7.346.737	€ 14.222.508	51,7%
2006	€ 8.189.377	€ 16.470.217	49,7%
2007	€ 8.178.494	€ 14.031.018	58,3%
2008	€ 8.886.245	€ 21.863.530	40,6%
2009	€ 8.419.078	€ 25.107.656	33,5%
2010	€ 7.616.511	€ 33.591.742	22,7%

Fonte: Câmara de comércio indústria e turismo Portugal e Cabo Verde, “Comércio com Cabo Verde” http://www.portugalcaboverde.com/item1.php?lang=0&id_channel=20&id_page=48 [05 de janeiro de 2012].

Conclusão

Após o estudo feito sobre as relações externas de Cabo Verde, concluem-se dois pontos fundamentais. Primeiro, a política externa tem impacto no desenvolvimento do país; segundo, é de realçar que, as opções e métodos tomados pelos dirigentes políticos mudam o rumo do país. A conciliação das duas dimensões contribui fortemente para o desenvolvimento do país e, para tal acontecer, as opções da política externa e métodos utilizados pelos dirigentes políticos tem de estar de acordo com seguintes pontos: identificar as necessidades internas do país e os métodos viáveis do desenvolvimento; avaliação dos recursos internos e contexto externo de acordo com os objetivos a atingir; escolher sempre em primeira mão os meios pacíficos da política externa; apelar a uma cooperação e negociação “justa” onde todas as partes saem a ganhar.

Dos pontos referidos, após o estudo feito conclui-se que os dirigentes políticos de Cabo Verde, os dois principais partidos que tiveram no poder PAIGC/PAICV e MPD, tiveram presentes estes pontos nas suas opções da política externa. As necessidades do país passaram, numa fase inicial de construção do Estado Nação, pela criação de emprego e desenvolvimento geral do país a nível socioeconómico, tal como identificado já por Amical Cabral e pelo PAIGC. Mais tarde, com a independência, estes objetivos foram também seguidos pelos dirigentes políticos que se seguiram e tornaram-se a prioridade do país. Os métodos para viabilizar estes objetivos passaram pelo incentivo à maximização das ajudas externas, remessas dos emigrantes, IDE e turismo. Na avaliação dos recursos internos, é de destacar a posição geoestratégica de Cabo Verde, que sempre foi utilizado como um fator importante na relação com o exterior, devido à sua rota atlântica com África, América e Europa. O outro método que também serviu de grande estratégia para a cooperação com o exterior é tornar-se num país democrático e um bom gestor das ajudas externas, tudo isto com vista no contexto externo.

No que diz respeito ao uso dos meios pacíficos da política externa, esta questão esteve já presente no período anterior à independência nas opções da política externa de Cabo Verde. O exemplo disso são as várias tentativas de uma negociação com Portugal para a independência de Cabo Verde de forma pacífica, sendo a guerra o último recurso, após várias recusas de uma negociação. A partir daí a cooperação foi o método utilizado pelos dirigentes políticos de Cabo Verde, visto sempre como o meio mas correto e beneficiador, até porque, tendo em conta as condições do país, os métodos coercivos, a guerra ou a guerra económica

não seriam possível. As condições estruturais internas e internacionais da política externa de Cabo Verde, condicionam assim as suas opções estratégicas.

Um importante ponto a realçar é que, a política externa no seu todo não é algo “inocente” de uma simples cooperação para paz ou ajuda ao desenvolvimento. É um fenómeno que inclui muito mais interesses do que aparentemente parece viável. Isto atualmente torna-se cada vez mais frequente num mundo globalizado, marcado pela luta e competição, tanto para mercados de escoamento, como o abastecimento de recursos e, ao mesmo tempo, a segurança num mundo de frequentes ataques terroristas, ameaças de doenças contagiosas, imigração ilegal, afirmação das potências no mundo em desenvolvimento, estes são motivos de maiores cooperações a nível internacional dos países.

Estes aspetos estão claramente presentes neste estudo, onde as relações externas de Cabo Verde com a UE e China são casos a destacar. As dinâmicas internacionais de afirmação da China a nível internacional, nomeadamente em aproximar-se dos países africanos, em especial dos PALOP, também têm por objetivo ganhar aliados em eventuais caso de algum desentendimento com outros países como o caso de Taiwan. Consequentemente, o abastecimento de recursos naturais é claramente uma prioridade chinesa em África, uma vez que atualmente 4 dos 10 principais fornecedores de petróleo à China se encontram neste continente: Angola, Sudão, Congo e Líbia, constituindo quase um total de 30% do petróleo importado pela China (Monte, 2010). Cabo Verde ganha pois uma importância estratégica para os interesses chineses e as elites políticas do país e, têm sabido aproveitar isso em benefício do desenvolvimento económico cabo-verdiano.

Nas relações entre a UE e Cabo Verde, por detrás da ajuda ao desenvolvimento e crescimento de um país em vias de desenvolvimento, está presente a cooperação na questão da segurança, parceria comercial, mercado de exportação e importação etc. Relativamente à questão de segurança, é um facto conhecido que a preocupação da UE em manter segurança dentro das suas fronteiras e nos países vizinhos, tem levado à criação de políticas para manter a segurança, tais como a PEV e a parceria estratégica com Cabo Verde. Cabo Verde é um importante ator no controlo de tráfico e emigração ilegal com impacto na segurança europeia, devido à sua rota atlântica. No que diz respeito a parceria comercial, Cabo Verde funciona como um mercado recetivo de exportação e principalmente de importação, uma vez que para além da UE se representa como maior parceiro comercial de Cabo Verde e é o principal mercado de onde Cabo Verde importa os seus produtos. A ajuda ao desenvolvimento e cooperação com os países africanos em geral, é também relevante para gerir o aumento da imigração ilegal no caso de extrema pobreza, vandalismo e fraco poder de compra, que traduz na menor importação dos produtos da UE, ou seja a diminuição do mercado. Ainda se

destaca a questão da competição global por recursos naturais, uma vez que, sendo África um continente de abastecimentos de recursos naturais, é de importância fundamental para a UE manter uma boa relação com estes países fornecedores.

Os interesses da política externa na cooperação para o desenvolvimento podem funcionar como um motor de desenvolvimento socioeconómico de um país, sobretudo em países com características que lhes garantam vantagens estratégicas no seu relacionamento internacional, como seja a presença de recursos naturais ou uma localização estratégica, como o caso de Cabo Verde que se afirma como um ponto de referência nas relações externa, com muitos dos países a nível mundial. As relações externas de Cabo Verde tiveram um grande impacto no desenvolvimento socioeconómico de Cabo Verde desde o período que antecede a independência, atualmente ainda é um fator importante no desenvolvimento do país. Em particular a cooperação com as potências como a China, EUA e principalmente a UE tiveram um significativo impacto no desenvolvimento socioeconómico do país.

No caso da China, a cooperação inicialmente começou com a formação de quadros político-militares no período da luta pela libertação, passou pela criação de embaixadas em ambos os países, a criação de infraestruturas e a formação de quadros, através de fornecimento de vagas e bolsas para estudantes cabo-verdianos se formarem na China. Esta é uma cooperação que se tem diversificado e aprofundado, ganhando relevância na transferência de conhecimento e tecnologia entre os dois países, e que é fundamental ao desenvolvimento de Cabo Verde.

No caso dos EUA, destaca-se o fornecimento de ajuda nas áreas de maior fragilidade social e humana, no pós independência, designadamente no campo alimentar, na formação de quadros, no apoio ao setor privado, na agricultura, saúde e na segurança e defesa marítima. A criação de embaixadas em ambos os países, fundamental na gestão das questões de emigração, entre outras, foi fundamental, tendo em conta que os EUA são o maior destino de emigração dos cabo-verdianos. A importância das questões de boa governação e liberalização económica está refletida na inclusão de Cabo Verde na MCA, quer em 2005, quer em 2012. Cabo Verde tem sabido beneficiar da imagem de país estável e dedicado aos processos democráticos, especialmente num contexto regional complexo, para garantir apoio político, económico e financeiro ao seu desenvolvimento nacional.

Isso é também visível no quadro das relações com a UE, onde se destaca a ajuda ao desenvolvimento e a cooperação multilateral. Cabo Verde beneficiou do desenvolvimento de setores como a energia, água e saneamento, gestão urbanas, infraestruturas rodoviárias, educação, saúde e apoio institucional através de fornecimento de 193,5 milhões de euros,

somado da convenção de Lomé I, II, III. Do acordo de Cotonou beneficiou nas políticas sectoriais, apoio macroeconómico e ajuda comunitária de um valor de 32 milhões de euros através do chamado “envelope A”. Também teve apoio em situações de emergência, na gestão da dívida externa e da instabilidade das receitas de importações, com um valor adicional de 7,1 milhões de euros, através do “envelope B”. O BEI está também envolvido, tendo concedido um empréstimo a Cabo Verde de 25 000 milhões de euros, destinado principalmente à remodelação de estrutura de tráfego aéreo e setor financeiro (Leite, 2004: 10). Este apoio financeiro reflete a visão que a UE tem de Cabo Verde como um investimento estável e seguro, beneficiando por isso da sua imagem positiva junto dos parceiros europeus.

A cooperação com organizações multilaterais como a CEDEAO, a ONU ou o FMI tem também contribuído para o desenvolvimento do país. As organizações afiliadas da ONU em Cabo Verde, como UNICEF, PNUD, FAO, entre outros, têm contribuído para o desenvolvimento do país, principalmente no desenvolvimento a nível local e comunitário. O FMI, por seu lado, apoiou Cabo Verde com 11 milhões de dólares através do plano de redução de pobreza e crescimento que apoiou o plano de desenvolvimento Nacional no período de 2002-2005.

A nível bilateral, a parceria especial entre Cabo Verde e UE, em vigor desde novembro de 2007, permitiu que Cabo Verde usufruísse de uma estreita relação com a UE e um maior diálogo político, contribuindo para a sua melhor inserção no mercado internacional. A UE possibilita o acesso de Cabo Verde aos instrumentos financeiros disponibilizados pela UE ao passo que novas oportunidades de acordo e cooperação, como o acordo sobre a pesca recentemente estabelecido, estão também a ser discutidas. Nas relações de comércio externo de Cabo Verde, UE tem sido o principal parceiro comercial, e de entre os seus países membros destaca-se o Portugal, como principal parceiro comercial de Cabo Verde, dentro e fora da comunidade europeia.

Como resultado dessa cooperação diversificada desenvolvida pela política externa de Cabo Verde, após 36 anos da independência, o país tem hoje um crescimento de PIB numa média de 5.4% no ano 2010⁴⁹ a taxa de analfabetismo passou de 90% (Leite, 2004) para uma taxa de alfabetização da população acima de 15 anos de 83% e para uma esperança média de vida de 71,3 anos (MECC, 2010: 28). O desemprego, que sempre foi um fenómeno de preocupação para o país, sobretudo ao nível dos jovens, do ano 2001 a 2007 registou-se uma descida de 26% para 20% no nível de desemprego no seu todo e o índice de pobreza teve igualmente uma descida favorável de 36,7% em 2001 para 26,6 % em 2007 (Aicep, 2009). O

⁴⁹ Inditex Mundi “Cape Verde” <http://www.indexmundi.com/g/g.aspx?c=cv&v=66&l=pt> [10 de Maio de 2012].

país regista igualmente um dos mais elevados indicadores de desenvolvimento social da África Sub-sahariana, IDHS de 0,705 em 2008 (MECC, 2010: 28).

Por fim, as apostas dos governos na política externa como motor de desenvolvimento de Cabo Verde foi, sem sombra de dúvida, um excelente método que solucionou o problema de um país que sofre de falta de recursos naturais, através das ajudas externas fornecidas, dos empréstimos junto das instituições internacionais, nas relações externas bilaterais e multilaterais, na integração regional e internacional. Os cinco pilares do desenvolvimento do país adotados pelos dirigentes políticos tiveram um significativo contributo no crescimento socioeconómico do país, nomeadamente através do aumento do IDE, do aumento do fluxo de turistas e do aumento dos envios das remessas dos emigrantes, que consequentemente contribuíram para maior entrada de divisas no país, mais emprego, melhor bem-estar da população etc.

Referencias Bibliográficas

Abecasis, António (1985) *A Comunidade Europeia e Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe*. Bruxelas: Comissão Europeia.

África 21 Digital, Política economia e cooperação (2012) “Pescas aumentam participação na economia de Cabo Verde”

<http://www.africa21digital.com/noticia.kmf?cod=12933259&canal=402> [11 de janeiro de 2012].

African Economic Outlook (2011) “Cape Verde Overview”

<http://www.africaneconomicoutlook.org/en/countries/west-africa/cape-verde/> [05 de janeiro de 2012].

AICEP (2009) *Cabo Verde: Ficha do Mercado*, Março.

<http://www.aerlis.pt/images/stories/mercados/caboverdefichamercado.pdf> [17 de janeiro de 2011].

Albuquerque, Luís *et al.*, (1991) *História Geral de Cabo Verde*. Lisboa/Cidade da Praia: Centro de História e Cartografia Antiga/Direção Geral do Património Cultural de Cabo Verde.

Amaral, Ilídio (1991) “Cabo Verde: introdução Geográfica”, In Albuquerque, Luís; Emília Madeira Santos (coor), *História Geral de Cabo Verde Volume I*, Lisboa: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, pp. 1- 12.

Andrade; Elisa Silva (2002) “Cape Verde”, In Chabal, Pratricks (ed.), *A History of Postcolonial Lusophone Africa*. London: Hurst & Company, pp. 264 - 290.

Aron, Raymond (1962) *Paix et guerre entre les nations*. Paris: Calmann-Levy.

A Semana (2009) “Governo garante a redução de taxas aduaneiras até 2018”, 20 Dezembro 2009, <http://www.asemana.publ.cv/spip.php?article48233> [11 de janeiro de 2012].

Brito, Elsa (1999) *A Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD), como fator de Desenvolvimento de Cabo Verde*. Covilhã: Universidade da Beira Interior, (dissertação de mestrado).

Butiam Có, João Ribeiro (2009) “Teorias e dinâmicas migratórias internacionais: *algumas experiências africanas de ‘brain drain’, ‘brain circulation’ e ‘brain gain’*”, SOCIUS Working Paper Nº2, Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações, Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa.

Cabral, Amílcar (1974) *Alguns Princípios do Partido*. Lisboa: Seara Nova.

Cardoso, Humberto (1993) *O partido único em Cabo Verde: Um assalto à esperança*. Praia: Imprensa Nacional.

Cardoso, Kátia (2008) “A diáspora ao serviço do desenvolvimento: os pontos de contacto entre a emigração e a política externa cabo-verdiana”, In Gois, Pedro (ed.) *Comunidade(s) Cabo-verdiana(s): As Múltiplas Faces da Imigração Cabo-Verdiana*. Lisboa: Alto Comissariado para a Imigração e Dialogo Intercultural (ACIDI, I.P.), pp 193-206.

Carvalho, Francisco (2010) *Migração em Cabo Verde, Perfil Nacional 2009*. Geneva: Organização Internacional para as Migrações.

Comissão Europeia (1989) *O Diálogo Europa-Sul*. Luxemburgo: Serviços das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

Comissão Europeia (1990) *A Ajuda pública ao Desenvolvimento por Parte da Comunidade Europeia e dos seus Estados Membros*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

Comissão Europeia (1997) «Livro Verde» *Sobre as Relações entre a União Europeia e os países de ACP no limiar do século XXI, Desafios e Opções para uma nova parceria*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.

Comissão Europeia (2006) *Política Europeia de Vizinhança - Trabalhar em Conjunto*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias

Comissão Europeia (2007) *Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu sobre o futuro das relações entre a União Europeia e a República de Cabo Verde*. COM(2007) 641 final, Bruxelas, 24 de Outubro.

Comissão Europeia (2007) *Regulamento da Comissão que estabelece um período de transição para a retirada da República de Cabo Verde da lista dos beneficiários do regime especial para os países menos avançados, como previsto no Regulamento (CE) nº 980/2005 do Conselho*

relativo à aplicação de um sistema de preferências pautais Generalizadas. (CE) nº 1547/2007, Bruxelas, 20 de Dezembro.

Costa, Suzano (2009) *Cabo Verde e a União Europeia: Diálogos Culturais, Estratégias e Retóricas de Integração*, Lisboa: FCSH-UNL, Dissertação do Mestrado em Ciência Política.

Costa, Suzano (2011) “A Política Externa Cabo-verdiana na Encruzilhada Atlântica: entre a África, a Europa e as Américas”, in *Seminário sobre Ciências Sociais e Desenvolvimento em África*, Lisboa: CEsa-ISEGUTL.

Dougherty, James E.; Pfaltzgraff, Robert L. (2003) *Relações Internacionais: As teorias em confronto*. Lisboa, Gradiva.

Estêvão, João (2004) “O Desenvolvimento de Cabo Verde e o Modelo de Integração Económica Internacional”, *Revista Estratégia*, n.º 20, IEEI, 139 - 157.

Évora, Roselma (2004) *Cabo Verde, A Abertura Política e a Transição para a Democracia*. Cidade da Praia. Spleen Edições.

Fernandes, José Pedro (2004) *Teorias das Relações Internacionais, da Abordagem Clássica ao Debate Pós-positivista*. Coimbra: Almedina.

Ferreira, Isabel Lopes (1999) “A diplomacia do PAIGC durante a luta de libertação”, *Revista África em Debate*, nº 1, pp 27-38.

Ferreira, Maria (2005) *A política externa europeia*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Freire, Raquel; Vinha, Luís (2011) “Política Externa: Modelos Actores e Dinâmicas”. In Freire, Maria Raquel (ed.) *Política Externa: As Relações Internacionais em Mudança*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 13-53.

Furtado, Cláudio Alves (2003) “A busca de uma Integração (im)possível”, *Mundo em Português*, nº 45-47, junho, julho e agosto, IEEI, (Dossier CPLP - Entre expectativas e realidades,).

Gaddis, John Lewis (2007) *A Guerra Fria*. Lisboa: Edições 70.

Governo de Cabo Verde, (2008) *Parceria Especial Cabo Verde - UE: Quadro Orientador para a implementação*. Praia, 23 de Outubro.

Graça, Camilo Leitão da (1998), “Dos Alicerces Históricos da Política Externa da República de Cabo Verde”, *Revista Direito e Cidadania*, Ano II, n.º 4, julho, pp. 151-166.

Hill, Christopher (2003) *The Changing Politics of Foreign Policy*, London: Palgrave Macmillan.

Hudson, Valerie (2007) *Foreign Policy Analysis, Classic and Contemporary Theory*. United States of America: Rowman & Littlefield Publishers.

Ignatiev, Oleg (1984) *Amílcar Cabral*, Moscovo: Progresso.

Ikenberry, G. John, (2001) *After Victory: Institutions, Strategic Restraint, and the Rebuilding of Order after Major Wars*, Princeton: Princeton University Press.

Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (2011) “Estatísticas do Turismo Movimentação de Hospedes 3º Trimestre 2011” Cidade da Praia: INE.

Jackson, Robert; Sorensen Georg (2007) *Introduction to International Relations, Theories and approaches*. 3ª ed. Oxford: Oxford University Press.

Jornal Oficial da União Europeia (2011) “Protocolo acordado entre a União Europeia e a República de Cabo Verde que fixa as possibilidades de pesca e a contrapartida financeira previstas no Acordo de Parceria no domínio da pesca em vigor entre as duas partes” <http://eurlex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2011:181:0002:0019:PT:PDF> [03 de janeiro de 2012].

Keohane, Robert; Nye, Joseph (2001) *Power and Interdependence*. 3ª ed. Nova Iorque: Longman.

Koudawo, Fafali (2001) *Cabo Verde e Guiné-Bissau: da Democracia Revolucionária à Democracia Liberal*, Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa.

Leite, Isabel Costa (2004) “Entre África e Europa: Cabo Verde e a sua estratégia de desenvolvimento”, Comunicação apresentada na Conferência Internacional Ásia/ África, Porto, UFP. Pp 1-12.

Lobban, Richard (1995) *Cape Verde: Crioulo Colony to Independent Nation*. Boulder: Westview Press.

Lopes, Humberto; Pablo Fajnzylber (eds.) (2008) *Remittances and development, Lessons from Latin America*. Washington, D.C: IBRD/The World Bank.

Lopes, José Vicente (1996) *Cabo Verde, Os Bastidores da Independência*. 1ª ed. Praia e Mindelo: Instituto Camões - Centro Cultural Português.

Macauhub (2011) “Câmaras de comércio de Cabo Verde e da China assinaram memorando de entendimento”, 27 de Junho. <http://www.macauhub.com.mo/pt/2011/06/27/camaras-de-comercio-de-cabo-verde-e-da-china-assinaram-memorando-de-entendimento/> [21 de dezembro de 2011].

Macqueen, Norrie (1997) *The decolonization of Portuguese Africa: Metropolitan Revolution and the Dissolution of Empire*. London and New York: Longman.

Magalhães, José Calvet (2005) *Diplomacia Pura*. Lisboa: Editorial Bizâncio.

Mendes, Nuno Canas (2008) *História e Conjuntura nas Relações Internacionais*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Milner, Helen V. (1997) *“Interests, Institutions and Information, Domestic Politics and International Relations.”* Princeton, NJ: Princeton University Press.

Ministério de Economia, Crescimento e Competitividade de Cabo Verde (MECC) (2009) “Adesão de Cabo Verde à Organização Mundial do Comércio: Novas oportunidades e novos desafios”, 23 julho.

Ministério de Economia, Crescimento e Competitividade de Cabo Verde (MECC) (2010) “Plano estratégico para o desenvolvimento do turismo em Cabo Verde 2010/2013”, Direção Geral do Turismo.

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) (1991) “Um Pequeno País Num Mundo em Transformação, Balanço dos Quinze Anos da Diplomacia Cabo-verdiana,” Janeiro. Cidade da Praia.

Mongiardim, Maria Regina (2007) *Diplomacia*. Coimbra: Edições Almedina.

Monte, João Basco (2010) “China e África: a política de Pequim para o continente africano” *Meridiano*. 47 (116), 12-13.

Monteiro, Ramiro (2001) *A África na Política de Cooperação Europeia*. 2ª ed. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Moreira, Carlos Diogo (2007) *Teorias e Práticas de Investigação*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Neves, José Maria (2001) *As Grandes Opções do Plano: Uma Agenda Estratégica*. República de Cabo Verde, Conselho de Ministros, outubro.

Neves, José Maria (2004), “As Relações Externas de Cabo Verde: o Caso da União Europeia”, *Revista Estratégia*, n.º 20, 1.º Semestre, IEEI, pp. 13-18 (número especial sobre *Cabo Verde - Um Caso Insular nas Relações Norte-Sul*).

NL, Notícias lusófonas (2003) Cabo Verde, Missão de prospeção constata recursos marinhos <http://www.noticiaslusofonas.com/view.php?load=arcview&article=2992&catogory=Cabo%20Verde> [26 de dezembro de 2011].

Nobrega, Álvaro (2003) *A luta pelo Poder na Guiné-Bissau*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

Nogueira, João; Messari, Nizar (2005) *Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates*. Rio de Janeiro: Elsevier.

Norrie Macquen, (1997) *Descolonization of Portuguese Africa: Metropolitan Revolution and Dissolution of Empire*. London: Longman.

OCDE (2005) Declaração de Paris <http://www.oecd.org/dataoecd/11/41/34428351.pdf> [05 de dezembro de 2011].

OIM (2006) “Rapport de la Conférence Ministérielle des Pays les Moins Avancés Concernant le Renforcement de l’Impact des Rapatriements de Fonds sur le Développement”, Cotonou, République du Bénin, fevereiro.

OMC (2007) “Implementação Planos de Ação, Plano de Ação para implementação do Acordo sobre medidas Sanitárias e Fitossanitárias”, relatório do Grupo de Trabalho sobre a Adesão de Cabo Verde à OMC, WT/ACC/CPV/30, 6 de Dezembro.

ONU, (2000) “Nações Unidas Declaração do Milénio”. Nova Iorque <http://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf> [05 de Março de 2012].

Pautasso, Diego (2009) “A política externa chinesa e a 4ª Conferência do Fórum de Cooperação China-África” *Meridiano*.47 (112), 18-20.

Pereira, Aristides (2003) *O Meu Testemunho. Uma Luta, Um Partido, Dois Países (versão documentada)*, Lisboa: Notícias Editorial.

Pinto, Maria; Pinheiro, Ana (eds.) (2007) *Fronteiras da Europa, Europa no Mundo, Cooperação, Desenvolvimento e Migrações em Debate*. Lisboa: ACEP - Associação para a Cooperação Entre os Povos.

Pontes, Roberto (s.d) “Guiné Bissau no contexto dos países de língua oficial portuguesa” <http://www.didinho.org/estudosepesquisas.html> [30 de maio de 2012].

Proença, Carlos (2009) “A exclusão social em Cabo Verde, Uma abordagem preliminar” *Documentos de Trabalho*, nº 76, Centro de estudo sobre África e do Desenvolvimento do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

Querido, Chyanda (2005) *Estabilização Macroeconómica e Financiamento do Desenvolvimento em Cabo Verde*, Lisboa: Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, Centro de Documentação e Informação.

Rádiatelevisão cabo-verdiana (2012) “Assinado segundo compacto do Millennium Challenge Corporation” RCV, 11 de fevereiro de 2012, http://www.rtc.cv/index.php?paginas=21&id_cod=3848 [20 de maio de 2012].

Relatório da Comissão mundial sobre as migrações internacionais (2005) “As Migrações num Mundo Interligado: Novas linhas de Ação.” F C Gulbenkian, Lisboa.

Republica de Cabo Verde (2002) “Plano Nacional de Ação de Educação Para Todos (PNA-EPT)”, Ministério da Educação e Valorização dos Recursos Humanos, Praia, 25 de outubro.

República de Cabo Verde (2004) “Documento de Estratégia de Crescimento e de Redução da Pobreza (DECRP)” Ministério das Finanças e do Planeamento, setembro.

República de Cabo Verde (2004) “Plano Ambiental Inter-Sectorial Ambiente e Pescas,” Ministério do Ambiente, Agricultura e Pescas Praia, 31 de Março. Volume III.8.

República de Cabo Verde (2007) “Relatório de Informação ao secretário-Geral das Nações Unidas sobre o processo da Saída de Cabo Verde da Categoria dos PMA”, dezembro.

Rocha, Luís (2007) *Dimensão económica da Integração Regional: CEDEAO e o caso de Cabo Verde*. Ministério das Relações Exteriores de Cabo Verde. http://www.mirex.gov.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=411:qestado-nacao-e-integracao-regional-na-afrika-do-oeste-o-caso-de-cabo-verde&catid=19&Itemid=96 [28 de maio 2012].

Rocha, Luís (2010) *As parcerias estratégicas no centro da política externa de Cabo Verde*. Ministério das Relações Exteriores de Cabo Verde http://www.mirex.gov.cv/index.php?option=com_content&view=article&id=409:as-parcerias-estrategicas-no-centro-da-politica-externa-de-cabo-verde&catid=19&Itemid=96 [15 de outubro de 2011].

Rosenau, James N., (1971) *The Scientific Study of Foreign Policy*. Nova Iorque: The Free Press.

Sangreman, Carlos (2010) *A Cooperação Descentralizada e as dinâmicas de mudança em países africanos - os casos de Cabo Verde e da Guiné Bissau*. CESA - Centro de Estudos Sobre a África e Desenvolvimento.

Santos, Boaventura de Sousa (2001) *Globalização Fatalidade ou Utopia?* Porto: Edições Afrontamento.

Santos, Carlos Pinto (s.d) “Amílcar Cabral, Libertador 1924 a 1973” http://www.vidaslusofonas.pt/amilcar_cabral.htm [03 de janeiro de 2012].

Silva, António (2004) *Cabo Verde, Combates pela História*. Praia: Spleen.

Silva, António Leão Correia (2001) “O Nascimento do Leviatã Crioulo. Esboço de Uma Sociologia Política,” in Revista *Kultura*, Cabo Verde, Setembro.

Silva, Rui *et al.*, (1990) *Serie de Ciências Agrárias: 1ª Jornadas Sobre a Agricultura de Cabo Verde*. Lisboa: Museu Nacional de Etnologia.

Smith, Steve *et al.* (2010), *International Relations Theories Discipline and Diversity*. 2ª ed. Oxford: Oxford University Press.

Sousa, Fernando *et al.*, (2008) *Dicionário de Relações Internacionais*. 2ª ed. Porto: Edições Afrontamento, CEPESE.

Sousa, Julião Soares (2006) “MPLA da Fundação ao Reconhecimento por parte da OUA (1960-1968)”, *Latitudes*, nº28, Dezembro, pp. 11-16.

Teixeira, Severiano Nuno *et al.* (2000) *O Interesse Nacional e a globalização*. Lisboa: Edições Cosmos, Instituto de Defesa Nacional.

Tekere, Moses (2001) *Dimensões Políticas do Novo Acordo de Cotonou entre os Países de ACP e a União Europeia*. Zimbabwe: Centro de Estudos de Comércio e Desenvolvimento, Trade Center.

Telles, Francisco Ribeiro (2003) “Portugal/Cabo Verde - uma relação exemplar”, *O Mundo em Português* n° 41, Pp 21-23.

Tolentino, André *et al.*, (2008) *A Importância e o Impacto das Remessas dos Emigrantes em Portugal no Desenvolvimento de Cabo Verde*, Lisboa: Alto-comissariado para a Imigração e Dialogo Intercultural (ACIDI; I.P.)

United Nations Economic and Social Council, Economic (ECOSOC) (2007) *Economic Social Commission for Asia and the Pacific, Least Developed Countries, landlocked Developing Countries*. Maio.

Waltz, Kenneth (2010) *Theory of International Politics*. Universidade de Califórnia, Waveland Press.

Anexo

Tabela 4: Evolução de hóspedes e dormidas 2000 - 2008

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Hospede s	145.07 6	162.09 5	152.03 2	178.37 9	184.73 8	233. 548	280.582	312.880	333.354
Dormida s	684.73 3	805.92 4	693.65 8	902.87 3	865.12 5	935. 505	1.368.01 8	1.432.746	1.827.19 6

Fonte: INE, www.ine.cv [3 de fevereiro de 2012].

Tabela 6: Duzentos Milhões (M) de migrantes por região, % da população, origem e destino.

Onde	M	%	Origem	M	Destino	M	%Total
Europa	56,1	7,7	China	35	EUA	35,0	20,0
América norte	40,8	12,9	Filipinas	7	Alemanha	7,3	4,2
Austrália	5,8	18,7	Afeganistão	4	França	6,3	3,2
Ásia	49,9	1,4	India	20	Rússia	13,3	7,6
Africa	16,3	2,0	México	6	Ucrânia	6,9	3,6
America latina	5,9	1,1	Bangladesh	4	India	6,3	3,2

Fonte: Relatório da Comissão mundial sobre as migrações internacionais 2005: F C Gulbenkian, Lisboa.

Tabela 7: Emigração cabo-verdiana e país do acolhimento

País de acolhimento, por continentes	Número
Total América	273 400
Total na África	93 200
Total na Europa	151 180
Total Emigrantes	517 780
Total Residentes	434 812

Fonte: BCV, www.bcv.cv estatística de 2000.

Tabela 8: Principais aplicações das remessas

Apoio à família
Poupança, Depósito Bancário
Construção, Aquisição de casa de habitação
Educação de familiares
Saúde de familiares
Compra de casa, propriedade agrícola
Investimento
Reembolso de empréstimo para despesas de emigração
Desenvolvimento comunitário

Fonte: Tolentino *et al*, (2008: 94).

Tabela 10: Remessas de emigrantes por país de origem em milhões de escudo

Remessas de emigrantes por país de origem em milhões de escudo					
	2000	2005	2006	2007	2008
EUA	2321,1	2205,3	2100,2	1672,9	1474,9
Países Baixos	1136,0	998,7	963,1	1039,3	1206,9
França	1034,0	2409,4	2476,8	2253,6	2276,6
Itália	608,5	814,5	772,1	698,5	713,9
Alemanha	273,4	115,1	121,5	140,1	145,6
Portugal	1578,1	3081,1	3095,9	3094,1	3138,9
Reino Unido	142,0	188,0	212,5	223,3	254,9
Suíça	160,9	208,0	212,2	199,3	242,1
Angola	16,1	13,0	25,5	31,2	52,7
Luxemburgo	160,5	184,7	217,5	246,7	294,1
Espanha		413,9	432,6	334,5	353,1
Outros	302,9	370,2	197,8	225,6	270,5
Total	7733,5	11002,0	10 827,6	10159,0	10424,3

Fonte: BCV, www.bcv.cv Dados estatísticos de 2009.